



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CHAPECÓ (SC)**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

**JONES DURANTE**

**O MAL COMO FENÔMENO DECORRENTE DA AÇÃO HUMANA, EM**  
**AGOSTINHO DE HIPONA**

**CHAPECÓ (SC)**  
**2020**

**JONES DURANTE**

**O MAL COMO FENÔMENO DECORRENTE DA AÇÃO HUMANA, EM  
AGOSTINHO DE HIPONA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó (SC), como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Paccos Caram

CHAPECÓ (SC)

2020

Durante, Jones  
O MAL COMO FENÔMENO DECORRENTE DA AÇÃO HUMANA, EM  
AGOSTINHO DE HIPONA /  
Jones Durante. -- 2020.  
85 f.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Paccos Caram

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em Filosofia, Chapecó, SC, 2020.

1. Santo Agostinho. 2. Livre-arbítrio. 3. Vontade. 4.  
Bem. 5. Mal. I. Caram, Juliano Paccos, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**JONES DURANTE**

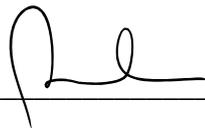
**O MAL COMO FENÔMENO DECORRENTE DA AÇÃO HUMANA, EM  
AGOSTINHO DE HIPONA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó (SC), como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca examinadora em:

16/12/2020

BANCA EXAMINADORA:



---

Prof. Dr. Juliano Paccos Caram (UFFS)

Orientador

*(Remoto)*

Prof. Dr. Arturo Fatturi (UFFS)

*(Remoto)*

Prof. Dr. Neditso Lauro Brugnera (UFFS)

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso ao religioso, padre, amigo e conselheiro Frei Pedro da Silva, por me ensinar a cultivar-me enquanto ser humano sem esquecer-me de buscar nesta vida, rumo à próxima, o Bem mais precioso e que vale a pena ser buscado, isto é, Deus.

## AGRADECIMENTOS

- ✓ A *Deus*, fonte inesgotável de todo Bem, por guiar-me e fazer buscar a Luz concedida pela Filosofia;
- ✓ Aos meus pais, *Claudio Durante e Inelde Gubert Durante*, por me concederem o dom da vida e me incentivarem constantemente em meus estudos acadêmicos;
- ✓ Aos meus *Amigos*, pois foram muitos os momentos compartilhados ao longo desta jornada acadêmica. Assim, minha estima e afeto de modo especial aos colegas: Marcos da Silva dos Santos, Daniela Norback, Jânia Maria, Paula Noetzold e Luiz Semeler;
- ✓ Aos *Professores do Curso de Filosofia*, da Universidade Federal da Fronteira Sul, pois cada um com seu jeito de ser, pensar, agir e ministrar aulas, cooperaram com a formação de meu Eu mais livre e consciente, auxiliando-me na construção e na defesa de valores morais que regem a vida feliz;
- ✓ Ao *Prof. Dr. Juliano Paccos Caram*, pela seriedade, comprometimento, dedicação e toda a ajuda dispensada para orientar meu Trabalho de Conclusão de Curso, pois soube me ensinar a manter o rigor filosófico no manuseio dos textos, sempre solícito em sanar questionamentos e dúvidas. Além disso, reconheço sua paciência para comigo em toda a trajetória deste trabalho;
- ✓ À *Universidade Federal da Fronteira Sul*, por disponibilizar todas as condições necessárias para que essa jornada acadêmica fosse possível.

*Todo aquele que ler estas explicações, quando tiver certeza do que afirmo, caminhe lado a lado comigo; quando duvidar como eu, investigue comigo; quando reconhecer que foi seu o erro, venha ter comigo; se o erro for meu, chame minha atenção (Trind, I, 3, 5).*

## RESUMO

O mal é um problema que inquietou filósofos e teólogos ao longo da história, sendo ainda hoje motivo de investigação para alguns amantes do saber. Santo Agostinho por muito tempo foi atormentado por essa questão. Em vista disso, aderiu aos pensamentos dos maniqueístas e pelagianos. No entanto, insatisfeito com as respostas obtidas, converteu-se ao cristianismo, ocasião em que escreveu a obra *O livre-arbítrio*, no intento de apresentar uma solução à altura exigida pela questão. Nela, Agostinho investiga o mal na criação e explica a relação deste com a vontade e o livre-arbítrio. Dessa forma, os seres, mediante suas ações, aproximam-se do Bem supremo ou se afastam, desencadeando uma vida feliz ou miserável respectivamente. Segundo Agostinho, embora o livre-arbítrio possa ser usado também para pecar, ele é um bem necessário para provar que o mal ontológico não existe e assegurar o valor moral das ações cometidas pelos seres humanos. O homem pode, em decorrência desta faculdade de livre-arbítrio, ser verdadeira e realmente livre, alcançando assim a felicidade. Por outro lado, também em decorrência do livre-arbítrio, o ser humano pode usar de sua vontade de modo corrompido, ocasionando a infelicidade.

Palavras chave: Santo Agostinho. Livre-arbítrio. Vontade. Bem. Mal.

## ABSTRACT

The evil is a problem that has troubled philosophers and theologians throughout history, and is still a reason for investigation for some lovers of knowledge. St. Augustine has long been plagued by this issue. In view of this, he adhered to the thoughts of Manicheans and Pelagians. However, dissatisfied with the answers obtained, he converted to Christianity, when he wrote the work *De libero arbitrio*, in an attempt to present a solution to the height required by the question. In his work, Augustine investigates the evil in creation and explains its relationship with will and free will. In this way, beings, through their actions, approach the Supreme Good or move away, triggering a happy or miserable life respectively. According to Augustine, although free will can also be used to sin, it is a necessary asset to prove that ontological evil does not exist and to ensure the moral value of actions committed by human beings. As a result of this faculty of free will, man can be truly and truly free, thus achieving happiness. On the other hand, also due to free will, the human being can use his will in a corrupt way, causing unhappiness.

Keywords: St. Augustine. *De libero arbitrio*. Will. Good. Evil.

## LISTA DE ABREVIATURAS

*Conf.* – *Confissões*, de Santo Agostinho.

*De quant. animae.* – *De Quantitate Animae*, de Santo Agostinho.

*LA.* – *Livre-arbítrio* (O), de Santo Agostinho.

*NB.* – *Natureza do Bem* (A), de Santo Agostinho.

*Trind.* – *Trindade* (A), de Santo Agostinho.

## SUMÁRIO

	<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>X</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>SERÁ DEUS O AUTOR DO MAL? .....</b>	<b>4</b>
2.1	A NATUREZA DE DEUS .....	5
2.2	A NATUREZA DE DEUS E A HIERARQUIA DOS SERES.....	19
2.3	OS MODOS DE FALAR DO MAL .....	26
2.4	O MAL ENQUANTO PRIVAÇÃO.....	29
<b>3</b>	<b>A VONTADE: CAMINHO PARA EXPLICAR O MAL.....</b>	<b>37</b>
3.1	O HOMEM.....	39
<b>3.1.1</b>	<b>O corpo e a alma.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Razão, memória e inteligência.....</b>	<b>44</b>
3.2	O DISCERNIMENTO DAS LEIS: LEI ETERNA E LEI HUMANA .....	48
3.3	A VONTADE.....	52
<b>3.3.1</b>	<b>A vontade, causa de si mesma .....</b>	<b>55</b>
<b>3.3.2</b>	<b>A vontade corrompida: o pecado original.....</b>	<b>58</b>
3.4	O LIVRE-ARBÍTRIO .....	60
<b>3.4.1</b>	<b>Graça divina e liberdade.....</b>	<b>64</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O homem é um ser que compõe a história, desenvolve o conhecimento e a todo momento está a fazer filosofia. É de sua natureza questionar-se sobre as coisas que de alguma forma lhe despertam a atenção, em especial quando dizem respeito à sua natureza como, por exemplo: O que é o ser humano? Quem o criou? Qual é sua missão? Afinal, as pessoas desejam desvelar o início de tudo para compreender o seu papel neste mundo e, com base na sabedoria do passado, traçar as possibilidades para o futuro.

Estas indagações, como tantas outras, ao longo da história, deixam claro que a vida enquanto cíclica é uma passagem, os seres possuem um início e um fim. Aliás, quando se analisa a criação, as ações daqueles que nela habitam, assim como as consequências que delas decorrem e que, direta ou indiretamente, afetam os seus semelhantes, percebe-se que este fim pode ocorrer de diversas formas. Neste mundo, em meio a tanta alegria e amor, há também muito sofrimento, dor, miséria, infelicidade e injustiça. Um contexto assim desperta algumas questões a serem refletidas: há maneiras de se viver da melhor forma possível e evitar, por conseguinte, toda dor e todo mal? Afinal, o que é este “viver bem”? Por outro lado, o que seria o mal? Qual são as implicações e efeitos que o bem e o mal provocam na vida do ser humano e na história?

Ao longo do tempo, a filosofia, as crenças e a ciência buscaram responder e desvendar estas perguntas que ainda desafiam as mentes brilhantes do presente. Esta pesquisa está ancorada no pensamento do filósofo Agostinho (354-430 d.C.)<sup>1</sup> bem como na sua filosofia que permeia a obra intitulada *O livre-arbítrio*. As noções de bem e mal são os objetos essenciais desta investigação no intento de explicar sobre o modo com que este último se dá na ação humana. Agostinho busca, com esforço, desvendar a problemática do mal bem como sua presença no mundo e também desmistificar as teorias que explicam o mal simplesmente atribuindo-o a uma divindade ou personificando-o em um ser. Para o filósofo, a resposta está relacionada aos seres racionais. Por isso, a pesquisa busca percorrer os passos de Agostinho no intento de explicar sobre o mal e mostrar como se dá esta íntima relação deste fenômeno com o ser humano.

---

<sup>1</sup> Aurélio Agostinho (Santo Agostinho de Hipona) nasceu na cidade de Tagaste (África) por volta do ano 354. Teve uma juventude perturbada e desregrada, quer intelectualmente quer moralmente, no entanto, seu anseio e busca pela Verdade levou-o à conversão e ao batismo em Milão pelas mãos do bispo Ambrósio no ano 387. Em sua terra levou uma vida de grande ascetismo. Quando eleito bispo de Hipona, por trinta e quatro anos foi pastor e guia de seu povo dando-lhes uma catequese sólida e ensinando-o através de numerosos sermões e escritos. Buscou combater os erros do seu tempo e ensinar a fé cristã fundamentando-a na razão. É considerado um grande filósofo, escritor, teólogo, orador e místico espiritual, pois escreveu um total de 113 obras marcando assim, com sua filosofia, toda a Idade Média. Agostinho morreu no ano 430 e seus restos mortais repousam na cidade de Pavia, no norte da Itália.

Acompanhando Agostinho, pretende-se investigar inicialmente o mal na criação para, em seguida, demonstrar como sua origem está ligada diretamente com o agir humano, em ações praticadas de modo voluntário e consciente. Estas ações, antes de aproximar os seres de sua realização última que consiste no gozo do Bem eterno, acabam por afasta-los deste fim, conduzindo-os ao apego das coisas que são temporais e passageiras. As ações são livres e aos homens foram concedidos dons que lhe permitem, dentre tantas coisas, agir e modificar as causas da natureza, seguir as que já existem, pôr em prática os preceitos estabelecidos pela Lei divina ou viver à margem dela. No entanto, segundo Agostinho, uma vez que o homem é livre para fazer suas escolhas e realizar seu querer, ele também é responsável pelo resultado de suas ações, sejam elas boas ou más, sendo o único autor delas. E não há outro!

Para tanto, a obra *O livre-arbítrio* é a base fundamental para toda esta investigação, e para dar suporte e sustentabilidade à argumentação, outras obras do filósofo são consultadas, a saber: *A Trindade*, *Confissões*, *A Natureza do Bem* e *De Quantitate Animae*. Embora alguns fatores como o espaço e o tempo, a cultura, a história, os valores morais, as crenças, as pessoas, as motivações, dentre outros, situem estas obras em um contexto muito particular da patrística latina, elas não deixam de ser imprescindíveis para a compreensão do pensamento agostiniano bem como suas explicações e contribuições específicas sobre o problema do mal. Ainda que escritas em um tempo distante, estas obras são tidas com grande apreço e valor intelectual para a pesquisa e investigação filosófica, com o objetivo de produzir e preservar o conhecimento por meio de um comprometimento com temas que ainda são caros e problemáticos nos dias atuais.

Responder ao problema do mal consiste em um ofício árduo, e Agostinho dedicou o seu tempo a encontrar uma resposta que pudesse salvaguardar a imagem do Criador sem que este fosse responsabilizado pelo mal que ocorre no mundo. Em vista disso, divergindo das teorias da época, o filósofo propõe uma resposta diferente a ser encontrada no íntimo de cada ser racional.

Este trabalho visa analisar que o mal, enquanto corrupção, somente encontra explicação racional se estudado a partir do escopo da ética e, conseqüentemente, das ações humanas. Os seres humanos escolhem e agem segundo o próprio querer, movendo-se por meio da vontade de maneira tal que se afastam do Bem e como resultado cometem o pecado, levando em decorrência disso, uma vida distinta daquilo que realmente desejam, a saber, a felicidade.

Logo, dois capítulos são desenvolvidos neste trabalho de modo a contemplar a análise do mal nestas obras de Agostinho. O primeiro capítulo, intitulado “Será Deus o autor do mal?”, pretende explicar que Deus não pode ser considerado o autor do mal. Para tanto, serão abordados os seguintes pontos: a) a natureza de Deus; b) a natureza e a hierarquia dos seres; c)

os modos de falar do mal; e d) o mal enquanto privação. Já o segundo capítulo, denominado “A vontade: caminho para explicar o mal”, visa abordar o mal enquanto resultante da ação humana realizada voluntariamente. O próprio ser racional escolhe os bens e usa seus dons de modo a abusar deles, cometendo o mal e afastando-se do Bem, o que implica também afastar-se da verdadeira felicidade e merecer padecer o justo castigo em reparação da ordem natural. Assim, este capítulo está estruturado de modo a contemplar os seguintes pontos: a) O homem; O corpo e a alma; Razão, memória e inteligência; b) O discernimento das leis: lei eterna e lei humana; c) A vontade; A vontade, causa de si mesma: A vontade corrompida: o pecado original; d) O livre-arbítrio; Graça divina e liberdade.

## 2 SERÁ DEUS O AUTOR DO MAL?

O mal é um problema que além de persistir ao longo da história ainda resta muito a ser discutido em pleno século XXI. O assunto chamou a atenção de muitos intelectuais da filosofia ao longo dos séculos, despertando um singular interesse em Agostinho. Ainda em sua juventude, o filósofo foi seduzido por este paradigma, como ele mesmo afirma na obra de sua autoria intitulada *O livre-arbítrio*. O problema do mal e a formulação da resposta que lhe corresponde constitui um longo caminho que traça a evolução do seu pensamento, através de uma trajetória de questionamentos. Dentre as filosofias propostas para a interpretação do mal se destacam duas teorias: pelagianismo e maniqueísmo. Agostinho abraçou as teorias maniqueístas que propunham uma explicação dualista e tornou-se adepto delas por um longo período, mas é após sua conversão ao cristianismo em Milão no ano 386 d.C. – e iluminado pela filosofia cristã – que ele escreve *O livre-arbítrio* com o propósito de refletir sobre a liberdade do homem e a origem do mal.

Agostinho traz iluminação a respeito do conceito de Deus e também explica que o cosmos foi criado por esta divindade que é sumamente boa e perfeita. Logo, conseqüentemente, todos os seres enquanto existem são bons, pois d’Ele são oriundos. Além disso, nada escapa a ordem de sua divina Providência. Para o filósofo, todos os seres criados são compostos de: modo, ordem e espécie. Dessa forma, seguem as leis divinas enquanto estão dispostos em uma hierarquia de acordo com o grau de ser que cada um apresenta.

O universo uma vez que procede de Deus, não permite a desordem e o mal enquanto ser. Por isso, o mal não é um elemento natural da criação, ele deve ser pensado e compreendido enquanto fruto de uma desordem que possui como causa a vontade livre do ser humano. Agostinho explica que o mal é sempre uma privação de um bem, enquanto ser ele não é. Para chegar a esta conclusão, o filósofo investiga a natureza de Deus, o que o conduz a refletir sobre os seres e a forma como estes estão dispostos no cosmos. Como resultado da análise do Ser divino bem como da natureza e as criaturas que a compõe, o mal passa a ser abordado de duas maneiras: o mal moral e o mal físico. O primeiro se dá enquanto escolha da ação voluntária dos seres racionais com relação aos bens, já o segundo é compreendido como consequência do primeiro.

É no ser humano que Agostinho encontra a chave que lhe faltava para aquietar seu coração sobre o problema do mal. Para ele, o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, ou seja, é racional e conseqüentemente superior a todos os seres que existem e vivem. Além do mais, possui uma vontade que dentre as vastas possibilidades, lhe permite escolher

entre os bens da criação, seguir a vontade divina ou negá-la afastando-se assim do sumo Bem e iniciar novas causas na natureza como também alterá-las. Agostinho, em sua argumentação, se esforça para compreender e trazer à luz da razão o que professamos pela fé sobre o mais perfeito dos seres, isto é, Deus. Ao explicar sobre a definição que há sobre Deus, o filósofo remove as possibilidades de atribuir a Ele toda a responsabilidade pelo mal. Posteriormente ele provoca uma reflexão sobre as criaturas, pois é ao analisar a criação que Agostinho enfatiza o ser humano como o mais admirável dentre os seres.

O filósofo compreende que o mal não possui um ser no exterior, tampouco pode ser aceito enquanto uma personificação ontológica. Assim, para a sua compreensão, deve-se percorrer um caminho que perpassa pelo interior dos seres racionais. De acordo com Agostinho, os homens, diferente dos seres irracionais, têm consciência de todas as suas ações, inclusive da ordem natural que é estabelecida por Deus. Eles possuem por meio dos dons que o Criador lhes concedeu a possibilidade de fazer o bem e gozar da verdadeira felicidade, enquanto vão se aproximando do sumo Bem, o que também lhes possibilita percorrer um caminho inverso que consiste em: afastar-se dos bens eternos, cometer o pecado, viver na infelicidade e sofrer as consequências em reparação do mal praticado voluntariamente sem a menor necessidade.

Agostinho explica que o ser humano é o verdadeiro autor do mal e este não é um ser ontológico. Para ele, o mal deve ser analisado e compreendido enquanto ação moral. Por isso, existe em decorrência de um bem que sofre uma privação. De acordo com o filósofo, apenas o bem possui ser, em vista disso, é contraditória a existência de um mal ontológico, pois este é sua negação e caso fosse uma substância, necessariamente seria bom. Para defender a bondade dos seres é na moralidade que o filósofo encontra um raciocínio plausível sobre o mal ao atribuí-lo à falta de bem que uma natureza qualquer deveria possuir. Assim, por meio da obra *O livre-arbítrio* será possível reconhecer e admitir que o mal deve ser resumido à ação do homem que, por sua vez, contradiz a sua própria natureza.

## 2.1 A NATUREZA DE DEUS

Ao pensar sobre o mal na perspectiva de Agostinho, muitas são as perguntas que podem ser levantadas a respeito: O que é? De onde vem? Possui uma causa? É oriundo de Deus ou do homem? Ele pode ser explicado? Diante de um mundo inundado pela dor, sofrimento, angústia, tristeza, erro e imperfeição, como conceber a existência de um ser completamente bom, Deus, tal como propõe a leitura cristã de Agostinho? Questões como estas nos ajudam a entender como este tema constitui um grande desafio a ser explicado pela racionalidade, inclusive do

nosso tempo. Conforme escreve José Roberto Abreu de Mattos (2013)<sup>2</sup>, diversos são os males que afligem a existência do homem e tais problemáticas constituem um mistério para a teologia e um problema para a filosofia. Na busca por explicações e respostas, ao longo da história, muitos cristãos, filósofos e teólogos gastaram suas vidas no entendimento deste assunto sem, no entanto, ter-se esgotado as dúvidas.

No intento de apresentar uma explicação plausível, Agostinho propõe-se a discutir algumas correntes de sua época a partir de sua visão filosófica e cristã acerca do problema do mal. Ele parece remover o mal do campo metafísico para discuti-lo a partir do campo da moral. Ou seja, não mais personificado como um mal, mas antes compreendido como proveniente de certas ações humanas. Para chegar ao ponto de negar a ontologia do mal e criar uma nova formulação que se torne plausível, o filósofo deve confrontar a sua filosofia com as teorias que permeiam a sua época, como por exemplo o pelagianismo.

Pelágio<sup>3</sup> apresentou uma teoria a qual nega o ensinamento dos cristãos sobre o pecado original. Ele serve-se da metáfora de Adão e Eva contida na Sagrada Escritura para expressar que, embora eles tenham pecado, seus atos não implicam consequências para toda a posteridade. Isto é, todas as pessoas, ao nascerem, estão livres da culpa e do pecado. De acordo com Mattos (2013), os pelagianos compreendem que a ação dos primeiros pais é apenas um mau exemplo que, posteriormente, seus descendentes optaram por seguir, por isso continuam a pecar. É dessa forma que Pelágio compreende a existência do pecado no mundo. Nas palavras de Eduardo Carvalho (2018, p. 54-55)<sup>4</sup>, entende-se que:

[...] o homem tem em si mesmo a capacidade de escolher livremente entre o bem e o mal. [...] o mal não é corrupção da natureza ontológica do homem, mas apenas um hábito que se externa e se concretiza na prática do homem. Entretanto, o desejo não pode ser mau ou bom antes de sua execução, pois ele é despertado pelo hábito e não existe nada para impedir o homem de escolher o que é bom e evitar, desta maneira, o mau.

Nesta doutrina, o pecado é entendido como aquilo que o homem faz de mau, o mesmo não pode ser transmitido hereditariamente e também não apresenta ligação à natureza humana.

<sup>2</sup> MATTOS, José Roberto Abreu de. *O problema do mal no livre-arbítrio de Santo Agostino*. 2013, 146 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2013.

<sup>3</sup> Pelágio provavelmente viveu durante o século IV d.C. Era monge, detinha conhecimentos filosóficos e teológicos de seu tempo. Em sua doutrina, sustentava que a salvação do homem depende dele mesmo, pois enquanto possuidor do livre-arbítrio, é capaz de escolher entre o bem e o mal. Embora incerto, é possível que tenha morrido por volta de 423 d.C. Para aprofundamento, recomenda-se a leitura de: OLSON, Roger E. *História da Teologia Cristã: 200 anos de Tradição e Reformas*. São Paulo, SP: Editora Vida, 2001.

<sup>4</sup> CARVALHO, Eduardo. *O ético-moral em Santo Agostinho*. 2018. 98 f. Dissertação (Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

Segundo Elias de Medeiros Guimarães (2008)<sup>5</sup>, o pecado é uma questão de escolha, ou seja, os homens escolhem imitar Adão ou não. Agostinho posicionou-se contrário e criticou veementemente as teorias pelagianas. Para ele, de acordo com Mattos (2013, p. 124), “através do pecado original, o homem perverteu a sua natureza, inferindo-se que depois dele a criatura humana deixou de ser igual aquela criada por Deus”. Na época, a igreja católica durante o Concílio de Éfeso em 431 d.C. acusou Pelágio de heresia por: negar o pecado original, sustentar que o homem não depende da graça de Deus para salvar-se e que por meio do livre-arbítrio o ser humano possui a capacidade de, pela própria vontade, decidir sobre o seu futuro, ou seja, escolher entre o bem e o mal.

Ainda de acordo com o pensamento de Pelágio, aceitar que o pecado original imprima consequências para toda a humanidade é o mesmo que negar a bondade do Criador. Para ele, Deus é justo e bom. Assim, atribui o castigo ou a recompensa de acordo com o merecimento de cada ser humano. Logo, como o homem possui a vontade livre, depende apenas dele querer pecar. Sobre esse aspecto Agostinho não se distancia do pelagianismo, pois o filósofo comunga da mesma ideia em sua obra *O livre-arbítrio* ao expressar que o homem goza de uma vontade que pode se direcionar aos bens superiores ou inferiores segundo o querer de cada ser que a possui. Assim sendo, “[...] é pela vontade que merecemos e levamos uma vida louvável e feliz; e pela mesma vontade, que levamos uma vida vergonhosa e infeliz” (LA, I, 13, 28). Segundo Agostinho, de uma boa ou má vontade segue-se o merecimento de cada ser humano conforme orienta a divina Providência. Além disso, para Pelágio cada ser racional possui sua relação com Deus, ou seja, o pecado de um sujeito não interfere na vida do seu semelhante; em suma, cada ação dependeria apenas do indivíduo que a pratica.

Mattos (2013, p. 124) afirma: “[...] se disser que o homem não pode por sua vontade e forças próprias escolher o bem, tampouco há de se dizer que o homem possua livre-arbítrio, como entendiam os maniqueístas”. Agostinho, por sua vez, é contrário a este pensamento, pois embora dotada de livre-arbítrio, a humanidade carrega as consequências do pecado original: “[...] a ignorância e a dificuldade. Da ignorância, provém o vexame do erro; e da dificuldade o tormento que aflige” (LA, III, 18, 52). A humanidade perdeu sua liberdade e padece desse castigo onde apenas a graça divina pode restaurar o homem dessa condição para que possa voltar-se novamente para o bem.

Desde cedo, as questões sobre o mal sempre foram uma preocupação para Agostinho. Em busca de respostas, ele investigou o que dizem os Livros Sagrados sobre o assunto, mas

---

<sup>5</sup> GUIMARÃES, Elias de Medeiros. *O conceito de vontade em Agostinho*. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

insatisfeito com a falta de respostas, e em busca de uma explicação mais fundamentada na racionalidade, o filósofo passa a aderir ao maniqueísmo, corrente filosófica elaborada entre os séculos III d.C. e IV d.C. pelo persa e filósofo cristão, Mani. Nas notas introdutórias de *A Natureza do Bem*, Mário A. Santiago de Carvalho (1992, p. 15)<sup>6</sup> expressa quais eram os objetivos de Mani ao gastar seus esforços na tentativa de fundar sua própria religião, assim sendo:

Mani pretendia fundar uma religião e uma igreja verdadeiramente universais diversamente das características esotéricas, elitistas e iniciáticas das outras gnósticas afins [...]. Baseado no que pretendia ser uma revelação nova acerca do ‘mistério da Profundidade e da Elevação, da Luz e das Trevas, do Conflito e do Conhecimento’ e numa nova coleção escriturística, Mani pretendia fundar uma igreja ecumênica ou ‘católica’. Preocupado com a salvação de toda a Humanidade, nele sobressai o recurso a um missionaríssimo metódico e a um sincretismo, então em voga.

Mariciane Mores Nunes (2009, p. 18-19)<sup>7</sup> apresenta como os maniqueus interpretavam o cosmos e atribuíam uma resposta ao problema do mal, para eles:

[...] havia duas divindades supremas a presidir o universo: o princípio do bem e o princípio do mal – a Luz e as Trevas. Como consequência moral, afirmavam ter o homem duas almas, cada uma presidida por um desses dois princípios. Logo, o mal é metafísico e ontológico. A pessoa não é livre nem responsável pelo mal que faz. Este é necessário e é imposto ao ser humano.

Nas teorias apresentadas pelo persa Mani, os dois princípios estão sempre em constante tensão, pois o Mal é oposto ao Bem. Ambos são co-eternos e existem desde o princípio, ainda que detenham o mesmo poder, para os maniqueístas o reino da Luz é superior ao reino das Trevas. Em consonância com Nunes (2009), tendo em vista que a luz corresponde à alma e as trevas aos desejos e paixões do corpo, o pecado é tido como algo natural. Segundo Mani, o homem pode libertar sua alma do corpo para gozar do transcendente e, neste caminho, sem dúvida, se dá unicamente por meio da acese. Com efeito, no maniqueísmo o mal possui uma conotação ontológica, uma vez que o pecado cometido pelo homem nesta corrente filosófica é inevitável e involuntário.

Eduardo Carvalho (2018), assim como Nunes (2009), também argumenta sobre o maniqueísmo proposto por Mani ao apresentar uma das definições de mal defendidas nesta teoria. Com efeito, segundo ele, na visão de Mani, “[...] o mal nada mais é que um

<sup>6</sup> CARVALHO, Mário A. Santiago de. *Introdução*. In. Santo AGOSTINHO. *A Natureza do Bem*. Introdução, tradução e nota de Mario A. Santiago de Carvalho, texto latino do CSEL. Porto – Portugal: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 1992.

<sup>7</sup> NUNES, Mariciane Mores. *Livre arbítrio e ação moral em Agostinho: um estudo a partir do De Libero Arbitrio*. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

acontecimento fortuito na existência, mas comprometeu toda ela e passou a ser parte da sua própria estrutura” (CARVALHO, 2018, p. 13). De maneira semelhante Sérgio Ricardo Strefling (2015)<sup>8</sup> reforça que nesta teoria a vontade humana é nula, ou seja, os sujeitos devem aceitar passivamente essa condição determinista. Da mesma forma, Marcos Roberto Nunes Costa (2003, p. 49)<sup>9</sup>, expressa:

[...] Há uma dualidade radical e inteira de duas “naturezas” e de duas “substâncias”: Luz e Trevas, bem e Mal, Deus e a Matéria. Cada um deles é princípio incriado, autônomo, eterno e de potência igual. Enfim, entre eles não há nada em comum, mas a tudo se opõem.

Izaias dos Santos Goes Gomes (2016, p. 613)<sup>10</sup> acresce que: “[...] há uma luta constante por libertação da parte do Bem-Luz da força do mal que está relacionada à matéria: prisão da parte boa da criação. A matéria é uma prisão para a luz por ser feita de parte das Trevas, princípio do mal”.

Diante dos posicionamentos apresentados, embora seja evidente que Deus não é o autor do mal, também o homem não é responsável ao cometer qualquer ação, sejam elas dignas de louvor ou de punição. Tendo em vista o exposto, os maniqueístas entendem que o homem, uma vez que sua matéria é má, não possui a liberdade plena. Por isso, o mal não depende da vontade do homem para agir. Na teoria maniqueísta o mal moral é absoluto, em outras palavras, tal qual Carvalho (2018, p. 42): “O mal praticado não é responsabilidade do homem, nem fruto de seu livre-arbítrio, mas é algo invito e inevitável, fruto de sua natureza má, a matéria”.

Gomes (2018)<sup>11</sup> explana sobre a corrente filosófica do maniqueísmo e também reforça a crença dos seguidores em dois princípios co-eternos, ambos em conflito cósmico. É por meio desses conflitos que o mundo sensível – composto de luz e matéria – vai sendo gerado. Em vista disso, o reino da luz representa o princípio do bem e as trevas correspondem ao mal. Assim sendo, é evidente que o Ser não é único e tampouco onipotente. Além do mais, também a ideia de que o homem não é responsável pelas suas ações é reforçada. Nas palavras de Gomes (2018, p. 21):

<sup>8</sup> STREFLING, Sérgio Ricardo. A significação do termo “vontade” nas obras de Santo Agostinho. *Dissertatio*, Universidade Federal de Pelotas, v. 41, 2015, p. 65-81. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/8502>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>9</sup> COSTA, Marcos Roberto Nunes. *Maniqueísmo: história, filosofia e religião*. Petrópolis: Vozes, 2003.

<sup>10</sup> GOMES, Izaias dos Santos Goes. A origem do mal no pensamento de Agostinho de Hipona. In: III CONGRESSO NORDESTINO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA, 3., 2016, Pernambuco. *Anais eletrônicos...* Pernambuco: UNICAP, 2016. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ocs/index.php/cncrt/cncrt/paper/view/277/61>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

<sup>11</sup> Id. *Agostinho de Hipona: o mal e sua relação com a vontade humana*. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

[...] o princípio bom (Deus) é responsável pela alma que é parte dele mesmo e que vivifica os seres vivos no mundo físico. Por outro lado, existe o princípio mal ou hylê (matéria) responsável pelo corpo ou parte física e por instigar a alma a praticar o mal como também responsável pelo mal no cosmo.

No pensamento maniqueísta, o homem além de ser um composto de bondade e maldade, também possui uma moralidade. Desse modo, compete à alma tomar consciência de sua origem, e quando isso ocorre ela passa a agir de acordo com sua substância originária. Por isso, para os seguidores dessa filosofia, o saber é muito importante, pois sem ele a alma não toma posse do conhecimento para libertar-se do corpo. Analogamente, as mesmas substâncias que compõem o homem também são responsáveis pela constituição do mundo. Sob o mesmo ponto de vista, Agostinho afirma que o mal proposto por Mani não pode sofrer alteração, é absoluto e incorruptível. Portanto, “[...] nem no bem existe parcelas do mal, nem no mal existe parcelas de bem, portanto, ambos não se corrompem, eles permanecem sempre sendo substancialmente o que é de fato: bem e mal” (GOMES, 2018, p. 30).

Gracielle Nascimento Coutinho (2010)<sup>12</sup>, ao analisar o maniqueísmo, compreende que, para os discípulos de Mani, o ser humano é composto pelos princípios ontológicos do bem e do mal, ambos sempre em atrito. Desse modo, naturalmente os seres humanos podem ora se inclinarem para o bem, ora para o mal. Isto posto, qualquer que seja a ação humana, ela sempre será desprovida de moralidade. Mais uma vez, pode-se perceber como a teoria proposta por Mani absolve o homem de quaisquer que sejam as suas ações.

Na busca por respostas satisfatórias sobre o problema do mal, no livro *Confissões*, Agostinho narra sua adesão a este tipo de doutrina por um período aproximado de nove longos anos. Tomado pelas ideias maniqueístas, o filósofo educou-se a conceber o mal de forma corpórea, conforme ele mesmo expressa:

Em conseqüência, eu deduzia que também o mal era uma substância desse gênero, ora massa escura e disforme, ora espessa, chamada terra, ora tênue e sutil, como o ar, que os maniqueus imaginavam como um espírito maligno rastejando sobre a terra. Mas certa religiosidade que possuía me obrigava a crer que um deus bom não podia ter criado uma natureza má. Concluía daí que devia haver duas substâncias opostas entre si, ambas infinitas, sendo porém a má em medida mais limitada, e a boa em medida mais ampla. E desse princípio peçonhento derivavam todas as outras idéias errôneas. (*Conf*, V, 10, 20).

Embora seduzido pelo maniqueísmo, para Émilien Vilas Boas Reis (2010)<sup>13</sup>, Agostinho ainda não estava satisfeito com as respostas acerca da origem e o por que do mal. Em virtude

<sup>12</sup> COUTINHO, Gracielle Nascimento. O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho. *Argumentos*, ano 2, n. 3, 2010, p. 124-131. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/18957>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

<sup>13</sup> REIS, Émilien Vilas Boas. *A faculdade da vontade na polêmica antipelagiana em Santo Agostinho*. 2010. 210 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

disso, Carvalho (2018) esclarece que por volta do ano 383 d.C. o filósofo passa a questionar as bases fundamentais das teorias de Mani. Primeiro ele questiona a possibilidade de Mani ser o próprio Espírito Santo como o mesmo se intitulava. Importa ressaltar que Agostinho recebera uma educação culta e esmerada, o que lhe possibilitava dominar diversas áreas do saber como: música, física, retórica, matemática, filosofia, geometria bem como astronomia. Por isso, suas dúvidas e desconfianças a respeito do maniqueísmo aumentaram ainda mais quando o filósofo se deu conta dos equívocos oriundos da comparação de ambos os saberes. Conforme Carvalho (2018, p. 44):

[...] ele começa a duvidar quanto à racionalidade do maniqueísmo; escriturístico, pela falta de base científica nas críticas maniqueístas ao Antigo Testamento; metafísico, ele considera que existe um disparate quanto à explicação do problema do mal; e moral, ele detecta contradições na vida ascética dos principais maniqueístas. (CARVALHO, 2018, p. 44).

Com a pretensão de obter esclarecimentos, Agostinho interroga o maniqueu Fausto que, por sua vez, deixa as interrogações sem respostas. Consequentemente, o filósofo passa a conceber o ensino maniqueísta como uma mera doutrina centrada em uma fé fantasiosa e aquém da humilde realidade. Mais tarde, ao abandonar o maniqueísmo, passa a ter contato com o materialismo, todavia, ainda encontra problemas nessa teoria, uma vez que, para ele, a divindade não transcende porque embora lhe fosse atribuído características como: eterno, imutável, incorruptível, etc, o divino no pensamento de Agostinho era constituído por uma substância corpórea. Como ele mesmo descreve nas *Confissões*:

Meu espírito protestava veementemente contra todos os meus velhos fantasmas, e eu fazia força para afastar, de um só golpe, para longe do olhar da minha mente, o enxame de imagens indignas que esvoaçavam em torno de mim. Mas apenas dispersadas eis que, num abrir e fechar de olhos, voltavam, compactas e violentas, ofuscando-me o olhar. Desse modo, eu era sempre constrangido a imaginar-te, se bem que não sob forma de corpo humano, sempre como algo corpóreo, situado no espaço, seja infuso no mundo, seja difuso pelo espaço infinito fora do mundo. Sempre, porém, uma entidade incorruptível, inviolável, imutável, que eu antepunha ao corruptível, violável, mutável. (*Conf*, VII, I, 1).

Em conformidade com Maria Janaina Brenga Marques (2012)<sup>14</sup>, no materialismo, Deus e o mundo comungam da mesma substância, todavia há uma divergência nos atributos, isto é, enquanto Deus é perfeito em si mesmo, o mundo sofre alteração e apresenta imperfeição. A cerca do mal, principal preocupação agostiniana, duas hipóteses são levantadas. Assim sendo, ou o mal existe enquanto substância – o que entra em conflito com a natureza divina – ou não existe, o que se mostra contraditório, uma vez que é objeto de análise. Diante deste dilema,

<sup>14</sup> MARQUES, Maria Janaina Brenga. *O livre-arbítrio em Agostinho*. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Agostinho buscará uma explicação por meio de uma justa medida, isto é, um equilíbrio entre o mal no mundo com a bondade e onipotência de Deus.

Em decorrência de inquietações e perguntas sem respostas, o filósofo muda-se para Milão. Segundo Carvalho (2018), é nesta cidade que ele absorve os ensinamentos e as pregações do bispo cristão Ambrósio. Com este homem de fé, Agostinho começa a ter noção de um Deus único e espiritual. Como resultado, converte-se ao cristianismo e abandona as teorias que explicam o mal admitindo a existência de dois princípios eternos em constante tensão. Mais tarde, conforme Gomes (2018), o novo cristão escreverá *O livre-arbítrio*, aliás, uma obra ainda tida com muito apreço e valor em pleno século XXI para os que buscam aprofundar o conhecimento e compreender sempre mais o fenômeno do mal. O objetivo de Agostinho ao escrevê-la consiste em, além de atribuir uma resposta à problemática do mal, também combater, desmistificar e corrigir os ensinamentos que um dia recebera como verdades.

Conforme Marques (2012), Agostinho defende a religião cristã das explicações feitas pelos maniqueístas sobre o mal e sua procedência. Para o filósofo, diferente do bem que provém de Deus, um ser ontológico que enquanto incriado é o princípio de tudo o que existe, o mal enquanto ausente de ser, não possui uma substância. Embebido pelas fontes do cristianismo, Agostinho apresenta uma nova explicação para o problema do mal sem atribuí-lo a Deus, pois Ele tudo criou do nada por infinito amor. Logo, o mal não pode ser compreendido como algo natural que compõe a criação. Além disso, o Criador não está afastado da criação, antes age nela por meio da ordem natural que ele mesmo estabeleceu.

Deus para Agostinho é o princípio de tudo, está presente em todo lugar e transcende a toda a criação. Isto posto, todas as coisas tendem a chegar a Ele enquanto fim. A respeito da soberania divina, o filósofo assim se expressa em *A Trindade*:

E porque antepomos, sem qualquer sombra de dúvida, o Criador às coisas criadas, é preciso que confessemos que Deus é a própria vida em plenitude, que tudo percebe e entende; que não pode morrer, corromper-se ou mudar-se; que não é dotado de corpo, mas é espírito, sumamente poderoso, justo, belo, ótimo e o mais feliz entre todos os espíritos. (*Trind*, XV, 4, 6).

Agostinho passa a conceber uma visão diferente acerca de Deus ao aceitar que a natureza é boa, uma vez que é oriunda do próprio Deus que, por sua vez, é bom, tirou tudo do nada e não pode ser responsabilizado pelo mal. Em *O livre-arbítrio*, o filósofo explica a necessidade de se admitir alguns atributos quando nos remetemos a pensar no Ser do Criador, ou seja,

[...] ninguém terá de Deus um alto conceito, se não crer que ele é todo-poderoso e que não possui parte alguma de sua natureza submissa a qualquer mudança. Crer ainda que ele é o Criador de todos os bens, aos quais é infinitamente superior; assim como ser ele aquele que governa com perfeita justiça tudo quanto criou. (*LA*, I, 2, 5).

A citação anterior ajuda a compreender a nova maneira com que o filósofo passa a compreender a ideia de Deus, isto é, um ser eterno, perfeito, imutável, criador de todos os bens aos quais sempre será infinito. Percebe-se que a ideia de um Deus formado por uma substância corporal ou material acabou dando lugar à concepção divina enquanto portadora de uma substância espiritual. Além do mais, é Ele quem governa a criação com a mais perfeita justiça. O contato com o bispo Ambrósio também possibilitou a Agostinho conceber o homem enquanto um ser que se assemelha ao Criador por meio da faculdade racional.

Da mesma forma, Agostinho em *A Natureza do Bem*, quando faz menção a Deus, logo o reconhece enquanto único ser eterno, perfeito e imortal. Ele criou todas as coisas por puro amor. Contudo, o pensamento do filósofo é claro ao distinguir o Criador de sua criação, enquanto Ele é imutável, os demais seres são passíveis de alteração. Assim sendo:

Deus é o Bem Supremo, acima do qual não há outro: é o bem imutável e, portanto, verdadeiramente eterno e verdadeiramente imortal. Todos os outros bens provêm d'Ele, mas não são da mesma natureza que Ele. O que é da mesma natureza que Ele não pode ser senão Ele mesmo. Todas as outras coisas, que foram feitas por Ele, não são o que Ele é. E, uma vez que só Ele é imutável, tudo o que Ele fez, o que foi feito do nada, está sujeito a mudança. (NB, 1, p. 3)<sup>15</sup>.

Percebe-se que Agostinho enfatiza a natureza divina como sendo o Bem mais perfeito ao qual todas as coisas tendem. Deus enquanto ser eterno e imutável a tudo criou, e por que a criação não goza da mesma substância do Criador, está suscetível aos efeitos do tempo e sujeita à mudança. Embora o ser da criação não seja igual ao ser de Deus, ela participa da natureza divina por meio da graça.

Similarmente Gomes (2018) argumenta que Deus, enquanto substância espiritual, pode estar presente em sua criação. Além do mais, o homem pode busca-Lo e isso se dá de dois modos: fazendo uma busca no próprio interior ou por meio das criaturas, já que elas apontam para Ele. No dizer de Nunes (2009), embora as criaturas sejam boas em sua essência, elas são limitadas, podem cometer erros e corromper-se. Neste sentido, o mal é tido como uma ausência ou diminuição de bens devidos. Em vista disso, conforme Agostinho pode-se dizer que o que se dá com as criaturas, na verdade é a diminuição de bem, ou seja:

Nenhuma natureza, por conseguinte, é má enquanto natureza; a natureza não é má senão enquanto diminui nela o bem. Se o bem, ao diminuir nela, acabasse por desaparecer de todo, assim como não subsistiria bem algum, assim também deixaria de existir toda e qualquer natureza, e não somente a imaginada pelos maniqueus – na qual ainda se encontram tantos bens que é de assombrar a sua obstinada cegueira –, mas também toda e qualquer natureza que se possa imaginar. (NB, 17, p. 21).

---

<sup>15</sup> AGOSTINHO, Santo. *A Natureza do Bem*. Tradução de: Carlos Ancêde Nogueira. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005.

O filósofo preserva toda a essência da natureza ao afirmar que ela é boa, pois foi criada por Deus. Caso ocorresse de alguma criatura perder completamente o ser bom, esta cairia no nada, na pura ausência, isto é, deixaria de existir. Por isso, o mal se dá enquanto diminuição de bem. Reis (2010), ao falar da criação apresentada por Agostinho, afirma que ela depende do Criador para existir, pois os seres recebem a perfeição de Deus que através da Providência rege tudo o que existe com absoluta justiça. Em vista disso, o mal ocorre quando o homem abusa dos bens que compõem o cosmos.

Agostinho reconhece a existência de Deus e defende sua bondade infinita enquanto autor do universo. Assim, como tudo procede de um ser bom que é Deus e sua Providência a tudo governa com perfeita justiça, Ele não pode ser responsabilizado pelo mal. Por isso, as teorias ou seitas, ao conceituar Deus, podem cair em equívoco. Um exemplo é dado pelo filósofo nessa passagem:

[...] não crer que ele é todo-poderoso e que não possui parte alguma de sua natureza submissa a qualquer mudança. Crer ainda que ele é o Criador de todos os bens, aos quais é infinitamente superior; assim como ser ele aquele que governa com perfeita justiça tudo quanto criou, sem sentir necessidade de criar qualquer ser que seja, como se não fosse auto-suficiente. Isso porque tirou tudo do nada. (LA, I, 2, 4).

O interlocutor de Agostinho, Evódio, também admite que todo o bem possui sua origem em Deus. Ele, além de governar tudo justamente, é responsável por atribuir a recompensa aos homens que praticam o bem e, igualmente, a pena aos pecadores. Deus, por meio da Providência governa a criação. Contrário às teorias que aprendera no passado, após a conversão ao cristianismo, Agostinho seguramente afirma que todo ser é bom, logo o mal não passa de uma privação e, conseqüentemente, não pode vir de Deus. O filósofo explica ao mostrar que, mesmo podendo haver corrupção, a natureza continua com sua essência boa:

Toda natureza (*natura*) que pode tornar-se menos boa, todavia, é boa. De fato, ou bem a corrupção não lhe é nociva, e nesse caso ela é incorruptível; ou bem, a corrupção atinge-a e então ela é corruptível. Vem a perder a sua perfeição e torna-se menos boa. Caso a corrupção a privar totalmente de todo bem, o que dela restará não poderá mais se corromper, não tendo mais bem algum cuja corrupção a possa atingir e, assim, prejudicá-la. Por outro lado, aquilo que a corrupção não pode prejudicar também não pode se corromper, e assim esse ser será incorruptível. Pois eis algo totalmente absurdo: uma natureza tornar-se incorruptível por sua própria corrupção. Por isso se diz, com absoluta verdade, que toda natureza enquanto tal é boa. Mas se ela for incorruptível será melhor do que a corruptível. E se ela for corruptível — já que a corrupção não pode atingi-la senão tornando-a menos boa, ela é indubitavelmente boa. Ora, toda natureza ou é corruptível ou incorruptível. Portanto, toda natureza é boa. (LA, III, 13, 36b).

De acordo com sua filosofia, toda a natureza – seja ela passível de corrupção ou não – é absolutamente boa. Se ela for incorruptível, seu ser permanece como é e sua perfeição não

sofre alteração, mas sendo ela corruptível, significa que seu grau de bem sofre diminuição e ela se torna cada vez menos boa. Supondo que uma natureza seja corrompida a tal ponto que o bem se torne totalmente ausente, então ela deixaria completamente de existir. Dessa forma, a natureza é boa, independentemente de ser suscetível aos efeitos da corrupção ou não. Conseqüentemente, toda natureza ou procede de Deus ou é o próprio Deus, logo tudo o que é bom é Deus ou advém d'Ele.

Além do mais, Mattos (2013) ao expor o pensamento agostiniano em contraste com o maniqueísmo, deixa claro que para o filósofo Deus é o bem supremo ao qual nada lhe é superior. Dessa forma, Deus a tudo criou, mas a criação não lhe é idêntica, pois caso o fosse sua substância seria diferente.

As criaturas são criadas por Deus a partir do nada e aquilo que deriva do nada não participa somente do ser, mas também do não-ser. Deste modo, existe na criatura uma espécie de carência original, que por sua vez gera a necessidade de adquirir e também de mudar e, como tal, é a origem da sua mutabilidade. (MATTOS, 2013, p. 109).

Para Agostinho, a criação é resultado da vontade divina que a criou do nada. Por isso, sua obra está à mercê do espaço/tempo, e segue seu curso orientada pela lei natural. Assim sendo, o mal pode ser compreendido como não-ser. Segundo o filósofo, sustentar a existência do mal enquanto ser, como faziam os maniqueus, não é diferente de afirmar que o nada é. Partindo do pressuposto de que o cosmos foi criado por Deus, conseqüentemente, deve-se admitir que as coisas são boas. Portanto, o mal não possui essência<sup>16</sup>.

Agostinho reconhece a natureza divina enquanto Ser que transcende a tudo o que existe, sendo Ele perfeito e eterno. Ele é o Criador, por isso todas as coisas participam do seu ser, conforme escrito em *O livre-arbítrio*:

Esse Ser eterno e imutável não está contido nem se difunde por lugares, nem se prolonga e varia no correr dos tempos. Mas é por sua Perfeição (*Forma*) que puderam se formar todas as coisas que nos rodeiam, ajustarem-se e serem produzidas conforme os números próprios, de acordo com o seu gênero no tempo e no espaço. (*LA*, II, 16, 44).

Deus é o Ser por excelência, e por ser o criador, todos os outros seres dependem dele para existir e participam do seu Ser, uma vez que não são autônomos. Através da participação, os seres criados podem aperfeiçoar a si mesmos, pois embora as criaturas sejam criadas por Deus, elas não comungam da mesma essência que o Criador. Dessa forma, como nenhuma natureza pode dar a si o que não possui, elas recebem a perfeição de Deus que é eterno e

---

<sup>16</sup> Cf. também BELLEI, Ricardo J.; BUZINARO, Délcio Marques. O livre-arbítrio e o mal em Santo Agostinho. *Mirabilia*, n. 11, p. 80-98, 2010. Disponível em: <<https://ddd.uab.cat/record/107089>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

permanecerá o mesmo para sempre. Ele a tudo governa e mantém através de sua Providência garantindo a perfeição de cada ser, já que na ausência dela todas as criaturas recairiam no nada. Em vista disso, o mal não pode ser fruto de Deus, tampouco ser Ele responsável pelo pecado:

[...] todo bem procede de Deus. Não há, de fato, realidade alguma que não proceda de Deus. Considera, agora, de onde pode proceder aquele movimento de aversão que nós reconhecemos constituir o pecado – sendo ele movimento defeituoso, e todo defeito vindo do não-ser, não duvides de afirmar, sem hesitação, que ele não procede de Deus. (LA, II, 20, 54).

O pecado deve ser compreendido enquanto um ato humano que se dá voluntariamente. Dessa forma, está nas mãos dos seres humanos o querer, ou seja, ir ao encontro do bem eterno ou voltar-se para os bens passageiros e corruptíveis. Assim sendo, para o pensamento de Agostinho, não é possível atribuir o mal a Deus.

Reportemo-nos à seguinte questão: Se o cosmos foi criado por Deus, um ser sumamente bom, e por sua vez, toda a natureza necessariamente é boa, de onde vem o mal? Ao ser admitido que Deus é o criador de tudo o que há, como não responsabilizá-lo também pelo mal? Essa é uma questão que também é posta por Evódio diante de Agostinho. Este, por sua vez, além de interrogar a si mesmo, compartilha suas dúvidas, pois tais questionamentos estão expressos no livro *Confissões*, elaborado pelo filósofo. Muitas são as perguntas que o martirizam. Aqui estão dispostas algumas:

Eis Deus, e eis as suas criaturas. Deus é bom, poderosíssimo e imensamente superior a elas. Sendo bom, criou coisas boas, e assim as envolve e completa. Mas então onde está o mal, de onde veio e como conseguiu penetrar? Qual a sua raiz, qual a sua semente? Ou talvez não exista? Por que tememos então e evitamos o que não existe? Se tememos o mal sem motivo algum, é esse temor um mal, enquanto sem motivo nos perturba o coração, e tanto mais grave quanto nada há que temer. Portanto, ou o mal que tememos existe, ou o próprio fato de temê-lo é um mal. Mas de onde vem o mal, se Deus é bom e fez boas todas as criaturas? (*Conf*, VII, 5, 7).

Sendo Deus o criador do universo, logo o mal não pode fazer parte dele enquanto ser. Tampouco pode estar na criação, uma vez que ela é boa. Assim sendo, o mal não é natural na criação, antes é fruto da desordem ocasionada pelos seres dotados de vontade livre, conforme enfatiza Nunes (2009). Para Agostinho, o mundo é regido e organizado conforme o estabelecido pela divina Providência, mas os seres que possuem vontade, estes podem se afastar da vontade divina e, conseqüentemente, provocar o que se chama de mal. Nas *Confissões* o filósofo defende a bondade do universo.

Graças te damos, Senhor! Vemos o céu e a terra, tanto a parte corpórea superior e inferior, como também a criação espiritual e corpórea. [...] Vemos a face da terra ornar-se de animais terrestres e o homem feito à tua imagem e semelhança, isto é, tendo raciocínio e inteligência, superior a todos os animais irracionais. E como na

alma do homem há uma parte que delibera, e por isso governa, e outra parte que é submissa pela obediência, assim vemos a mulher feita para o homem fisicamente. De fato, ela possui, quanto à inteligência racional, uma natureza igual à dele, mas, quanto ao sexo, é submissa ao sexo masculino, tal como o impulso para agir está subordinado à inteligência que concebe a norma de ação. Contemplamos todas essas coisas e vemos que cada uma é boa, e que todas em conjunto são muito boas. (*Conf*, XIII, 32, 47).

A conversão de Agostinho marca uma profunda mudança em sua filosofia. Por meio do cristianismo, o filósofo dedica-se a compreender a origem dos seres para então explicar a ocorrência do mal. Para ele, como toda a criação advém de um Criador que possui uma essência boa, deve-se concluir que ela também é boa. Por isso, o mal não pode ser uma criatura de Deus. Isso significa que admiti-lo ou pensa-lo ontologicamente implica cair em equívoco, já que toda a natureza foi criada do nada por Deus e é boa. No intento de assegurar sem dúvidas que o mal não possui uma origem ontológica, Agostinho busca analisar três definições, conforme explana Marques (2012, p. 170):

1. O mal consiste no que é contrário à natureza; 2. O mal consiste no que prejudica; 3. O mal consiste na corrupção. Analisando assim definições diferentes, Agostinho não obstante chega à mesma conclusão: de modo algum o mal se sustenta como substância, mas somente se sustenta como ausência de substância.

Segundo Marques (2012), no que tange a primeira definição, Agostinho insiste que os maniqueístas estão equivocados por que o mal não possui uma substância. Apresentar o bem e o mal como dois princípios correlatos implica desviar-se da verdade. Além disso, os pensamentos dos maniqueus são confusos: o mal é responsável por privar de certo bem justamente aquilo ao qual está a prejudicar. Sobre a segunda definição, Marques (2012) ajuda a entender que admitir os dois princípios co-eternos como supõem os seguidores de Mani implica uma contradição. Isto é:

[...] como tudo na construção do mundo se resume à mistura de duas substâncias contrárias entre si, o sumo mal e o sumo bem, uma não teria condições de prejudicar a outra cuja essência é imutável; e em si mesmo não contendo bem algum, o sumo mal estaria isento de se prejudicar. Assim não aconteceria diminuição do bem em nenhuma das substâncias, e a corrente definição – o mal consiste no que prejudica – não faria mais sentido. (MARQUES, 2012, p. 172).

Os maniqueístas compreendem que o mal é responsável por prejudicar os seres no momento em que os priva de algum bem que lhes é devido. Contudo, ao investigar tal afirmação, Agostinho encontra nos próprios maniqueístas uma contradição. Para eles a origem do cosmos se dá por meio de dois princípios em constante conflito, ambos eternos e imutáveis, isto é, não são passíveis de alteração. Como podem eles estar em constante conflito se não sofrem qualquer alteração? Agostinho compreende que há uma controvérsia na teoria, pois um não pode prejudicar o outro uma vez que são imutáveis e eternos. Além do mais, ambas as

substâncias não sofrem qualquer diminuição de bem, pois enquanto uma é o bem em absoluto, a outra é a ausência completa de bem. Portanto, o mal não pode prejudicar do modo como afirmam os maniqueístas, já que nas circunstâncias apresentadas seria um absurdo.

Para Agostinho, conforme explana Marques (2012), Deus transcende o espaço/tempo, pois sua essência é perfeita, eterna e imutável. Por isso, não pode ser acometido pelo mal. Por outro lado, o mesmo não ocorre com os seres médios e inferiores, já que estes sofrem alteração. Eles podem se deslocar para o bem ou voltarem-se para o mal. Diante disso, quando o ser se realiza enquanto natureza, ele tende a aproximar-se do Bem em si, e quando ocorre o inverso compreende-se então que o ser tende ao nada ou ao mal. Portanto, o mal deve ser compreendido como a diminuição de um bem. Em síntese, Marques (2012) reforça que Deus é o Bem por excelência, Ele a tudo deu origem, e todas as coisas possuem uma essência boa. Porém, o ser da criação não é igual ao ser de Deus, já que ela está sujeita às leis naturais e é passível de alteração. Por isso, pode sofrer privações que, por sua vez, não procedem de Deus. Agostinho, segundo Marques (2012), explica que a privação não pode ser o sumo mal, pois ocorre com a diminuição de bens, e tampouco não é o bem supremo, já que sofre alteração e decai. Toda natureza é boa, não por ser igual a Deus como mencionado, mas porque participa do seu ser, e o mal é a corrupção que ela pode sofrer.

Na compreensão da terceira e última definição, sabe-se que Mani defende o mal ontológico. Por outro lado, Agostinho descarta veemente essa possibilidade. Para ele, o mal se instala em uma substância, já que o mal, conforme Marques (2012, p. 174), enquanto corrupção: “subtrai em certa medida a natureza íntegra de um ser fazendo com que fique abaixo do esperado, e assim releva um caráter defectivo”. Segundo o filósofo, nada é mau em si mesmo. O que ocorre é que os seres da criação estão sujeitos à corrupção o que não ocorre com a natureza criadora, isto é, Deus pelo fato de ser eterno e estar imune à deformação.

De acordo com Carvalho (2018), não é provável que Deus seja o autor do mal. O Criador é imutável e eterno, por isso não pode ser vítima do mal, no entanto, suas criaturas foram tiradas do nada, e isso lhes implica a necessidade de mudar. Em *A Natureza do Bem*, Agostinho afirma: “seria uma grande audácia sacrílega igualar Deus e o nada, fazendo com que o que é gerado de Deus seja igual ao que é criado do nada” (NB, 10, p. 15). Assim sendo, pode-se compreender que as naturezas corruptíveis assim o são porque não são geradas por Deus, pois se assim fossem, elas seriam iguais a Deus, comungariam da mesma essência e substância. Além disso, são criadas do nada pelo fato de serem mutáveis como o próprio filósofo afirma: “é pois evidente que Ele não gerou de si essas coisas, mas as fez pelo império de sua palavra. O que porém Ele não gerou de si, certamente o fez do nada” (NB, 26, p. 35). Enquanto procedem do

nada e sofrem alteração, como que na falta de algo, as criaturas tendem a se aproximar do Criador e aperfeiçoarem-se, mas elas também podem fazer o movimento inverso. Por isso, elas participam do ser e também do não-ser uma vez que podem se afastar do Bem imutável e perfeito.

Diante do exposto, é evidente e não há dúvidas para Agostinho: Deus tudo criou, por isso toda a criação possui uma essência boa. Em *A Natureza do Bem* ele afirma: “Deus é o Bem Supremo, acima do qual não há outro: é o bem imutável e, portanto, verdadeiramente eterno e verdadeiramente imortal” (*NB*, 1, p. 3). Semelhantemente em *O livre-arbítrio* o filósofo ao referir-se ao ser divino expressa: “[...] nós cremos em um só Deus, de quem procede tudo aquilo que existe. Não obstante, Deus não é o autor do pecado” (*LA*, I, 2, 4).

Fica claro que a divindade não é responsável pelo mal já que este enquanto desprovido de ser se identifica com o nada e não é compatível com o ser da criação. Logo não possui qualquer ligação com o Criador. Em vista disso, se faz necessário investigar na sequência a natureza dos seres que compõe a criação. Através dessa investigação, será possível compreender o modo como às criaturas se relacionam com o Criador bem como entender de que forma a possibilidade do mal pode estar relacionada a elas.

## 2.2 A NATUREZA DE DEUS E A HIERARQUIA DOS SERES

De acordo com Agostinho, a criação aponta para Deus, pois o Criador a tudo governa com perfeita justiça através de sua Providência. Em vista disso, cada ser recebe como consequência de sua ação através da Providência a recompensa como também o justo castigo em reparação do pecado. Deus está ligado à sua obra de amor, assim sendo, Ele concedeu às criaturas, caso queiram, a possibilidade de aperfeiçoarem-se quando se aproximam do Ser divino. Conforme Mattos (2013), para o Criador tudo o que existe segue a ordem natural, ou seja, compõe uma hierarquia de seres que vai desde o mais elevado até o mais miserável e desprezível. Segundo Agostinho, todos os seres, sem exceção, contribuem com a ordem e beleza do universo, inclusive os que cometem o mal:

Deus é, pois, o Criador de todas as naturezas: não somente daquelas que haviam de perseverar na virtude e na justiça, como daquelas que haveriam de pecar. Estas Deus as criou não para que pecassem, mas para que acrescentassem algo à beleza do universo, quer consentindo, quer não ao pecado. (*LA*, III, 11, 32).

A criação não foi idealizada visando a reprodução da maldade nos seres, mas ela é uma possibilidade mediante suas ações. No entanto, todas as ações estão sujeitas ao juízo da lei eterna, pois são praticadas voluntariamente. Se os que fazem o bem recebem uma recompensa

por sua ação, aos que escolhem um bem inferior havendo a possibilidade de evita-lo, é justo padecer os sufrágios decorrentes da própria ação. Assim, ambos os seres, realizado atos bons ou maus, engrandecem e contribuem para a beleza do universo. De certo, a natureza é orientada pela Providência. Em decorrência disso, as criaturas são formadas pela ordem, espécie e modo. Estas três categorias compõem todos os seres em graus heterogêneos, no entanto, se os três atributos estiverem ausentes por completo, então a criatura deixa de existir, conforme o explicado em *A Natureza do Bem*:

Onde se encontrarem estas três coisas em grau superior, aí haverá bens superiores, onde estas três coisas se encontrarem em grau inferior, inferiores serão aí também os bens; onde elas faltarem, aí não haverá bem algum. Igualmente, onde estas três coisas forem grandes, grandes serão as naturezas; onde forem pequenas, pequenas serão as naturezas; onde absolutamente não existirem, tampouco existirá natureza alguma. Logo, toda e qualquer natureza é boa. (NB, 3, p. 7).

Fica claro no pensamento de Agostinho que a natureza é boa e sua estrutura é composta por seres que apresentam graus diferentes de bem. Contudo, se em um ser o modo, espécie e ordem chegarem a faltar completamente, conseqüentemente ele deixaria de existir. Ainda na obra referida, o filósofo reforça o pensamento de que independente do ser criado, todos eles ocupam um lugar, bem como uma função, na hierarquia. Esta foi querida desde o início pelo Criador e orienta toda a natureza conforme a ordem e justiça divina. Portanto, a ordem das coisas deve ser compreendida da seguinte maneira:

[...] foram ordenadas de maneira tal, que as mais fracas se subordinam às mais fortes, as mais frágeis às mais duradouras, as menos potentes às mais poderosas, razão pela qual o que é terreno se harmoniza com o celestial por uma relação de subordinação ao mais excelente. (NB, 8, p. 11-13).

Os seres compõem o universo e estão dispostos nele harmoniosamente de acordo com o grau de ser ao qual são compostos. Dessa forma, os bens inferiores enquanto apontam e estão subordinados aos superiores, também servem de meios para que o alcance às coisas superiores seja possível. Moacir Novaes (2009)<sup>17</sup> também compartilha da ideia de que todos os seres apontam para o Bem supremo, pois ele mesmo afirma:

Cada ser ou degrau inferior aponta para um degrau superior, que deve ser sua causa e regra de ser. Assim, o mal não está positivamente no mundo, não é uma criatura: toda criatura é um bem. O mal é uma ausência, uma falta de perfeição. Os graus de perfeição, ou imperfeição, são um modo de participação na perfeição divina; cada criatura volta-se para o Criador naturalmente, isto é, na medida mesma em que participa do ser através de sua existência precária. (NOVAES, 2009, p. 291).

---

<sup>17</sup> NOVAES, Moacir. *A razão em exercício: estudos sobre a filosofia de Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial: Paulus, 2009.

A criação enquanto obra de Deus é boa, os seres que a compõe são bons, porém mutáveis e por isso são bens imperfeitos, já que diferem da essência do Criador, mas ao se aproximarem d'Ele podem aperfeiçoar a si mesmos. Por meio da subordinação dos seres toda a criação é estruturada hierarquicamente e o mundo terreno fica em harmonia com mundo celestial. Dessa maneira o mal é entendido enquanto falta de perfeição, pois ele ocorre quando um ser havendo a possibilidade de se aperfeiçoar, não busca sua perfeição no Ser perfeito, isto é, afasta-se de Deus.

Para, além disso, Agostinho argumenta sobre a hierarquia de Deus como sendo composta por três realidades, a saber: existir, viver e entender. Por meio de analogias apresentadas em *O livre-arbítrio*, o filósofo explica essa definição. Conforme ele escreve:

Por serem três as realidades: o ser, o viver e o entender. É verdade que a pedra existe e o animal vive. Contudo, ao que me parece, a pedra não vive. Nem o animal entende. Entretanto, estou certíssimo de que o ser que entende possui também a existência e a vida. É porque não hesito em dizer: o ser que possui essas três realidades é melhor do que aquele que não possui senão uma ou duas delas. (*LA*, II, 3, 7).

O filósofo serve-se didaticamente dessas três analogias para ajudar-nos a compreender a hierarquia celestial. Usando como exemplificação a pedra, Agostinho explica que ela possui apenas a existência, ou seja, por si mesma não pensa, age ou tampouco pode aprovar ou reprovar qualquer situação. Por isso, ocupa o grau mais inferior. A segunda analogia se refere ao viver e apresenta como símbolo o animal, diferente da pedra, este além de existir possui a vida, isto é, pode mover-se, utiliza como seu guia os cinco sentidos exteriores, a saber: (tato, visão, audição, olfato e paladar). Todos os sentidos são coordenados pelo sentido interior, é através dele que o animal se relaciona com todos os objetos do mundo sensível e, conseqüentemente, ao sentir agrado vai ao encontro dos mesmos e, quando sente repulsa, deles foge ou evita-os. Para Agostinho, até este ponto o homem e o animal possuem as mesmas realidades, no entanto, a melhor das três perfeições somente o homem a possui, o que o torna superior à todos os seres criados. Além de existir e viver, o ser humano dispõe da inteligência, ou razão. Assim, é esta faculdade que torna possível a todo homem julgar, diferenciar e conhecer o mundo sensível e as sensações. Nas palavras de Reis (2010, p. 39):

O homem, único ser dotado de razão, tem a capacidade de julgar todas aquelas coisas inferiores, colocando-se acima dos outros seres que, apenas existem (seres inanimados), ou que existem e vivem (animais), pois o homem, além de possuir a existência e a vida, possui a inteligência, que é o mesmo que possuir a mente/alma racional. ("*mens rationalis*").

Conforme argumentado por Agostinho, a excelência do homem está na faculdade racional. Por meio dela ele está acima dos seres inanimados e animados, como por exemplo, os

animais. Através da razão, o ser humano, além de existir, tem consciência de sua existência, como o próprio Agostinho escreve: “[...] nem todo ser vivo sabe que vive, ainda que todo aquele que sabe que vive seja necessariamente ser vivo” (LA, I, 7, 16). Segundo o cristianismo de Agostinho, o homem teria sido criado à imagem e semelhança de Deus conforme é expresso na bíblia. Dessa forma, o ser humano possui a faculdade racional que além de torná-lo semelhante ao Criador, permite-lhe também, diferente das demais criaturas, aproximar-se da divindade. Entretanto, Gomes (2018) ressalva que o homem sempre possuirá um conhecimento exíguo sobre Deus, já que sua condição enquanto criatura é limitada. Em *O livre-arbítrio*, o filósofo expõe:

Portanto, acima da natureza – que apenas existe, sem viver nem compreender, como acontece com os corpos inanimados – vem a natureza que não somente existe, mas que também vive, sem ter a inteligência, como acontece com a alma dos animais; e por sua vez, acima dessa última vem aquela natureza que ao mesmo tempo existe, vive e entende, aquela que é a alma racional do homem. (LA, II, 6, 13).

Agostinho argumenta que os seres estão dispostos no cosmos de acordo com o grau de ser que apresentam. Assim, dentre os que possuem a existência bem como a vida, o homem é superior já que para além destes atributos ele possui a inteligência. Segundo Marques (2012), o homem pode dar início a novas causas na natureza, o que não é possível aos animais e seres inanimados. Isso se dá graças à vontade livre, ou seja, o Criador permite que os indivíduos escolham por meio de seu querer, todavia, os mesmos devem responder pelas consequências de suas ações. Conforme o filósofo, somente os seres racionais possuem um querer, por isso, apenas eles estão sujeitos à corrupção.

Embora possa corromper-se, o homem continua a ser o mais perfeito dos seres, em consonância com Guimarães (2008), ele é o produto da união do corpo e a alma, isto é, matéria e espírito. Segundo Agostinho, “[...] é no espírito que reside a faculdade pela qual nós somos superiores aos animais” (LA, I, 7, 16). Para ele, a alma encontra sua realização plena no Criador, por isso busca elevar-se até Ele como está escrito em *A Natureza do Bem*: “[...] a natureza racional é um bem tão excelente, que nenhum outro bem além de Deus mesmo pode fazê-la feliz” (NB, 7, p. 11). Para cumprir esta finalidade, tendo em vista que as coisas inferiores devem estar subordinadas às superiores, de acordo com Agostinho, a razão deve governar o corpo, pois, “[...] só quando a razão domina os movimentos da alma, o homem deve se dizer perfeitamente ordenado” (LA, I, 8, 18). No entanto, por vezes os fracos deixam-se levar pelos desejos e pecam afastando-se de Deus. Diante disso, a iluminação divina auxilia a alma para que suas decisões e julgamentos sejam certos. Para o filósofo,

[...] Deus se acha em tudo presente e que de tantas maneiras se serve das criaturas para chamar a si – a ele, que é o Senhor – esse seu servo que dele se desviou, a fim de instruí-lo, caso queira; consolá-lo, caso espere; encorajá-lo, caso ame; ajudá-lo, caso faça esforço; e escutá-lo, caso implore. (*LA*, III, 19, 53).

Deus age na criação e esta aponta para o Criador que não lhe há de faltar. Dessa forma, embora o homem seja limitado e frágil, pode aceitar a ajuda da graça divina e então aperfeiçoar a si mesmo para buscar as coisas que podem realmente saciar sua alma elevando-a ao gozo do Bem. A graça, de acordo com Agostinho, é necessária para que o ser humano seja liberto de sua condição e possa buscar verdadeiramente as coisas que são eternas, pois o Criador lhe deu todas as condições necessárias para que possa fazer o bem. Por isso, na compreensão agostiniana, o pecado se dá de forma voluntária. Segundo Mariana Palozzi Sérvulo da Cunha (2000)<sup>18</sup>, as escolhas realizadas por meio da vontade humana consistem em uma aproximação ou afastamento do ser que age, em relação ao Ser divino, pois toda escolha sempre é por um bem que pode ser: superior, médio ou inferior.

Dessa forma, o pecado na concepção de Agostinho, pode ser entendido enquanto o movimento que a alma realiza voluntariamente ao se afastar das coisas eternas para se voltar em direção a um bem particular, este pode ser exterior ou interior. Segundo o filósofo, esse movimento é voluntário como ele mesmo afirma: “[...] que seja próprio da vontade aquele movimento pelo qual ela se afasta do Criador e dirige-se às criaturas, para usufruir delas” (*LA*, III, 1, 2). Dessa forma, sendo voluntário tal movimento não é natural, por isso, é culpável. Daí segue-se a justiça divina em reparação das ações más.

Ao se distanciar do bem supremo, a alma, tal qual explana Mattos (2013, p. 126), “[...] sofre e traz agregadamente o pecado, a pena pela transgressão, que não interfere no Criador, mas prejudica a própria criatura, pois que o mal se volta contra ela, deturpando assim a sua natureza”. O caminho reto consiste na prática do bem que aproxima os seres do Criador, afastar-se d’Ele implica uma vida de corrupção e disso segue-se o mal como consequência. Conforme Agostinho, a alma não tem a menor necessidade de pecar, isto é, “[...] ninguém é obrigado por sua natureza a pecar. Tampouco é obrigado a ser levado por uma natureza alheia, porque ninguém peca sujeitando-se ao que não quer, por própria vontade” (*LA*, III, 16, 46). O universo segue uma ordem perfeita, visto ser guiado pela divina Providência. Assim sendo, “[...] não se pode falar de ordem justa, sequer simplesmente de ordem, onde as coisas melhores estão subordinadas às menos boas. Acaso não te parece ser assim? “E Evódio responde:” É evidente

---

<sup>18</sup> CUNHA, Mariana Palozzi Sérvulo da. *Perspectivas da vontade em Agostinho*. 2000. 130 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <[http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPO\\_SIP/280354](http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPO_SIP/280354)>. Acesso em: 21 jan. 2020.

que é dessa maneira” (LA, I, 8, 18). Por isso, quando a ordem é violada, em reparação segue-se como resultado a justa punição que é aplicada pela divina Providência.

Cometer o pecado ou evitá-lo depende apenas da alma, pois compete a ela querê-lo ou não. No entanto, mover-se em direção as coisas inferiores não é natural, se o fosse, a alma não receberia o castigo em reparação por sua culpa. Segundo Agostinho, quando a alma peca: torna-se infeliz. Já o pecado, é corrigido pela lei divina para manter a ordem do cosmos em harmonia, e também resgatar a alma de sua condição. Em *O livre-arbítrio*, o filósofo explica:

O pecado voluntário leva a um estado acidental de desordem vergonhosa, ao qual se segue o estado penal, precisamente para o colocar no lugar que lhe corresponde, para não haver uma desordem dentro da ordem universal. Força o castigo a harmonizar-se o pecado com a ordem do universo. Assim, a pena do pecado vem a reparar a ignomínia do mesmo. (LA, III, 9, 26).

A alma comete o pecado pela própria vontade, pois nada a obriga a querer, exceto ela própria. Como o pecado não é natural, ele causa uma desordem na natureza. Assim, para reparar a ordem divina, cada ser recebe por meio da justiça aquilo que lhe é devido. Desse modo, a ordem do universo é reparada e segue em perfeita harmonia. Conforme expressa o filósofo, “[...] nada pode sujeitar o espírito à paixão, a não ser a própria vontade” (LA, III, 1, 2). Assim sendo, o mal deve ser atribuído ao homem já que ele mesmo o realiza voluntariamente. Segundo Strefling (2015), quando a alma avança em direção ao bem, mantém-se íntegra e capacita sua substância. Por outro lado, quando vem a pecar, realiza um movimento defeituoso que corresponde a uma perda de perfeição, ou seja, move-se rumo ao nada. Deus enquanto criador reestabelece a ordem do cosmos quando esta é violada. Ele pune os maus e dá a recompensa aos bons segundo o mérito de cada um. Assim, as almas que lhe forem fiéis recebem d’Ele a felicidade, conforme o filósofo escreve:

Afinal, ninguém de modo algum, a não ser Deus onipotente, pode ser o Criador de tais almas, de dar-lhes a existência, antes mesmo de ter sido amado por elas. E reformá-las, amando-as; e aperfeiçoá-las, quando por elas amado. É Ele que dá o ser às almas que não existem ainda. E àquelas que o amam como autor de sua existência, concede-lhes o poder de serem felizes. (LA, III, 20, 56).

As almas são criadas por Deus, e embora animem o corpo material, anseiam pelas coisas eternas. Assim como todas as coisas tendem à perfeição, o homem também pode aperfeiçoar-se na medida em que se aproxima do Bem. Conforme o filósofo, os seres humanos desejam a felicidade, ele mesmo deixa isso claro no diálogo que estabelece com Evódio ao questioná-lo: “[...] na tua opinião haverá um só homem sequer que não queira e deseje, de todos os modos, viver vida feliz? “E Evódio responde:” Todo homem a deseja. Quem pode duvidar disso” (LA, I, 14, 30). Assim sendo, naturalmente o ser humano busca e tende à felicidade. É essa busca

transcendental que faz o homem mover-se. Portanto, para chegar a essa vida tão almejada, de acordo com Carvalho (2018), o homem deve além de querer, buscar o Sumo Bem, isto é, Deus evitando os bens que podem afastá-lo d'Ele, pois isso implicaria cair em pecado.

De acordo com Agostinho, a alma do ser humano recebeu do Criador a possibilidade de se aperfeiçoar na busca pelos bens eternos. A decisão de levar uma vida feliz ou infeliz compete apenas ao querer de cada ser. “Pois, criando-os, Deus não os forçou a pecar, visto que lhes deu o poder de os cometer ou não, caso o quisessem” (LA, III, 5, 14). Sendo assim, a decisão de desfrutar de uma vida boa ou padecer os suplícios de uma vida má compete ao homem. Conforme Nunes (2009, p. 9):

[...] além de todas as capacidades, inclusive o privilégio de possuir a razão, existe uma Sabedoria e uma Verdade que é a única fonte do bem e da felicidade, Deus. Por isso, o homem dotado de corpo e alma, deve direcionar seu livre-arbítrio a esta Verdade, evitando o desvio e a escravidão através do mal.

Deus é o bem mais elevado e perfeito, para ele tendem todas as coisas já que são guiadas e ordenadas pela sua divina Providência. Quanto ao homem, o Criador o fez dotado de todas as faculdades as quais lhe permite querer e escolher dentre os bens, assim, “[...] se não quiserem pecar não pecam, mas tendo pecado tornam-se infelizes” (LA, III, 9, 26). Para Agostinho compete a vontade de cada alma voltar-se para os bens eternos ou ir em direção às coisas passageiras, todavia apenas o sumo Bem pode realizá-la plenamente, não há outro bem que pode saciá-la exceto Deus. Para tanto, o ser racional deve buscar viver uma vida que o aproxime do Bem, isto é, viver com retidão em concordância com a ordem divina que governa o cosmos.

De certo, a Providência divina é responsável pelo andamento do cosmos. Todos os seres estão submissos a ela, inclusive o ser humano, pois o mesmo também é contado entre os seres criados, uma vez que: “[...] sua vida continua submissa ao governo da Providência divina, que põe todas as coisas em seu lugar e retribui a cada um conforme os seus méritos” (LA, II, 19, 53). Todavia, enquanto dotado de vontade, diferente dos animais, o homem pode escolher aceitá-la ou não, conforme explica Étienne Gilson (2010, p. 252)<sup>19</sup>:

A natureza é rígida necessariamente por essa ordem, que Deus impôs, e o homem, na medida em que é uma parte da natureza, submete-se à ordem divina sem poder subtrair-se dela. Ao contrário, uma diferença capital aparece com as ações que dependem da vontade humana; no lugar de serem necessariamente rígidas pela ordem divina, essas ações têm como objeto realizá-la. Aqui, não se trata mais de submeter-se à lei, mas de querê-la e de colaborar com seu cumprimento.

---

<sup>19</sup> GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. Tradução Cristiane Negreiros. Abbud Ayoub. 2ª ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

Assim sendo, Deus tudo criou e a tudo governa justamente através da Providência. Os seres criados recebem dela o norte a ser seguido. Porém, diferente dos animais, os seres racionais podem escolher ser submissos à ordem natural ou não, mas quando o homem opta por afastar-se dela, mais distante caminha da felicidade, pois embora o homem seja livre, sua realização última está em abraçar a vontade do Criador como sendo a sua e buscar configurar-se a Ele, pois os seres tornam-se infelizes na medida em que não se aproximam do Ser supremo.

Para Agostinho, as criaturas seguem a ordem natural estabelecida pelo Criador. No entanto, o homem é superior aos seres da criação porque embora deseje a felicidade e também esteja submisso à lei divina, ele desfruta de uma vontade que lhe permite realizar o seu querer. Assim, ele pode seguir os preceitos divinos que o aproxima do Bem, como também afastar-se d'Ele para gozar dos prazeres momentâneos o que conseqüentemente implica em uma vida miserável. Mediante o exposto, dentre os seres, o homem é o único que pode corromper-se através dos seus próprios atos livres realizados para satisfazer seu querer. Dessa forma, o que resta a ser investigado são os males praticados e sofridos, uma vez que para Agostinho eles são morais como será apresentado na sequência.

### 2.3 OS MODOS DE FALAR DO MAL

Para Agostinho toda a criação procede de um Deus bom e justo que a governa por meio de sua Providência. Disso segue-se que todos os seres são bons e o Criador não pode exercitar o mal. No entanto, este ocorre no mundo, e muitas são as tragédias e pessoas que sofrem diariamente. O filósofo não é negligente e reconhece que isso tudo é um fato. Para ele, o mal não possui um ser, pois antes é uma deficiência, um defeito e como tal deve ser sempre pensado enquanto a privação de um bem. Em vista disso, Agostinho afirma que o mal pode ser compreendido em dois sentidos a saber: “[...] um, ao dizer que alguém praticou o mal; outro, ao dizer que sofre algum mal” (LA, I, 1, 1). O primeiro é oriundo da vontade humana, por isso é moral, pois implica uma violação da ordem desejada pelo Criador, dessa forma Agostinho também o denomina falta ou pecado e se dá no aspecto físico. Ele corresponde a um mal particular como, por exemplo: a morte, as doenças bem como os mais diversos tipos de sofrimento. Todavia, é consequência da ação moral praticada pelos seres. De modo semelhante ao se referir a este tipo de mal Rosalie Helena de Souza Pereira (2013, p. 575-576)<sup>20</sup> escreve: “[...] se traduz pelo sofrimento do corpo privado de sua integridade, quanto à ordem moral, que

---

<sup>20</sup> PEREIRA, Rosalie Helena de Souza. Agostinho de Hipona: considerações sobre o mal e temas correlatos em De libero arbitrio. *Veritas (Porto Alegre)*, [s.l.], v. 58, n. 3, p. 567-597, 31 dez. 2013. EDIPUCRS. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2013.3.12957>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

se traduz pela iniquidade instalada na alma”. Isto é, o mal físico exprime-se no sofrimento que um ser padece enquanto resultado de uma ação moral que o mesmo veio a cometer. Para, além disso, segundo o filósofo é nesta categoria que se dá a justiça divina, ou seja, a justa correção pelas ações praticadas.

De acordo com Agostinho, apesar de que Deus não seja o autor do mal, enquanto ser justo compete a Ele julgar cada uma de suas criaturas, isto é: “Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus. E por certo, tais castigos parecem males àqueles que os padecem” (*LA*, I, 1, 1). Mediante o exposto, compreende-se que a justa punição para aqueles que a recebem sempre lhes parece um tipo de mal, todavia “[...] toda penalidade se for justa é a punição do pecado e denomina-se castigo” (*LA*, III, 18, 51). Porém, embora seja Deus quem restaura a ordem da criação, Ele não é o autor do primeiro gênero de males, somente do segundo. Nas palavras do filósofo:

O mal não poderia ser cometido sem ter algum autor. Mas caso me pergunte quem seja o autor, não o poderia dizer. Com efeito, não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação. Se duvidas, reflète no que já dissemos acima: as más ações são punidas pela justiça de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário. (*LA*, I, 1, 1).

O mal consiste em uma ação praticada voluntariamente. Por isso, muitos são os seus autores. Assim sendo, Deus pune os que cometem o mal justamente com a pena que corresponde ao pecado cometido. Se não houvesse liberdade, também não haveria punição. Agostinho compreende que o homem é responsável pelas suas ações, pois o Criador lhe concedeu a vontade livre. Dessa forma, quando o mal é praticado, o homem não fica livre da culpa que lhe é consequência de sua ação. Para ele, “[...] é Deus que atribui o infortúnio aos pecadores e a felicidade aos que praticam o bem” (*LA*, II, 1, 1).

Agostinho insiste na ideia de que o mal deve ser observado enquanto ação moral cometida pelos seres racionais e julgada por Deus. Para ele, “[...] em todas as espécies de ações más é a paixão que domina. [...] Sabes que essa paixão é também denominada concupiscência?” (*LA*, I, 3, 8-9). Segundo o filósofo, cai em equívoco aquele que busca o mal no exterior como se ele fosse um ser, pois este pode encontrar-se no interior de cada ser racional no momento em que a alma é dominada pelas paixões. Ao empregar o termo concupiscência, Agostinho busca fazer referência aos desejos compulsivos sentidos pelo homem com relação aos bens materiais. Além disso, o filósofo reforça a ideia do mal enquanto ação moral, pois quando a paixão domina sob a razão e governa a alma, o homem afasta-se do Bem e então comete o pecado e este o escraviza, uma vez que: “[...] o império das paixões ao lhe impor sua tirania, perturba todo o espírito e a vida desse homem, pela variedade e oposição de mil tempestades, que tem de

enfrentar” (LA, I, 11a, 22). Em vista disso, o homem peca voluntariamente, visto que nada o força a cometer o mal sem seu consentimento. Logo, o filósofo insiste na ideia de que o mal moral é fruto da vontade livre, para ele: “[...] não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade” (LA, I, 11a, 21c).

Supor o mal enquanto ser ontológico não é possível quando admitimos que tudo o que existe procede de um Deus que é infinitamente bom e por isso não pode ser o autor do mal. Assim, conforme José Vicente Martins (1946, p. 284)<sup>21</sup> argumenta: “[...] ao tratarmos da natureza do mal, não há mal senão *sujeitos maus*, da mesma maneira aqui devemos dizer que nenhuma causa pode causar o mal, mas apenas *sujeitos maus*”. Segundo Agostinho, o homem possui a razão e uma vontade livre que o auxilia na busca pelo conhecimento da verdade e gozo do bem, mas quando este faz o movimento retrógrado e passa a querer algo que é condenado ou proibido pela justiça divina, então se depara com o mal moral.

Sabendo que o mal moral é cometido pelo homem de forma livre, poderíamos nos perguntar: o que ocorre quando um homem comete o mal e, conseqüentemente, viola a ordem natural? Conforme Agostinho, a Providência divina governa o cosmos e não interfere no livre-arbítrio dos seres. Ela atribui a recompensa aos justos e a punição aos maus. Assim sendo, de um modo ou de outro, pois seja merecendo a vida feliz ou padecendo os castigos, ambos os seres louvam a Deus e a ordem é reparada. Segundo o filósofo: “[...] o merecimento está na vontade. Assim, a recompensa ou o castigo serão: a beatitude ou a desventura” (LA, I, 14, 30). Nesse sentido, pode-se afirmar que o mal moral ocorre quando o homem usa os bens de modo a afastar-se do Criador. Visto que o Bem é verdadeiramente o seu fim último.

Embora seja possível a análise do mal em duas categorias, Agostinho ainda o resume a uma única categoria, a saber:

[...] menosprezar e considerarmos os bens eternos — bens dos quais a alma goza por si mesma e atinge também por si mesma, e aos quais não pode perder, caso os ame de verdade, e ir em busca dos bens temporais, como se fossem grandes e admiráveis. Bens esses, experimentados com o corpo, a parte menos nobre do homem, e que nada têm de seguro. Para mim, todas as más ações, isto é, nossos pecados podem estar incluídos nessa única categoria. (LA, I, 16, 34).

Para o filósofo, a alma possui a razão e a vontade que lhe permite buscar os bens eternos que podem realmente satisfazê-la completamente. Todavia, ela também pode abandonar tais bens e contentar-se com as coisas inferiores que podem corromper-se e serem perdidas. Embora ela possa renunciar estes bens e usa-los enquanto meios, insiste em apegar-se a eles como se

<sup>21</sup> MARTINS, José Vicente. A Metafísica Do Mal. *Revista Portuguesa De Filosofia*, vol. 2, n. 3, 1946, p. 276–295. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40332646>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

estes fossem iguais aos superiores. Em suma, é dessa forma que Agostinho aperfeiçoa a definição das ações más. Analogamente, Costa (2008, p. 203)<sup>22</sup> em vista do mal enquanto ação humana, argumenta: “na realidade, não existe mal no universo, nós é que julgamos, de acordo com nossos interesses, as coisas como más. Mas em si mesmas elas são todas boas”. O homem deve contentar-se e usar de seus dons de modo correto, assim evita o mal e faz o bem que pode satisfazê-lo.

Assim sendo, em última instância, o mal deve ser compreendido sempre enquanto a privação de um bem, como será apresentado, com base no pensamento de Agostinho, a seguir, pois a natureza é boa e o mal ocorre através da corrupção que os seres podem sofrer quando na possibilidade de escolher um bem superior, privam-se dele para desfrutar de um bem inferior.

#### 2.4 O MAL ENQUANTO PRIVAÇÃO

Enquanto investiga a origem do mal, Agostinho reconhece que Deus é o bem supremo e todos os demais bens são bons porque provêm d’Ele; foram criados do nada e não compartilham da mesma essência do Criador. Por isso, sofrem alteração e podem se corromper. Conforme o filósofo, o ser das criaturas participa do ser de Deus e podem aproximar-se ou afastar-se do Bem supremo. Em *A Natureza do Bem*, Agostinho explica que todos os seres são constituídos de modo, espécie e ordem. Logo, o mal se dá através da corrupção, isto é:

[...] o mal não é senão a corrupção ou do modo, ou da espécie, ou da ordem naturais. A natureza má é, portanto, a que está corrompida, porque a que não está corrompida é boa. Porém, ainda quando corrompida, a natureza, não deixa de ser boa; quando corrompida, é má. (NB, 4, p. 7).

Diante disso, apenas o bem possui um ser, o mal é sua negação, ou seja, não possui uma existência ontológica. Como argumenta Agostinho na obra mencionada, Deus enquanto criador está acima destas realidades de ser e a tudo governa com perfeição. Logo, o mal corresponde a um agir contrário à Providência divina e, enquanto ser, não existe. Conforme escreve Marques (2012), na busca por respostas acerca do mal, o filósofo deparou-se com alguns dilemas:

Na hipótese de indicar uma substância corpórea, o mal não estaria em acordo com a suma bondade e onipotência do Criador Único. Já na hipótese de indicar o nada absoluto, o mal não estaria em acordo com o conhecido fato de se constituir como objeto temido e evitado por todos. (MARQUES, 2012, p. 127).

<sup>22</sup> COSTA, Marcos Roberto Nunes. Ordem, harmonia e perfeição do universo na filosofia da natureza de Santo Agostinho. *Revista Portuguesa De Filosofia*, vol. 64, n. 1, 2008, p. 195–207. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40419555>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

Diferente do maniqueísmo que atribui uma existência ontológica ao mal para então poder explicá-lo, Agostinho em sua filosofia aponta um novo caminho. Ainda segundo Marques (2012), ele não nega a existência de algo que as pessoas se apavoram, sentem medo e buscam evitar, no entanto, para assegurar e não contradizer a bondade e onipotência do Criador, Agostinho interpreta o mal como não-ser, isto é, privação. Em um sentido ontológico o mal é não-ser, e se todos os seres são criados por Deus e Deus é bom, logo o mal não é. Todavia, quando nos referimos à ação humana, o mal de algum modo é, mas ele o é enquanto uma privação. Em Agostinho, ser privação é ser algo, mas não é ser algo enquanto natureza criada, antes enquanto uma transformação da natureza criada por meio da ação do ser humano. Para o filósofo, todos os seres procedem de Deus, divergem entre si e estão dispostos no cosmos de modo hierárquico de acordo com sua medida, número e ordem. Dessa forma, “[...] mesmo se tenderem muito de perto para o não-ser, todavia, resta-lhes certa perfeição que lhes dá de algum modo a existência” (LA, II, 17, 46). Conforme Agostinho, se um ser vier a perder por completo as três categorias o que implica em uma ausência total de bem, restaria apenas o nada absoluto. Consequentemente, o mal deve ser compreendido enquanto uma privação, deficiência ou ausência de um bem. Assim, quanto mais distante um ser está do bem, mais ele se aproxima do não-ser e menos existe. O pecado cometido pelos seres é um defeito que resulta na corrupção que é uma forma de privação. Por isso, Agostinho reconhece no livro *Confissões* que as coisas corruptíveis são boas, porém corruptíveis, ou seja, capazes de serem privadas da qualidade maior do bem. Mediante o exposto, apenas o bem é provido de substância:

Vi claramente que as coisas corruptíveis são boas. Não se poderiam corromper se fossem sumamente boas, ou se não fossem boas. Se fossem absolutamente boas, não seriam corruptíveis. E se não fossem boas, nada haveria a corromper. A corrupção de fato é um mal, porém, não seria nociva se não diminuísse um bem real. [...] Portanto, se são privadas de todo o bem, deixarão totalmente de existir. Logo, enquanto existem, são boas. Portanto, todas as coisas, pelo fato de existirem, são boas. E aquele mal, cuja origem eu procurava, não é uma substância. Porque, se o fosse, seria um bem. Na verdade, ou seria substância incorruptível, e portanto um grande bem; ou seria substância corruptível, e então, se não fosse boa, não se poderia corromper. (*Conf*, VII, XII, 18).

Para Agostinho, todas as coisas que existem são boas independentemente de serem elas passíveis ou não de corrupção. Com efeito, a corrupção implica uma diminuição de bem, dessa forma as coisas enquanto existem são boas e isso não se pode pensar de outro modo. Por isso, o mal não é uma substância, caso fosse seria ele um bem, ele é uma privação de ser, uma ausência de bem de qualquer natureza. Em *O livre-arbítrio*, o filósofo apresenta sabiamente uma explicação do mal enquanto ausência de substância:

Ag. [...] Toda natureza (*natura*) que pode tornar-se menos boa, todavia, é boa. De fato, ou bem a corrupção não lhe é nociva, e nesse caso ela é incorruptível; ou bem, a corrupção atinge-a e então ela é corruptível. Vem a perder a sua perfeição e torna-se menos boa. Caso a corrupção a privar totalmente de todo bem, o que dela restará não poderá mais se corromper, não tendo mais bem algum cuja corrupção a possa atingir e, assim, prejudicar. Por outro lado, aquilo que a corrupção não pode prejudicar também não pode se corromper, e assim, esse ser será incorruptível. Pois eis algo totalmente absurdo: uma natureza tornar-se incorruptível por sua própria corrupção. (*LA*, III, 13, 36b).

Ao explicar sobre a natureza, Agostinho deixa claro que mesmo com a corrupção ela continua sempre sendo um bem que pode apenas diminuir seu grau afastando-se do Bem Supremo indo em direção ao não-ser. Dessa forma, a completa corrupção faz com que a natureza corrompida venha a deixar de existir, isto é, ela recairá completamente no nada.

De maneira semelhante, Gilson (2006)<sup>23</sup>, em plena conformidade com a filosofia e interpretação de Agostinho sobre o mal e conseqüentemente sua ausência de ser, ilumina o pensamento com seus dizeres: “com efeito, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada. [...] Para que haja um mal, é necessário que haja privação; portanto, é necessário que haja uma coisa privada” (GILSON, 2006, p. 273). Gilson reconhece, assim como Agostinho, que todos os seres que existem procedem de um único Ser bom. Logo o mal não pode habitar na criação enquanto um ser ontológico, pois se assim fosse, recairíamos novamente em um dualismo contraditório como o apresentado pelo maniqueísmo. Por isso, o mal se dá na privação de um bem, ou seja, ele ocorre quando um ser escolhe para si equivocadamente algo de grau inferior ao bem que deveria escolher. Conforme escreve Agostinho, “[...] o mal consiste na aversão da vontade ao Bem imutável para se converter aos bens transitórios” (*LA*, II, 19, 53).

O homem enquanto racional sabe e tem todas as faculdades que lhe possibilitam escolher e querer os bens eternos, pois apenas eles podem realmente fazê-lo feliz. Contudo, por vezes acaba privando-se de tal bem e escolhe as coisas passageiras – inferiores – no intento de chegar ao mesmo fim, nisso se dá a privação, pois ela existe quando o homem em sua escolha opta por algo inferior ao bem superior que deveria escolher. Em vista disso, escolhas assim, pecaminosas, além de afastar o ser que as pratica do Bem verdadeiro, possibilitam uma felicidade passageira e ilusória.

Para Agostinho, o mal deve ser pensado enquanto uma deficiência, pois sua existência depende indubitavelmente da ausência do bem e da graça divina. Igualmente Mattos (2013), defende que o mal não passa de uma privação de bem. O que possui existência necessariamente é bom, pois vem de Deus, então enquanto privação, o mal não é. Assim sendo:

---

<sup>23</sup> GILSON, Étienne. *Introdução ao Estudo de Santo Agostinho*. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2006.

[...] o mal não pode ser concebido fora de um bem, e a presença do mal é a maior prova de que tudo é bom. [...] para que exista o mal deve existir uma privação. Deve ocorrer a existência de algo privado de qualquer coisa e, enquanto tal, esta coisa é boa, pois se não fosse boa não poderia sofrer uma privação, porque é somente enquanto privada de qualquer coisa que é má. (MATTOS, 2013, p. 22).

Sendo o bem tudo o que existe, não há espaço para o mal ontológico, já que somente as coisas boas podem sofrer a privação de um bem. É enquanto privação que Agostinho compreende o mal e explica sua presença no mundo além de usar sua existência como prova de que todas as coisas necessariamente são boas, dado que apenas o bem pode sofrer a corrupção. Ademais, Pereira (2013) argumenta que, embora as criaturas apresentem graus de ser heterogêneos, enquanto participam do Ser, todas são boas. Em vista disso, o mal pode ser interpretado da seguinte forma:

Se o mal, porém, fosse uma substância, ele seria um bem; e, se o mal fosse um bem, seria ou uma substância incorruptível, logo seria um grande bem, ou uma substância corruptível; nesse caso, seria um bem que se corrompe porque estaria privado de algum bem, embora não estivesse privado de todo bem. Se, no entanto, estivesse privado de todo bem, deixaria de existir, porque um bem que é privado de todo bem não poderia ser corrompido, logo seria incorruptível, o que é um absurdo, porque somente Deus é incorruptível. Conclui-se, assim, que somente o bem é substância, e o que se corrompe não pode ser substância. (PEREIRA, 2013, p. 574-575).

O mal é atribuído às naturezas corrompidas, no entanto, é importante salientar que se uma corrupção chegar ao ponto de suprimir toda a bondade, logo a natureza deixaria de existir, já que participa do Ser e, este, é inquestionavelmente bom. O próprio Agostinho escreve em *O livre-arbítrio* que: “[...] se acontecesse a supressão total do bem, o que restaria não é um quase nada, mas sim um absoluto nada” (LA, II, 19, 53). O mesmo pensamento é expresso em *A Natureza do Bem*: “[...] a natureza não é má senão enquanto diminui nela o bem. Se o bem, ao diminuir nela, acabasse por desaparecer de todo, assim como não subsistiria bem algum, assim também deixaria de existir toda e qualquer natureza” (NB, 17, p. 21). O filósofo deixa claro e enfatiza que toda natureza é uma substância boa, assim, o mal enquanto ausente de substância ocorre apenas na privação de um bem devido por outro que lhe seja inferior, onde uma completa privação de bem resultaria no nada absoluto.

Para Agostinho, de Deus procede todo modo, espécie e ordem que compõe todos os seres criados, conforme ele mesmo afirma: “[...] o modo, a espécie e a ordem, são três bens gerais que se encontram em todas as coisas criadas por Deus, tanto as espirituais como as corporais” (NB, 3, p. 7). Desta maneira, o mal é compreendido enquanto a corrupção destes bens gerais e pode ocorrer quando: por meio das ações um bem recusa a ser o que tinha o poder de ser; ou fez o que lhe era proibido; ou ainda fez para além da medida necessária.

Embora o bem exista sem o mal, o mal não existe sem o bem. É certo pela fé cristã de Agostinho que Deus a tudo criou e tudo na natureza possui o seu grau de bondade. Logo, para os que procuram a causa do mal, enganam-se por que o mal não tem causa, pois tudo o que é possui ser, conseqüentemente, possui um grau de bondade. Portanto, o mal não é. Melhor dizendo, conforme Pereira (2013, p. 575): “se algo é mau, assim é porque carece de ser; esse algo, portanto, não é; ele é ausência do que lhe convém e do que seria se fosse o que deveria ser”. Agora, a respeito do Ser, Agostinho enquanto convertido ao cristianismo, iguala-o a Deus, somente Ele pode assumir essa condição, pois é perfeito, não sofre alterações, incorruptível, eterno, permanece em si mesmo excluindo toda a possibilidade de modificação. Por outro lado, o oposto do Ser é o nada, que também pode ser chamado de mal ou não-ser. Agostinho, ao falar sobre o mal, em *A Natureza do Bem*, deixa isso claro: “[...] antes de perguntar de onde provém o mal, há que investigar qual é a sua natureza. Ora, o mal não é senão a corrupção ou do modo, ou da espécie, ou da ordem naturais. A natureza má é, portanto, a que está corrompida, porque a que não está corrompida é boa” (NB, 4, p. 7).

O mal é enquanto corrupção, pois conforme o discutido, ele não pode ser pensando de maneira ontológica, já que não possui um ser como todas as criaturas que existem. Assim sendo, Gilson (2006, p. 273-274), assim se expressa:

[...] sendo nada por definição, o mal sequer pode ser concebido fora de um bem. Para que haja um mal, é necessário que haja privação; portanto, é necessário que haja uma coisa privada. Ora, enquanto tal, essa coisa é boa e somente enquanto privada é má. O que não é não tem defeitos. Assim, cada vez que falamos do mal, supomos implicitamente a presença de um bem que, não sendo tudo que deveria ser, é, por isso, mau. O mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em seu sujeito.

O mal não pode ser concebido fora de um bem, pois para haver um mal, antes é necessária uma privação. Logo, ao falar do mal, necessariamente está implícito a presença de um bem que, não sendo o que deveria ser, priva-se de um bem superior e, por isso, comete o mal. Gilson (1995, p. 153)<sup>24</sup> além de reforçar o pensamento de Agostinho e defender a bondade do ser das criaturas, também afirma: “[...] o bem é proporcional ao ser; donde resulta que o contrário do bem, que é o mal não pode ser considerado como do ser. Estritamente falando, o mal não é”. Gilson (1995), se serve do conceito de privação como meio eficiente para explicar o mal que ocorre no mundo, pois é na existência de um bem que desfruta de algo de grau inferior ao qual deveria gozar que podemos nos referir ao mal. Assim como o bem existe, não se pode

---

<sup>24</sup> GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. Tradução de Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

negar que o mal ocorre no mundo, mas como já mencionado, ele se dá não enquanto ser, antes como privação de bem. Nisso consiste o mal.

Para Gilson (2010), a corrupção é responsável pelo rompimento do elo de relação que se estabelece entre Criador e criatura, impedindo a felicidade. Assim sendo,

[...] não corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer, boa; mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas no tanto em que é corrompida. Essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao dizer que o mal é uma privação. Com efeito, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada. (GILSON, 2010, p. 273).

Ordem, forma e medida compõe toda a criação em seus mais variados graus de ser. Por conseguinte, embora exista a corrupção, ela ocorre somente por que há um bem passível de sofrer os seus efeitos, pois como expresso em *A Natureza do Bem*, “[...] toda e qualquer natureza enquanto natureza é sempre um bem – não pode provir senão do supremo e verdadeiro Deus” (NB, 1, p. 3). Todavia, a criação por ser mutável, está sujeita a corrupção que, por sua vez, sempre age diminuindo a sua bondade. Em vista disso, pode-se afirmar que o mal consiste em uma deficiência do ser bom.

De acordo com Agostinho, fica claro que o mal não possui ser. Assim, engana-se quem busca justificar a personificação do mal no intento de eximir a responsabilidade humana perante suas ações. Na criação divina o mal em si não existe, ele não é natural e enquanto movimento defeituoso é contrário à natureza e não procede de Deus. Ele é o resultado da ação humana quando livremente o homem comete o pecado ao escolher os bens inferiores aos superiores. Segundo o filósofo, “[...] o pecado não é o apetecer naturezas más, mas a renúncia a outras, superiores” (NB, 34, p. 45). Através da vontade o homem escolhe um bem imediato e finito ao invés de perseverar na busca pelas coisas que são eternas, uma vez que: “nada pode sujeitar o espírito à paixão, a não ser a própria vontade” (LA, III, 1, 2). Em vista disso, deve-se deixar de lado toda e qualquer ideia que supõem equivocadamente a existência de um mal metafísico. Conforme Agostinho, o mal está ligado às ações morais realizadas voluntariamente por cada ser humano, o que conseqüentemente contradiz a sua própria natureza.

\*\*

Muitas são as proposições que se dizem responder ao problema do mal. Dentre elas, recebe destaque as teorias dos pelagianos e maniqueístas. Agostinho em busca de respostas foi um dos adeptos ao maniqueísmo. No entanto, é após sua conversão ao cristianismo que ele

escreve a obra *O livre-arbítrio*, mudando assim o curso das investigações e propondo uma nova explicação para o fenômeno do mal, uma vez que ele ocorre no mundo.

De acordo com Agostinho, Deus é o autor de tudo o que existe. Por isso, a criação é boa em sua essência. Além disso, Ele a tudo governa com perfeita justiça através da divina Providência. O filósofo, ao negar as teorias de Pelágio e Mani, apresenta uma fundamentação para explicar que Deus é absolutamente bom e disso segue-se que ele não é o autor do mal. Em vista disso, o mal é apresentado enquanto um movimento defeituoso, ausente de ser, isto é, privado de ontologia. Assim, o mal está ligado ao homem, pois cada ser humano pode praticar o mal voluntariamente por meio de suas ações quando na possibilidade de escolher um bem superior, opta por um que lhe é inferior e passa a gozar dele.

Os bens da criação são mutáveis e enquanto perfectíveis podem se aperfeiçoar quando se aproximam do Bem supremo conforme orienta a ordem natural, pois d'Ele emana toda a perfeição. Em vista disso, os bens tendem a se aproximar de Deus, por conseguinte eles são meios de acesso ao qual o homem pode chegar às coisas eternas e realizar a si mesmo em plenitude. Conforme o filósofo, os seres da criação são compostos por três realidades, a saber: ordem, espécie e modo. Estas três realidades são encontradas em diferentes graus nos seres, mas se por ventura estiverem completamente ausentes em um ser qualquer devido à total corrupção, conseqüentemente este ser deixaria de existir. Dessa maneira, a criação é disposta no cosmos conforme uma hierarquia governada por Deus.

Todos os seres seguem a ordem natural, no entanto, o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. Assim, possui uma alma racional e uma vontade livre para que possa fazer o bem e merecer a felicidade, porém o ser humano pode servir-se de tais dons para abusar dos bens e pecar cometendo o mal. Por isso, como consequência das ações a justiça divina restaura a ordem natural e atribui a cada ser o que lhe é devido, seja a recompensa ou o castigo. Agostinho preserva o bem do Criador e a bondade da criação. Assim, explica o mal enquanto fruto da ação humana e insiste em responsabilizar cada um por suas ações, já que para o filósofo o mal enquanto ser não existe.

O mal é reconhecido por Agostinho enquanto uma privação e ausência de um bem superior. Embora a essência dos seres seja boa, eles podem ser privados de um bem, mas se por ventura a corrupção for plena, conseqüentemente toda a bondade do ser seria suprimida e ele deixaria de existir. Por isso, o mal se identifica com o não-ser. Tendo em vista que o mal se dá enquanto corrupção, apenas os seres humanos podem se corromper, pois a eles foi concedida a possibilidade de agir segundo o próprio querer que se expressa em ação por meio da vontade. Assim sendo, com relação ao mal, o que existe são pessoas más que abusam dos bens

concedidos pelo Criador e se voltam em direção aos bens inferiores quando poderiam servir-se dos bens para se aproximar das coisas eternas e merecer a vida feliz. Em vista disso, o mal não é ontológico e se dá no âmbito da moral. Logo, apenas o homem deve ser considerado o autor do mal.

### 3 A VONTADE: CAMINHO PARA EXPLICAR O MAL

Segundo Agostinho em *O livre-arbítrio*, a criação procede de um ser perfeito, eterno e absolutamente bom, isto é, Deus. Em vista disso, tudo o que possui existência é formado por uma essência boa. Para garantir e preservar a ordem entre os seres, a criação é governada pela divina Providência e o cosmos realiza um movimento natural que vai em direção à perfeição última. Assim, todos os seres enquanto tendem a se aperfeiçoar, apontam necessariamente para o Criador. Em vista disso, como podemos compreender o mal nessa obra divina que é perfeita?

O capítulo anterior esclareceu por meio da visão agostiniana que o mal não é um ser e tampouco deve ser atribuído a Deus. No entanto, não se deve negar que ele evidentemente ocorre no mundo. Dessa maneira, o capítulo em questão pretende explicar a sua possibilidade enquanto ação moral realizada livremente pelos seres racionais. O objetivo do capítulo consiste na realização de um processo lógico para deixar claro ao longo da discussão que a única forma de se pensar o mal deve ser moral enquanto ligada intimamente às escolhas livres de cada ser humano.

Para Agostinho, o mal é fruto das ações cometidas pelos homens voluntariamente através das relações estabelecidas com os bens da natureza. Assim, o mal se identifica com a corrupção, pois ele se dá na medida em que existem bens que são passíveis de alteração. Se o mal não possui um ser, como ele pode ser explicado? Se ele está ligado ao homem, como essa ligação ocorre? Conforme Agostinho, o mal é resultado das ações morais, por isso está ligado aos seres racionais, quando eles agem no mundo de maneira tal que voluntariamente passam a privar a si mesmos de um bem superior que lhes é devido para gozar de um bem inferior, afastando-se conseqüentemente do Bem supremo. No intento de compreender esse movimento, se faz necessário entender a concepção de homem, pois é no entendimento do ser humano que o filósofo encontra a explicação para o mal.

Afinal, o que é o homem segundo Agostinho? Como se dá a sua relação com os bens? Qual é o motivo de ter recebido grandes dons do Criador? Por que ele pode ser considerado o autor do mal? Como o ser humano deve proceder para que o mal seja evitado e o bem praticado? Ele deve-se buscar o Bem como fim? O ser humano é livre para agir? Perguntas assim são necessárias para compreender o porquê de o fardo do mal ser colocado sobre os ombros do homem pelo filósofo.

Tendo em vista que a possibilidade do mal parece ser do homem, aonde ela residiria? Para uma resposta à altura, pretende-se analisar a natureza do homem, explica-lo enquanto uma unidade de corpo e alma, na sequência abordar os elementos cognitivos que lhe constituem a

mente. Dessa forma, a investigação conduzirá para a faculdade da vontade. Para compreendê-la bem como o seu modo de operar discutir-se-á aspectos do livre-arbítrio o que influenciará a discussão a explicar sobre a sua relação com a graça tendo em vista a liberdade que consiste na possibilidade da alma contemplar o Bem em si. Todo esse movimento será realizado à luz da filosofia agostiniana e conseqüentemente apresentará uma fundamentação consistente para o mal enquanto ação moral, dado ser este o propósito de toda a investigação.

No que tange o homem, segundo Agostinho, ele é formado pela unidade de um corpo animado por uma alma racional que enquanto habita a matéria disforme e limitada, se esforça na busca pelas coisas que são transcendentais. O entendimento sobre o corpo e a alma deixa explícita a maneira como as pessoas se relacionam com os objetos a ponto de mover-se caso sintam-se atraídas ou afastar-se ao sentir repulsa. O homem além de ocupar um lugar na hierarquia dos seres; anseia pela felicidade; têm consciência de sua condição e realiza um movimento de discernimento com relação aos bens da criação conforme seu próprio querer. Em vista disso, será explanado sobre a concepção epistemológica do ser humano através dos seguintes conceitos: razão, memória e inteligência.

O homem diferente dos outros seres, graças à faculdade racional desenvolveu uma cultura, criou uma história, se relacionou e permanece criando laços com os seus semelhantes para beneficiar a si mesmo e à própria espécie. Assim, ele criou normas para organizar a vida e preservar a paz social. De acordo com Agostinho, são duas as leis que regem a vida e toda a criação, a saber: lei eterna e lei humana. Embora elas sejam divergentes, a humanidade deveria utilizá-las como base para orientar toda a vida moral em prol do Bem que garante a realização plena da alma. Além disso, se as leis expressam a maneira a qual os homens deveriam se relacionar com os bens, as virtudes apontam o único caminho seguro para que o mal seja evitado.

Para poder fazer o bem, o Criador concedeu a vontade a todos os seres racionais. Tal faculdade é apontada por Agostinho como chave para compreender o mal enquanto ação moral e deixar nítido a sua ligação com o homem. Afinal, o que é a vontade? A vontade deve ser contada entre os bens? Existe uma causa para a vontade? A vontade pode se corromper? Seria a vontade a causa do mal? Uma vez que a vontade possibilita ao ser humano fazer o bem ou o mal, o livre-arbítrio além de tornar esse movimento possível, faz de cada agente responsável por sua ação. Assim, era necessário que ele também fosse concedido por Deus aos homens.

Servindo-se da metáfora do pecado original, Agostinho interpreta o pecado dos primeiros pais enquanto uma ação moral aonde eles decidiram livremente não seguir o preceito do Criador para gozar de um bem imediato e inferior. Ao explicar a simbologia o filósofo

reforça a ideia de que o mal é fruto das ações morais e estas são de exclusiva responsabilidade dos seres humanos. Devido ao pecado adâmico a humanidade sofre as consequências, a saber: a ignorância e a dificuldade. Dessa forma, o livre-arbítrio foi fragilizado e a vontade humana por si só não consegue realizar somente o bem que pode fazê-la feliz. Seu querer encontra-se em uma tensão entre as paixões e a razão. No entanto, se o homem aceitar a ajuda da graça, ela pode restaurar a sua condição fragilizada e ajudá-lo despertando nele uma vontade capaz de voltar-se para a prática do bem.

De acordo com Agostinho, o ser humano não é totalmente livre para voltar ao estado inicial que lhe permitia total conhecimento de Deus, isto é, completa satisfação do desejo. O livre-arbítrio possui um limite e através dele o homem não pode ser plenamente feliz. Por isso, ele necessita da ajuda da graça uma vez que a felicidade última se dá no encontro da alma com o seu desejo mais profundo que é o conhecimento de Deus. No entanto, como o conhecimento de Deus está para além da condição humana, a graça possibilitaria à natureza corrompida, aproximar-se da natureza perfeita do Criador e visualiza-la. Assim sendo, o objetivo do capítulo consiste em esmiuçar as problemáticas levantadas e realizar um percurso lógico para deixar claro ao longo da discussão que o mal deve ser pensado moralmente, pois está ligado intimamente às escolhas livres que cada ser humano executa enquanto age no mundo tendo em vista a sua realização plena.

### 3.1 O HOMEM

Como o homem pode ser compreendido? O que ele possui de especial que o faz diferente dos demais seres da criação? Agostinho aborda esta questão e, através da sua resposta, é possível entender qual é a ligação que existe entre o sujeito e o mal moral por ele cometido. Na obra *O livre-arbítrio* o filósofo afirma que os bens da criação podem ser ditos superiores, médios e inferiores: “[...] Deus, na superabundância e na grandeza de sua bondade, pôs à nossa disposição não somente grandes bens, mas também bens médios e inferiores” (LA, II, 19, 50). Agostinho ao observar o cosmos identifica nos seres três realidades, a saber: o ser, o viver e o entender. O homem, enquanto portador das três categorias, é tido como o mais perfeito entre os animais que, por sua vez, apenas vivem e entre os seres que somente existem:

[...] o homem é um bem superior ao animal, em virtude de ser capaz de receber um preceito. E ele torna-se ainda melhor, depois de o ter aceito. E muito mais ainda, após ter obedecido a ele. Enfim, é ainda muitíssimo melhor do que tudo isso, quando a luz da sabedoria eterna o torna bem-aventurado. (LA, III, 24, 72).

Dentre todas as criaturas, o homem ocupa um lugar relevante na hierarquia dos seres. Para Agostinho, ele difere dos animais por que estes possuem apenas duas propriedades, a saber: a existência e a vida; como também dos seres inanimados, pois estes apenas existem. Além de possuir as categorias da existência e da vida, os humanos são dotados de livre-arbítrio como também de faculdade racional. Por isso, o filósofo os considera semelhantes ao Criador. Para ele, tais seres podem modificar a natureza, buscar as coisas eternas ou voltar-se em direção aos bens passageiros e pecar.

Enquanto existe, vive e entende, o ser humano, em alguns aspectos é semelhante às plantas no sentido de: “[...] ingerir alimento, crescer, gerar, fortificar-se” (*LA*, I, 8, 18), em relação aos seres que vivem, relacionamo-nos com o mundo por meio dos sentidos (tato, visão, audição, paladar e olfato). Conforme Agostinho, “[...] a busca dos prazeres do corpo e a fuga dos dissabores constituem atividade da vida animal” (*LA*, I, 8, 18). Para, além disso, segundo o filósofo, “há ainda outras propriedades que não parecem convir aos animais, sem que todavia sejam no homem as mais perfeitas, como, por exemplo, divertir-se e rir” (*LA*, I, 8, 18). Diante do exposto, pode-se compreender que os seres além de estarem ordenados perfeitamente no cosmos conforme o grau de ser que cada um apresenta estão limitados a condições específicas. De acordo com Marques (2012), o homem é superior a todos eles (seres que existem e vivem), porque realiza um movimento reflexivo que lhe permite agir no mundo de acordo com cálculos racionais.

O homem interage com os bens da criação inicialmente através dos cinco sentidos. Todavia, o filósofo explica que “[...] esses cinco sentidos não podem ser sentidos por si mesmos, ainda que por eles todos os objetos corporais sejam sentidos por nós” (*LA*, II, 3, 9). Após absorver as informações do mundo exterior, os sentidos às transmitem para um sentido interior. É por meio desse sentido que os animais se aproximam dos objetos ao sentirem agrado ou fogem deles caso lhes apresentem perigo. Ou seja, “esse sentido interior não somente sente as impressões que recebe dos cinco sentidos externos, mas percebe igualmente os mesmos sentidos” (*LA*, II, 4, 10). Posteriormente, chegamos à razão, esta é a mais perfeita, “porque tudo o que nós sabemos, só entendemos pela razão – aquilo que será considerado ciência” (*LA*, II, 3, 9). Ela também conhece os sentidos corporais e os seus objetos, bem como o sentido interior. Segundo Agostinho, é assim que o conhecimento é produzido. Em suma, o que foi exposto pode ser compreendido da seguinte maneira:

Ora, o evidente até o presente é o seguinte: – que os sentidos corporais percebem os objetos corporais; – que esses mesmos sentidos não podem ter a sensação de si mesmos; – que o sentido interior percebe não só os objetos corporais por intermédio

dos exteriores, mas percebe até mesmo esses sentidos; – enfim, que a razão conhece tudo isso e conhece-se a si mesma. (LA, II, 4, 10).

De acordo com o trecho acima, os seres humanos relacionam-se com as coisas sensíveis captando todas as informações por meios dos sentidos, estas são processadas pelo sentido interior e por fim, convertidas por meio da razão em conhecimento científico. Isso possibilita compreender que as pessoas enquanto seres racionais possuem consciência de suas ações. Ademais, o filósofo explica: “[...] o homem também procede de Deus. Porque o próprio homem tem a possibilidade, quando o quer, de viver retamente” (LA, II, 1, 3). O ser humano possui um querer livre para agir. Logo, se as ações são voluntárias e o homem é consciente delas, segue-se que o mesmo pode ser considerado autor do mal e merecedor da justa punição. Contudo, para que seja possível compreender que o homem é responsável pelo mal que realiza, com base em *O livre-arbítrio* de Agostinho, se faz necessário apresentar a seguir a compreensão sobre a natureza do ser humano enquanto corpo e alma.

### 3.1.1 O corpo e a alma

É enquanto dotados de uma alma racional que os seres humanos se assemelham ao Criador, já que: “[...] Deus não deu a sabedoria aos corpos, nem a todos os seres vivos, mas somente às almas racionais” (LA, II, 11, 31). Embora os seres humanos como também os animais sejam dotados de uma alma, ambas são distintas, pois a alma que apenas vivifica os seres em geral recebe o nome de *anima*, por outro lado, a alma que pensa e raciocina é exclusiva do ser humano, por isso, recebe o nome de *animus*, pois é a sede da sabedoria, que, por sua vez, nesse caso, pode ser chamada de espírito ou mente.

Enquanto criada pelo ser divino, Agostinho reconhece que a alma busca e anseia pelo ser que a chamou a existência. Dessa forma, como que impresso em sua natureza, ela tende a buscar as coisas eternas, como afirma o filósofo, “[...] assim como a alma é toda a vida do corpo, do mesmo modo toda vida bem-aventurada da alma é Deus” (LA, II, 16, 41). Em vista disso, quando a alma consegue se desprender das coisas particulares e passageiras, então ela passa a percorrer um caminho em direção ao Ser que é eterno e perfeito em si mesmo.

Agostinho em *De Quantitate Animae*<sup>25</sup> define a alma do seguinte modo: “e se queres a definição de alma, motivo por que me indagas o que ela é, respondo sem dificuldade. A meu ver é uma substância dotada de razão, apta a reger um corpo” (*De quant. animae.*, 1997, I, XIII, 22). O corpo se move em direção aos objetos apenas porque é habitado pela alma, dessa

---

<sup>25</sup> AGOSTINHO, Santo. Sobre a potencialidade da alma (*De quantitate animae*). Trad. Aloysio de Faria. Vozes, Petrópolis, 1997.

maneira, o movimento que realiza quando vai à busca das coisas eternas depende apenas dela mesma. Em *O livre-arbítrio* o filósofo escreve: “quanto às almas nobres, ao habitarem em seres de baixa condição, elas os dignificam, não por suas misérias, pois não as possuem, mas pelo bom uso que fazem dessas criaturas” (LA, III, 9, 27). Embora o corpo seja inferior à alma que o habita, é essa união que forma o ser humano. No entanto, como a matéria é frágil, a alma fica limitada na busca pelas coisas eternas e por vezes, pode confundir-se. Assim, a alma precisa se esforçar para perceber o que é eterno através da realidade sensível. Guimarães (2008) explica que é por meio da inteligência que a alma do homem pode acessar as coisas eternas e discernir entre os bens o que é certo e errado.

A alma difere do corpo, mas ambos formam uma unidade. Para Marques (2012), enquanto a alma racional está para além do espaço/tempo o corpo, por sua vez, é uma matéria limitada ao espaço/tempo. Assim, corpo e alma possuem objetos distintos que lhe são correspondentes. Ou seja,

Acerca do sujeito *corpo* cabe listar como objeto tudo aquilo contendo características moldadas aos cinco sentidos de forma que possa ser visto ou escutado ou inalado ou saboreado ou ainda tocado. Assim o objeto sempre configura algo situado externamente no espaço-tempo e subsumido na ordem do mundo físico. Já acerca do sujeito *alma* cabe listar como objeto específico – quer dizer, como objeto conhecido na alma mediante si mesma e não mediante intervenção dos sentidos – todo conteúdo denominado ciência. (MARQUES, 2012, p. 190).

O corpo humano está limitado ao espaço/tempo e se relaciona com as coisas através dos sentidos. Já a alma, por sua vez, ultrapassa esse limite e contempla o que é transcendente. Porém, o corpo do homem necessita da alma, pois na sua ausência ele deixaria de existir, mas quando ela faz dele sua morada, anima-o e na busca pelas coisas eternas o faz melhor do que é aperfeiçoando-o. Além do mais, é a alma que, provida de razão, pode buscar as coisas incorruptíveis e orientar a vida do homem conforme o bem. Por isso, Agostinho sustenta que a alma é mais nobre que as coisas materiais: “assim, pois, qualquer alma vale mais do que todo ser corporal, [...] nem se pode retirar-lhe nada da perfeição que faz dela uma alma. Portanto, ela conservará sempre sua superioridade sobre o corpo” (LA, III, 5, 16). Mesmo que a alma venha a se corromper, ela ainda conserva o ser que a torna superior ao que é material.

De acordo com Agostinho, as almas procedem de Deus e habitam um corpo para governá-lo segundo a ordem natural. Elas gozam da razão e podem, conforme seu querer, fazer o bem e buscar as coisas eternas. O Criador as chamou a existência e as capacitou para que possam fazer o bem, conforme o filósofo afirma: “é Ele que dá o ser às almas que não existem ainda. E àquelas que o amam como autor de sua existência, concede-lhes o poder de serem felizes” (LA, III, 20, 56). Por outro lado, estando à alma em contato com os bens que a cerca,

fica encantada por eles a ponto de perder-se e abandonar seu fim último para deles se aproveitar, recebendo assim o que lhes é justo. Isto é, “[...] as almas estão sujeitas a um castigo merecido por seus próprios pecados, sem que seja atingida em nada a integridade, a justiça e a irredutível firmeza e imutabilidade do Criador” (LA, III, 22, 63). Quando o homem transgride com suas ações a ordem natural, logo recebe justamente a recompensa ou o castigo que lhe é devido.

De acordo com Reis (2010), as ações do homem podem ser movidas pela razão ou pelos desejos, assemelhando-se assim aos animais. No entanto, a razão é superior às paixões e deve dominar os movimentos da alma para que as ações sejam boas e justas. Por outro lado, quando as paixões dominam o homem, ele se afasta do Bem e passa a viver uma vida repleta de tormentos, como explica Agostinho, “[...] perturbações são o cortejo habitual das paixões, quando elas exercem o seu reinado” (LA, I, 11a, 22). Quando o ser humano se deixa levar pelas paixões, volta-se para as coisas corruptíveis e nisso consiste o mal, pois as coisas inferiores deveriam naturalmente estar subordinadas às superiores; caso contrário, resultaria em uma inversão da ordem e, por conseguinte, do bem.

A alma racional ao se relacionar com os bens pode escolhê-los para deles desfrutar segundo o seu prazer. No entanto, para Agostinho, a sua realização está na posse do Bem. Quando a alma se deixa guiar pelas paixões começa a apegar-se aos bens temporais de tal ponto que acaba assemelhando-se a eles de tal forma que, voltar-se para os bens eternos passa a ser cada vez mais difícil, como em *O livre-arbítrio* se afirma:

[...] o homem afunda mais e mais nas trevas, à medida que abraça com mais gosto aquilo a que a sua fraqueza adapta-se com maior facilidade. Começa assim a menosprezar o Ser supremo, e a não mais julgar como mal tudo o que engana sua imprevidência, seduz sua indigência ou atormenta a sua escravidão. (LA, II, 16, 43).

Logo, as coisas superiores são naturalmente melhores que as inferiores, dessa forma a alma racional, dotada de espírito deve buscar os bens transcendentais para gozar deles. Buscando o que é eterno, a alma também faz bom uso do corpo ao qual anima aperfeiçoando-o. Entretanto, quanto mais a alma se afasta do Bem, mais fica pervertida e menor se tornam as chances de reencontrar o caminho que conduz ao imutável. Tais consequências ocorrem por meio das ações habituais que podem se configurar em um caráter corrompido.

Por isso, Guimarães (2008) defende a importância de se analisar os hábitos, pois através deles, é possível traçar um perfil do sujeito – o caráter – para então projetar uma probabilidade de suas ações futuras, haja vista ser grande a possibilidade do próximo ato do sujeito ser realizado da mesma maneira. “É o hábito que, voltado para os bens inferiores, mina as forças da alma em sua boa vontade, causando a ineficácia da ação correta” (GUIMARÃES, 2008, p.

58). Ao longo do tempo, os hábitos vão configurando o caráter de cada indivíduo, como já dito pelos gregos. Por isso, se o sujeito erra e continua a errar origina-se um ciclo vicioso que somente a graça divina pode romper e restaurar; mas isso dependerá do consentimento e da liberdade dos seres humanos em se submeter a essa “pedagogia divina”. Como o próprio Agostinho afirma, “tampouco te é imputado como culpa não poderes curar teus membros feridos, mas de menosprezares Aquele que te quer curar. Enfim, são esses os teus verdadeiros pecados” (LA, III, 19, 53).

Deus é presente na criação, logo responde aos apelos dos que o buscam e os ajuda nas aflições. Dessa forma, quando uma alma é infeliz, depende de seu próprio querer para libertar-se dessa condição. Ela precisa aceitar a ajuda divina, ser libertada de sua condição, pois por si mesma, enquanto subsistir um querer contrário, não teria condições de se desfazer destes ferrimentos. Diante disso, a própria alma quando nega ser ajudada é justamente culpada e merece a sua condição.

Novaes (2009) sustenta que a alma reconhece e sente a necessidade de ir ao encontro das coisas eternas, embora possa gozar dos bens à sua volta, são os bens eternos que realmente podem sacia-la proporcionando-lhe um estado de quietude. No entanto, para elevar-se, a alma necessita fazer o bem, evitar as tentações provocadas pelas paixões e deixar-se conduzir pela razão e dessa maneira, pode gozar da verdadeira felicidade.

O ser humano é complexo e ocupa o grau mais excelente da criação, pois além de existir e viver, ele também têm consciência de sua condição como ser pensante. Enquanto ser no mundo, o homem formado pela unidade do corpo e a alma, se relaciona com os bens da criação segundo o seu querer. Conforme Agostinho, essa relação se dá através das ações e estas podem conduzir o agente à prática do bem que lhe garante desfrutar da realização plena, como também pode implicar na miséria quando o sujeito se apega aos bens passageiros e perde de vista o seu fim último, conseqüentemente cometendo o mal. Em vista disso, se faz necessário abordar a seguir as faculdades que integram os homens, a saber: razão, inteligência e memória, no intento de realizar uma análise epistemológica do homem com base nos escritos de Agostinho.

### **3.1.2 Razão, memória e inteligência**

Dentre os seres criados, existem animais com força e tamanho exuberante, no entanto, estão submetidos ao homem e obedecem à sua vontade. Com relação à força bem como outras qualidades o ser humano é inferior a eles, no entanto, são eles que se encontram submetidos a nós por instinto ou hábito. Assim, para Agostinho existe algo na alma do homem que não

existindo nos animais o faz superior a eles. Tal excelência pode ser chamada de razão ou inteligência. Por isso, “[...] nem todo ser vivo sabe que vive, ainda que todo aquele que sabe que vive seja necessariamente ser vivo” (*LA*, I, 7, 16). Ou seja, a razão permite ao ser humano tomar consciência de sua própria existência e viver com mais esplendor exercendo seu domínio na criação.

Em *A Natureza do Bem* o filósofo explica sobre a harmonia do cosmos, pois as criaturas superiores são melhores que as inferiores, dessa forma, estas estão submissas aquelas, ou seja, “[...] o que é terreno se harmoniza com o celestial por relação de subordinação ao mais excelente” (*NB*, 8, p. 13). Diante disso, Agostinho explica que a mente enquanto superior deve dominar as paixões da alma. Conforme ele mesmo afirma: “[...] é necessário, a meu entender, que a mente seja mais poderosa do que a paixão e pelo fato mesmo será totalmente justo e correto que a mente a domine” (*LA*, I, 10, 20). Assim, quando a mente domina sobre os impulsos, o homem vive conforme orienta a ordem natural e pode ser considerado sábio, pois para Agostinho o homem sábio é: “[...] aquele cuja vida está pacificada pela total submissão das paixões ao domínio da mente” (*LA*, I, 9, 19). Além disso, é no uso dessa faculdade tão especial que o conhecimento e os objetos da ciência são produzidos.

De acordo com Nunes (2009), os seres racionais estão rodeados de bens, dessa forma, a razão os possibilita orientar seu querer e realizar um julgamento correto acerca deles enquanto as coisas eternas são almejadas. É dessa maneira que o homem pode evitar o mal e aproximar-se do Bem. O movimento de usar dos bens passageiros apenas como meios para buscar o transcendente enquanto fim ocorre através do exercício racional. Em vista disso, a inteligência é tão essencial ao homem a ponto de fazer dele superior e mais perfeito que outros seres, como o próprio Agostinho esclarece:

Portanto, acima da natureza – que apenas existe, sem viver nem compreender, como acontece com os corpos inanimados – vem a natureza que não somente existe, mas que também vive, sem contudo ter a inteligência, como acontece com a alma dos animais; e por sua vez, acima dessa última vem aquela natureza que ao mesmo tempo existe, vive e entende, aquela que é a alma racional do homem. (*LA*, II, 6, 13).

Na citação acima o filósofo deixa explícito como é constituída a hierarquia que envolve os seres da criação. Dessa forma, ocupando o grau inferior estão os seres inanimados que apenas existem, na sequência vem os seres animados, mas que não possuem a inteligência e, posteriormente a alma racional que além de existir e viver possibilita ao homem entender. A inteligência é o dom mais excelente no homem, pois apenas Deus está acima dela. Embora pela fé seja uma questão indubitável, por meio da faculdade racional também se pode afirmar: “Deus, pois, existe! Ele é a realidade verdadeira e suma, acima de tudo. [...] nós chegamos a

ela, pela razão, como sendo uma verdade certíssima, ainda que sua visão não nos seja muito profunda, pelo conhecimento” (LA, II, 15, 39). O homem pode servir-se de seus dons e buscar sua realização plena que está no repouso em Deus como também perverter-se e afastar-se do Bem absoluto. A razão foi posta em suas mãos para apontar o caminho reto, isto é, “a razão aprecia segundo a luz da verdade e assim subordina as coisas inferiores às superiores, conforme um julgamento correto” (LA, III, 5, 17), mas de nada serve se o homem não quiser viver de maneira ordenada.

Roberto Hofmeister Pich (2012)<sup>26</sup> afirma, assim como defende Agostinho, que a razão orienta o homem para que ele possa permanecer na Verdade. Contudo, conforme ressalta Gomes (2018), o conhecimento humano é limitado e, para que venha a ser pleno, a razão precisa regular os desejos relativos ao corpo e então se desenvolver. Quando o homem é ordenado e a razão desempenha sua função, ele distingue sabiamente seu querer e poder, do contrário, quando as paixões dominam a alma, esta comete o pecado.

Ao abordar a alma humana em *A Trindade* o filósofo se refere à parte superior da alma, isto é, à mente por meio de uma analogia, a saber: “portanto, as três coisas: memória, inteligência e vontade, como não são três vidas, mas uma vida; e nem são três almas, mas uma alma, conseqüentemente, não são três substâncias, mas uma só” (*Trind*, X, 11, 18). Nessas três coisas fica explícito a existência de uma vida, uma só essência e uma só alma que formam apenas uma única substância. Mariana Palozzi Sérulo da Cunha (2001)<sup>27</sup> interpreta essa íntima relação que se dá entre memória, inteligência e vontade proposta por Agostinho assim:

Quando Agostinho trata dos termos *memória*, *inteligência*, *vontade*, pensa em algo específico: no conhecimento de si que temos através desses três elementos, conhecimento que nos conduz a Deus: *memória de Deus*, *inteligência de Deus*, *amor a Deus*. Deprendemos daí a atividade trinitária da *mens*. (CUNHA, 2001, p. 23-24).

É através dessa relação mencionada acima que o ser humano pode chegar ao conhecimento de si, isto é, percorrer um caminho interior que o conduz ao sumo Bem, na visão do filósofo, Deus. Além disso, na compreensão dos movimentos da mente pode-se compreender o modo como o homem age e sua responsabilidade pela ação tomada.

De acordo com Cunha (2001), a relação trinitária ocorre no domínio científico, isto é, no conhecimento racional das coisas corruptíveis bem como no campo da sabedoria através do entendimento das coisas transcendentais. É necessário que a mente conheça a si mesma, para

<sup>26</sup> PICH, Roberto Hofmeister. Sobre a descoberta e a justificação da vontade: notas sobre De libero arbitrio II. *Civitas Augustiniana*, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, p. 160-190, 2012.

<sup>27</sup> CUNHA, Mariana Palozzi Sérulo da. *O movimento da alma: a invenção por Agostinho do conceito de vontade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 117; (Coleção Filosofia, 123).

então voltar-se em direção aos bens superiores, já que são estes os que realmente saciam a alma. Desse modo, é preciso que a mente governe sobre o corpo, pois é justo que as coisas menos boas estejam subordinadas às que são melhores. Quando a alma governa sobre tudo o que lhe é inferior, faz o bem porque permanece fiel à ordem natural e não comete o mal. Para Agostinho, os seres enquanto mutáveis são passíveis de perfeição, mas como eles não podem aperfeiçoar a si mesmos, o fazem na medida em que se aproximam da Perfeição eterna. Portanto, as criaturas podem chegar ao Criador através da participação, ou seja, está em Deus o princípio de todas as coisas. Assim, tudo depende d'Ele. Logo o que não é Deus, participa de Deus, no plano da existência, ou do conhecimento ou ainda do bem.

A mente possibilita ao ser humano discernir entre os bens da criação para praticar o que é justo. Cunha (2001) deixa explícito que embora ela exerça seu poder em um ser material, a mente é ausente de materialidade e foi posta à frente do corpo para exercer seu senhorio. “A *mens* é uma substância espiritual; não se conhece como sendo corpo, se conhece como algo que conhece, define-se pelo conhecimento de si, que nunca desaparece, embora nem sempre seja pensado” (CUNHA, 2001, p. 31). Podemos compreender a relação trinitária da seguinte maneira:

A *memória* refere-se ao conhecimento latente que a *mens* tem de si, e ao próprio ato de lembrar-se de si; a *vontade*, que se procura quando a *mens* acredita se desconhecer, move a *mens* antes que tenha encontrado seu verbo, e a *inteligência* é o que permite à *mens* conhecer-se como presente a si mesma. (CUNHA, 2001, p. 28).

Através da memória, o ser humano pode resgatar as percepções que foram tidas ao longo da vida; a vontade consiste na força que impulsiona o sujeito a uma ação e a inteligência permite a mente desenvolver o conhecimento. Segundo Guimarães (2008), a memória traz à luz as ideias dos objetos mesmo eles estando ausentes, pois é nela que ficam impressos. Dessa maneira, as lembranças podem ser empíricas (captadas pelos sentidos) ou também inatas, como é o caso das verdades da matemática, a noção de Deus, as leis eternas, etc. A respeito da inteligência, o próprio filósofo a esclarece:

O que denomino inteligência é aquela faculdade inseparável do pensamento, quando pela descoberta dos conhecimentos presentes na memória, nosso pensamento é informado pela recordação do que estava à disposição na memória, mas não era ainda pensado. (*Trind*, XIV, 7, 10).

A inteligência esta ligada ao pensamento e auxilia a mente a recordar das coisas que estavam gravadas na memória, mas não estavam sendo pensadas. Além disso, sendo o homem um ser racional, ele anseia pelas Verdades eternas, contudo é o entendimento quem realmente lhe possibilita conhecê-las. De acordo com o filósofo, memória, inteligência e vontade devem

ser pensadas juntas, pois na falta de uma as demais também deixariam de existir, uma vez que: “[...] de nada recordamos da mente, senão pela memória; nada compreendemos senão pela inteligência; e nada amamos senão pela vontade” (*Trind*, XV, 7, 12).

De acordo com Guimarães (2008), compete a memória a conservação de todas as experiências e destas recordações surgem às futuras ações. Por isso, quando as lembranças do homem forem boas, nele será despertada uma boa vontade que o motivará a agir corretamente aproximando-o do bem. Por outro lado, quando elas forem negativas, a implicação será uma má vontade, esta levará o sujeito a afastar-se do Bem e voltar-se para as coisas supérfluas. Tendo em vista que o agir humano poder ser bom ou mau conforme a motivação da vontade de cada agente, com o objetivo de preservar a paz bem como organizar a espécie, os homens serviram-se da razão para desenvolver leis na intenção de evitar o mal e promover o bem através do exercício da justiça. Em vista disso, serão abordadas a seguir as leis responsáveis por estabelecer a ordem do cosmos bem como organizar a vida dos homens com base em *O livre-arbítrio* de Agostinho. Uma vez que, são elas que orientam os seres à prática das virtudes em vista do Bem.

### 3.2 O DISCERNIMENTO DAS LEIS: LEI ETERNA E LEI HUMANA

Enquanto goza de uma alma racional o homem pode discernir entre os bens da criação e buscar os que realmente podem satisfazê-lo. Quanto aos demais seres criados, estes seguem uma ordem perfeita que é regida pela divina Providência. Todavia, os seres racionais, enquanto gozam de uma vontade livre, podem escolher seguir a lei divina bem como afastar-se dela agindo segundo o seu próprio querer. Assim, para melhor compreender as más ações, Agostinho analisa dois tipos de leis, a saber: lei eterna e lei humana.

Para ele, ambas as leis orientam a vida do ser humano, mas elas divergem entre si. A lei civil é criada pelos seres humanos com o propósito de garantir o bem estar e a paz entre os cidadãos. Ela é criada por pessoas que são mutáveis e estão sujeitas aos vícios do tempo. Assim, essas leis podem ser justas e, enquanto o forem, cumprindo com o seu papel de promover a justiça e o bem, é preferível que sejam seguidas. O filósofo se refere a esta lei assim: “denominemos, pois, se o quiseres, de temporal a essa lei que a princípio é justa, entretanto, conforme as circunstâncias e dos tempos, pode ser mudada, sem injustiça” (*LA*, I, 6, 14). No entanto, se um legislador passar a objetivar apenas o interesse pessoal e, deixando de lado a justiça e o bem, promulgar uma lei para tirar proveito, então a lei que antes era justa torna-se injusta ao ponto de ser preferível não mais segui-la. A lei humana, embora busque garantir o bem, pode permitir um mal menor para que um maior seja evitado, como, por exemplo, que um

homem mate um assaltante para preservar a sua vida e seus bens (cf. *LA*, I, 5, 11). Desta maneira, Agostinho escreve: “parece-me, pois, que a lei escrita para governar os povos autoriza, com razão, atos que a Providência divina pune” (*LA*, I, 5, 13). A lei civil em muito contribui com a organização da sociedade, mas parece absolver ações que seriam punidas pela Providência divina. Conforme o filósofo, a lei humana preserva um bem relativo, enquanto que a lei eterna exige, por sua vez, a subordinação das paixões à razão. Além do mais, tudo o que existe de justo na lei humana está contido na lei eterna.

Sobre a lei eterna Agostinho afirma: “[...] é chamada a Razão suprema de tudo, à qual é preciso obedecer sempre e em virtude da qual os bons merecem a vida feliz e os maus vida infeliz” (*LA*, I, 6, 15). A lei eterna possui sua origem em Deus e é responsável pela ordem da criação. Assim, expressa Agostinho a Evódio, “[...] direi que ela é aquela lei em virtude da qual é justo que todas as coisas estejam perfeitamente ordenadas” (*LA*, I, 6, 15). Por ser perfeita, eterna e imutável, esta lei é superior àquela criada pelos homens e é justo ser seguida, uma vez que “[...] nenhuma força, nenhum acontecimento, nenhuma catástrofe nunca conseguirá fazer com que não seja justo que todas as coisas estejam conformes a uma ordem perfeita” (*LA*, I, 6, 15).

Ambas as leis orientam o homem no modo como deve proceder com relação aos bens da criação para não cometer o mal. Todavia, para não cair no erro, é preferível que o homem se deixe conduzir pela lei eterna já que, por meio dela, os bens inferiores estão natural e ordenadamente submissos aos que são superiores. De acordo com Mattos (2013), ao evitar a lei eterna e tomar como norte apenas a lei temporal, grandes são as chances de o homem afastar-se do Bem, deleitar-se no gozo das coisas passageiras e, conseqüentemente cometer o mal, caindo em um estado de pecado. Isso implica em levar uma vida desordenada e miserável. De maneira semelhante, Reis (2010) explica que, embora Agostinho não descarte por completo a lei humana, que pode vir a ser realmente justa e legítima, deve estar fundada na lei eterna. O homem é livre para seguir a lei que for de seu agrado, no entanto o filósofo adverte:

[...] os que se submetem à lei temporal não podem entretanto se isentar da lei eterna, da qual deriva, como dissemos, tudo o que é justo e tudo o que pode ser mudado com justiça. Quanto àqueles cuja boa vontade se submete à lei eterna, eles não têm necessidade da lei temporal. (*LA*, I, 15, 31).

Logo, o mundo ordenado segue a ordem estabelecida pela lei divina. Assim, apenas aqueles que a ouvem e seguem podem gozar da verdadeira felicidade. Mas para isso, é necessário querer e viver de acordo com ela. Segundo Reis (2010), quando o homem segue a lei eterna, relaciona-se com os bens de modo equilibrado, sem perder o objetivo final que é a

posse do Bem. Escolher viver conforme a lei ou pecar depende da vontade livre do homem. Por isso, Agostinho associa o mal moral à vontade ao afirmar: “[...] nada a não ser a vontade poderá destronar a alma das alturas de onde domina, e afastá-la do caminho reto” (LA, I, 16, 34).

A respeito dos bens, Agostinho deixa claro: “[...] não se pode considerar as coisas por elas mesmas, mas sim os homens que podem fazer mau uso delas” (LA, I, 15, 33). O filósofo entende que as coisas simplesmente são e seguem seu curso dirigidas pela ordem natural estabelecida pelo Criador. Assim, os homens podem usa-las conforme a natureza ou contra ela, agindo respectivamente bem ou mal. Porque aquele que faz bom uso mostra que os bens são bons e “[...] quem se serve mal é aquele que se apega a tais bens de maneira a se embarçar com eles” (LA, I, 15, 33). O sujeito se embarça com os bens na medida em que começa a amá-los demasiadamente cometendo abuso e servindo-se mal. Agostinho explica que os bens não representam o mal por si mesmos, o problema está no homem que diante da possibilidade de seguir a lei eterna e viver feliz, pode servir-se da vontade e abusar dos bens a ponto de cometer o mal.

O ser humano é autônomo e livre para escolher se quer seguir a lei eterna ou a lei civil, como também viver à margem de ambas. No entanto, todas as ações demandam uma consequência justa e merecida, uma vez que: apenas a lei eterna pode orientar o homem na prática do bem que pressupõe viver segundo as virtudes; buscar as coisas eternas e desfrutar da verdadeira felicidade. Fazer o bem implica abraçar as virtudes e deixar-se conduzir pela razão, pois quando isso ocorre, segundo Agostinho, “[...] está a dominar na verdade no homem aquilo que precisamente deve dominar, em virtude daquela lei que reconhecemos como sendo a lei eterna” (LA, I, 8, 18).

Para desfrutar dos bens eternos o ser humano deve orientar sua vida de acordo com as virtudes cardeais, a saber: força, temperança, prudência e justiça. Elas são a disposição para a prática do bem e recebem o nome de cardeais porque são tidas como as principais e fonte de todas as outras. Em vista disso, compreende-se que:

Das virtudes, ninguém usa mal; todavia dos outros bens, isto é, dos médios e dos inferiores, pode-se fazer seja bom, seja mau uso. O motivo pelo qual ninguém usa mal das virtudes é que a obra virtuosa consiste precisamente no bom uso daquelas coisas das quais podemos também abusar. Ora, o bom uso nunca pode ser um abuso. (LA, II, 19, 50).

Das virtudes ninguém pode cometer abusos, por isso aquele que vive de acordo com elas configura-se a uma vida honesta, aproxima-se do Bem e contempla a vida feliz. No entanto, ao servir-se dos bens médios e inferiores o ser humano pode agir mal. Assim sendo, “[...] o mal consiste na aversão da vontade ao Bem imutável para se converter aos bens transitórios” (LA,

II, 19, 53). Ou seja, voluntariamente o homem pode buscar o que é eterno como também apegar-se aos bens desviando-se do seu fim e errar.

Para evitar o mal, o homem deve agir de acordo com a razão. Segundo Agostinho, ela é que foi posta à frente da alma para governar sobre todos os desejos e paixões. Conforme Marques (2012), é por meio da inteligência que os seres racionais podem orientar suas ações tendo em vista os bens transcendentais. Entretanto, a busca pelo eterno constitui uma ascese árdua, pois implica à alma uma constante renúncia aos bens corruptíveis, pois “[...] se com muito custo o homem consegue chegar ao divino, com muita rapidez volta ao mundo criado” (MARQUES, 2012, p. 143). Dominar os impulsos e paixões de modo a agir segundo a razão não é fácil ao ser humano, pois os bens passageiros à primeira vista são mais atraentes e despertam a atenção por proporcionar uma felicidade momentânea. Assim, após ceder aos prazeres, o homem tende a afundar-se mais neles, pois na medida em que o prazer cessa, ele tende a repetir a ação para obtê-lo novamente e, nesse movimento, afasta-se cada vez mais do bem em si.

O ser humano busca enquanto fim a felicidade e encontra na sabedoria o meio necessário para chegar a este fim. Para o filósofo, o homem possui impresso naturalmente na mente o conceito de felicidade enquanto objeto de vida. Assim, a alma sabe aquilo que busca e permanece inquieta enquanto não contempla o bem, uma vez que:

[...] assim como antes de sermos felizes possuímos impressa em nossa mente a noção da felicidade, visto ser por ela, com efeito, que sabemos com firmeza, sem nenhuma hesitação afirmamos que queremos ser felizes. Assim também, antes de sermos sábios, nós temos impressa em nossa mente a noção da sabedoria. (LA, II, 9, 26).

Para Agostinho não existe homem no mundo que não busque a felicidade. No entanto, de acordo com Nunes (2009), compreende-se que a felicidade é uma questão de mérito, os seres a conquistam por meio de suas ações, dessa maneira, depende da vontade querer a felicidade ou não, já que “[...] é voluntariamente que os homens a merecem. E acontece que voluntariamente também chegam a uma vida de infortúnios” (LA, I, 14, 30). Assim, como explica Marques (2012), o problema não está nas criaturas, mas nas ações que são realizadas por estas, isto é, nos meios que elas utilizam para chegar ao fim que desejam.

As virtudes conduzem ao bem, mas o homem possui uma vontade que lhe permite escolher, ou seja, ele pode seguir ou renunciar as virtudes, porém tal renúncia implica consequentemente em uma vida infeliz. Suas ações são voluntárias, logo cada ser humano é culpado pela sua escolha e recebe da Providência divina o que merece. De acordo com o filósofo, “[...] é Deus quem atribui o infortúnio aos pecadores e a felicidade aos que praticam o

bem” (*LA*, II, 1, 1). O homem goza de uma vontade livre, logo o Criador exerce a justiça dando a cada um aquilo que corresponde à sua ação. Para fazer o bem, o ser humano deve usar dos bens inferiores e médios como meios para chegar às coisas superiores, é desse modo que o homem pode realizar a si mesmo e gozar de uma vida feliz. Uma vez que, segundo Agostinho, “[...] assim como a alma é toda a vida do corpo, do mesmo modo toda vida bem-aventurada da alma é Deus” (*LA*, II, 16, 41). É no repouso e gozo do Bem supremo que a alma do homem realiza seu desejo mais íntimo que é a vontade de ser feliz, por isso sua jornada se dá na escolha dos bens e no uso deles para realmente cumprir com esse objetivo e não cometer o mal.

A alma para saciar os desejos que lhe são despertados pelo corpo, realiza um movimento racional, este resulta em uma vontade que leva o ser humano a realizar uma ação. Quando o desejo despertado está de acordo com a lei universal, o sujeito faz o bem; aproxima-se da felicidade e cultiva uma boa vontade. Por outro lado, se o desejo manifestado estiver em desacordo com a lei eterna, então o agente desperta uma má vontade que o afasta do Bem e o conduz ao erro. Em vista disso, se faz necessário discorrer a seguir sobre a faculdade da vontade. Uma vez que ela consiste no movimento que o homem realiza para externalizar o seu desejo, é imprescindível para compreender a responsabilidade do sujeito sobre as suas ações.

### 3.3 A VONTADE

Os bens eternos ou passageiros se tornam acessíveis aos seres humanos por meio da vontade, uma vez que segundo Agostinho, “verificamos que ela mesma pode servir-se ora bem, ora mal das coisas” (*LA*, II, 19, 51). Quando o homem deixa sua vontade ser guiada pela razão, suas ações são boas e dignas de louvor. Por outro lado, quando o sujeito permite ser persuadido pelos desejos, comete erros que o afastam do Bem e conduzem a uma vida miserável. Para Agostinho, nada de origem superior domina a mente dos seres racionais, pois seria injusto. Além disso, o que é inferior tampouco pode exercer domínio devido à inferioridade. Isso quer dizer que a alma peca segundo o seu próprio querer, como o próprio filósofo explica:

[...] se, de um lado, tudo o que é igual ou superior à mente que exerce seu natural senhorio e acha-se dotada de virtude não pode fazer dela escrava da paixão, por causa da justiça, por outro lado, tudo o que lhe é inferior tampouco o pode, por causa dessa mesma inferioridade, como demonstram as constatações precedentes. Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio. (*LA*, I, 11a, 21c).

Agostinho deixa claro que a mente é livre para exercer justamente seu senhorio sobre as paixões. Assim, se ela comete erros e se afasta do bem, isso ocorre devido ao mau uso de sua própria vontade. Por isso, reside nessa faculdade à explicação que se busca para compreender

a causa e a possibilidade do mal. Quando o ser humano age por meio da vontade e abusa dos bens, conseqüentemente acaba pecando. Dessa forma, o mal cometido não é oriundo de uma influência exterior, pois é a própria vontade que move o sujeito a agir e recebe como consequência da ação a pena devida à transgressão da ordem natural.

Em *O livre-arbítrio* fica explícito que: “[...] nada pode sujeitar o espírito à paixão, a não ser a própria vontade. Porque nem um agente superior nem um igual podem constrangê-la a esse vexame, visto que seria injustiça” (*LA*, III, 1, 2). Agostinho encontra na vontade a responsabilidade pelo mal praticado. Para ele, o bem se dá quanto mais a alma vai em direção aquilo que é eterno, pois o movimento natural realizado pela criação consiste na busca pelo transcendente. Assim, a pena está ligada às ações de culpa, como tal movimento não é natural, compreende-se que nele está implícito o mal. Logo a alma pode ser acusada de pecado e merece o infortúnio que se segue.

A vontade livre foi concedida pelo Criador ao homem para que ele possa fazer o bem tendo em vista a sua felicidade. Esta se dá quanto mais os seres racionais se dirigem em direção ao Bem eterno. Assim, “[...] é pela vontade que merecemos e levamos uma vida louvável e feliz; e pela mesma vontade, que levamos uma vida vergonhosa e infeliz” (*LA*, I, 13, 28). Isso quer dizer que o mal possui uma ligação com a vontade de cada ser racional e suas ações na criação, mas embora o homem possa cometê-lo, a vontade lhe foi dada para que ele viva retamente. Como as ações humanas não são determinadas era necessário que o Criador concedesse a cada um uma vontade livre possibilitando escolher e querer agir. Assim, cada homem é responsável pelas suas ações, uma vez que: “[...] o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre” (*LA*, I, 13, 29). Dessa maneira, quando o ser humano transgredir a ordem natural, conseqüentemente a justiça se encarrega de aplicar-lhe a devida punição como correção de seus atos. Isto posto, seja vivendo retamente merecendo a recompensa ou padecendo os castigos pelo mal cometido, a ordem natural sempre permanece preservada, conforme Agostinho, “os pecadores, que pelo pecado saíram da ordem, tornam à ordem mediante o castigo. Como esta ordem não corresponde à sua natureza, chamamo-la pena; mas, por ser o que cabe à culpa, dizemo-la justiça” (*NB*, 7, p. 11).

Graças a vontade livre concedida pelo Criador, o homem pode agir e se relacionar com os bens da criação conforme o seu próprio querer. Dessa forma, segundo Agostinho, “[...] seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira” (*LA*, II, 1, 3). Assim como a vontade é necessária para que o agente possa realizar suas ações, ao mesmo tempo ela também o faz responsável por elas. Disso segue-se que eles podem servir-se da vontade e realizar o bem como também abusar dela e cometer ações más. Entretanto, como toda

a criação segue a ordem natural, a justiça recai sobre cada agente e lhes dá o que merece, seja a recompensa ou o castigo que conseqüentemente corresponde a cada ação. Segundo Gilson (2010), enquanto portador de uma vontade livre o homem está apto a escolher tudo o que lhe convêm, isso deixa explícito que o mesmo pode também praticar o mal quando se entrega aos prazeres inferiores, em resumo:

Eis por que é necessária ao homem uma vontade pessoal e livre, bem médio em si mesmo, que permaneça livre para se voltar ao bem supremo e para possuí-lo na beatitude, ou para afastar-se dele para gozar de si mesmo e das coisas inferiores, no que consiste o mal e o pecado. (GILSON, 2010, p. 278).

A vontade livre possibilita à alma buscar e contemplar os bens eternos como também afastar-se das coisas superiores para voltar-se às inferiores conforme seu agrado. Através da vontade os homens se tornam responsáveis pelas ações que realizam, se ela não existisse, fazer o bem ou o mal não implicaria em nada, isto é, seriam atos meramente naturais em que receber a recompensa ou a punição não faria mais sentido. Por essa razão, ela é um bem fundamental aos seres racionais. A respeito da vontade, Nunes (2009, p. 85) assim se refere:

[...] a vontade livre foi concedida ao homem para que ele possa, segundo o querer de sua vontade, optar por uma vida reta e, com isso, experimentar a recompensa por ocasião de sua escolha, ou, então, optar por desviar-se do bem e, dessa forma, provar da justiça que inflige o castigo aos que se desviaram do bem e a alegria da recompensa aos que escolheram viver retamente.

O bem é possível ao homem porque ele possui uma vontade que o move de modo a merecer a recompensa quanto o castigo, pois tal faculdade também deixa aberta a possibilidade para o mal, mesmo ele não sendo necessário. No entanto, sua execução se dá quando a alma corrompe a vontade a deixar os bens superiores para voltar-se em direção aos que são passageiros. Quando isso ocorre, o sujeito comete o mal e sofre as conseqüências aplicadas pela ordem natural. A alma está cercada pelos mais diversos bens e pode escolher o que for do seu agrado. Assim, “[...] será conforme o mérito dessa escolha que se seguirá para ela o infortúnio ou a felicidade” (LA, III, 25, 74).

Guimarães (2018, p. 46) afirma que a vontade pode ser entendida enquanto: “[...] uma faculdade do homem dada por Deus, onde, junto com a razão, a vontade é a força que impulsiona o homem a agir”. Quando a razão cumpre com o seu papel, a alma se serve dos bens inferiores para chegar aos superiores de modo a não pecar. O pecado está ligado às ações de culpa, assim tal movimento não é natural, pois nele está implícito o mal. Portanto, conforme Agostinho, “[...] podemos acusar a alma de pecado, quando verificamos que claramente ela prefere os bens inferiores, em abandono dos superiores” (LA, III, 1, 2). Já que o movimento

natural consiste na busca pelo transcendente. A vontade é um bem médio concedido pelo Criador para que a alma se realize e se torne merecedora da vida feliz. Servindo-se da vontade livre as almas se relacionam com os bens que estão a sua volta podendo ama-los na medida em que estes podem conduzi-las ao Bem. Portanto, o amor desordenado pode implicar em ações más. Além disso, é na relação com os bens que o homem constrói uma boa ou má vontade. Mas afinal, qual seria a causa da vontade? Como é possível compreender essa questão? Com base em *O livre-arbítrio* buscar-se-á explicar sobre essas questões na sequência.

### 3.3.1 A vontade, causa de si mesma

Para Agostinho, a vontade é a causa de si mesma. Por isso, enquanto senhora de si, ela pode voltar-se para os bens que forem de seu agrado desde que se responsabilize por eles. Sendo a vontade a causa das ações humanas, o filósofo afirma: “[...] qualquer que seja a causa da vontade, ou ela será justa ou injusta. Se for justa, quem quer que lhe obedeça o impulso não pode pecar. Se for injusta, que cada um resista a ela, e não mais pecará” (LA, III, 17, 49). Quando a vontade está de acordo com a ordem natural o ser humano faz o bem, por outro lado, quando ela é desregrada, as pessoas cometem as ações más. Dessa maneira, “[...] é a vontade desregrada a causa de todos os males. [...] De onde se segue que a raiz de todos os males não está na natureza” (LA, III, 17, 48). Quando Agostinho se interroga se a vontade humana possui uma causa anterior, ele assim se expressa:

Realmente, ou bem é a vontade ela mesma (a causa de si), e não se sai dessa raiz da vontade; ou bem não é a vontade, e então não há pecado algum. Logo, ou a vontade é a causa primeira do pecado, e nenhum pecado será causa primeira do pecado, e a nada se pode imputar o pecado senão ao próprio pecador. Logo, não se pode imputar justamente o pecado a não ser a quem seja dono da vontade. Ou, afinal, a vontade não será mais a causa do pecado e, assim, não haverá mais pecado algum. (LA, III, 17, 49)

É possível compreender que Agostinho nega a possibilidade de que a vontade humana esteja condicionada à qualquer vontade anterior a ela, nem mesmo à vontade divina. Ou seja, para Agostinho, a vontade é causa de si mesma a medida que o homem, agindo por seu livre-arbítrio, é o único responsável por suas escolhas, sejam elas de acordo com a lei divina ou não.

Através da vontade os seres podem se relacionar com as coisas agindo de forma boa ou má. Em Agostinho fica claro que o movimento realizado pelo homem é possível graças à vontade que ele possui. Assim, a causa do pecado reside no ser humano e não se deve buscar outra, uma vez que a sua vontade é a causa de si.

Mesmo que o homem se sirva da vontade para cometer também o mal, ela sempre será um bem, assim como toda a criação, pois procede de Deus e este não pode ser o autor do mal.

Conforme Agostinho, “[...] ela é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem, em vez de dizer que o doador não deveria tê-lo dado a nós” (LA, II, 18, 48). O filósofo reconhece que se o homem fosse privado de sua vontade ele não poderia fazer o bem, por isso ela lhe é necessária. Além disso, os bens podem ser usados de modo bom ou mau, dependendo da maneira como os seres servem-se deles. Em vista disso, a culpa pelo mal não está nos bens, antes nos seres que cometem os abusos com eles.

Segundo Gilson (2010), as ações podem aproximar o homem do Bem em si como também podem afasta-lo. Isso depende sempre do querer que esteja agindo sobre a vontade fazendo-a mover-se. Assim,

[...] todo movimento da alma tende ou na direção de um bem a ser adquirido ou conservado, ou para longe de um mal a se evitar ou descartar: o movimento livre da alma para adquirir ou para evitar algo é a vontade. Logo, todos os movimentos da alma dependem da vontade. (GILSON, 2010, p. 253).

Percebe-se na citação acima que a alma sempre está em um movimento voluntário que pode ser de aproximação ao Bem ou de repulsa. Em ambos os casos o ser humano é responsável pela ação que executa. Ao escolher o Bem a alma se realiza e evita o pecado. Contudo, escolher as coisas superiores também implica ao homem quere-las e fazer o que realmente pode conduzi-lo a elas para então ser feliz.

Os homens, enquanto governados por uma mente, escolhem e se relacionam com os bens que compõe a criação. Em vista disso, “[...] há duas espécies de homens: uns, amigos das coisas eternas; e outros, amigos das coisas temporais” (LA, I, 15, 31). O filósofo os classifica dessa forma porque embora ambos busquem a felicidade, divergem nos bens que escolhem para amar em vista desse fim. Embora os bens estejam acessíveis ao homem, nem todos podem conduzi-lo ao Bem supremo. Assim, cada ser racional deve discernir quais os bens a serem amados dos que devem ser usados como meios para se chegar ao fim que é a vida feliz. Conforme Agostinho, se os homens amassem apenas os bens que devem ser amados, eles não sofreriam os castigos, isto é:

não existiria a penalidade — seja a que é infligida aos homens de modo injusto, seja a que é de modo justificável pela aplicação da lei —, caso eles não amassem aquelas coisas que podem lhes ser tiradas contra a própria vontade. (LA, I, 15, 33).

O amor desordenado e apegado aos bens corruptíveis leva o homem a cometer o mal. Para Agostinho, apenas o Criador pode saciar a alma em sua plenitude, “ora, quanto mais for amado Aquele que a fez, mais lhe está assegurado o repouso, que ela possuirá nele, e mais abundante será a alegria que ela há de gozar em sua eternidade” (LA, III, 22, 65). Deus é o ser

mais perfeito, em vista disso, Ele deve ser amado acima de tudo. O homem cai em pecado quando o substitui pelos seres inferiores, uma vez que “[...] as coisas temporais nada são antes de existirem; ao existirem, passam; e tendo passado, voltam ao nada. Logo, quando são futuras ainda não existem; ao terem passado não existirão mais” (*LA*, III, 7, 21). Os bens da criação, uma vez que são mutáveis, tendem a deixar de existir. Por isso, o bem consiste no amor das coisas eternas, pois apenas elas possuem as condições necessárias que podem saciar a alma verdadeiramente.

É graças à vontade que o homem pode colocar em prática o seu querer externalizando-o por meio de suas ações e amar os bens criados. Mesmo sendo a vontade um bem médio, é através dela que a alma pode aderir ao bem imutável. De acordo com Guimarães (2008), embora a vontade possa parecer boa, o é somente se o fim último estiver de acordo com o estipulado pela Providência. Ou seja, “[...] mesmo que todas as vontades pareçam boas, senão visarem em última análise a vontade de fazer o que Deus estipula como certo, todas aquelas se tornam más” (GUIMARÃES, 2008, p. 53).

Quando o homem permanece no caminho reto, cultiva a boa vontade que o conduz à felicidade. Interrogado por Evódio acerca da definição de boa vontade, Agostinho responde: “é a vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria” (*LA*, I, 12, 25). Na posse da boa vontade o homem pratica o bem e vive segundo as virtudes escolhendo os meios mais eficientes em vista do fim almejado que é a posse do Bem. Agora, segundo Reis (2010), aqueles que fazem o movimento contrário à natureza, se apegando às riquezas, honras ou a tudo o que vem a se corromper, logo conservam uma má vontade e, disso segue-se uma vida infeliz. De acordo com Agostinho, a alma pecadora cria um estado de desordem dentro da ordem natural. Diante disso, segue-se a pena que, por sua vez, “força o castigo a harmonizar-se o pecado com a ordem do universo” (*LA*, III, 9, 26). As ações humanas não permanecem na impunidade, pois a lei eterna se encarrega de aplicar-lhes a justiça, garantindo assim, a felicidade aos que fazem o bem e o infortúnio aos que cometem o mal.

A mente ordenada orienta a vontade para o bem. Porém, se a vontade é seduzida pela concupiscência, logo comete o mal, pois se afasta das coisas que devem ser buscadas. Conforme Agostinho, no pecado o homem se torna escravo das paixões e, passa a levar uma vida que se assemelha com a “morte”, pois diversos são os temores que lhe afligem.

E de todo lado a que se volta, a avareza cerca esse homem, a luxúria o consome, a ambição o escraviza, o orgulho o incha, a inveja o tortura, a ociosidade o aniquila, a obstinação o excita, a humilhação o abate. E finalmente, quantas outras inumeráveis perturbações são o cortejo habitual das paixões, quando elas exercem o seu reinado. (*LA*, I, 11a, 22).

A vontade livre permite ao homem escolher, querer e agir na criação. Suas ações podem aproxima-lo do Bem como também afasta-lo. Apesar disso, aqueles que se afastam deturpam sua vontade e disso seguem-se perturbações e males, como os descritos por Agostinho na passagem anterior. Viver retamente em busca do bem ou praticar o que é injusto depende do agir de cada ser humano. Para Agostinho, o mal consiste em ações morais cuja responsabilidade deve ser assumida pelo homem. Em *O livre-arbítrio* fica explícito que a responsabilidade pelas ações más recai sobre a vontade pervertida pelas paixões que dominam a alma, ou seja, “[...] é a vontade desregrada a causa de todos os males. Se essa vontade estivesse em harmonia com a natureza, certamente esta a salvaguardaria e não lhe seria nociva. Por conseguinte, não seria desregrada” (LA, III, 17, 48). O problema do mal não está na natureza, mas nos abuso que o homem faz dos bens que lhe foram concedidos pelo Criador. Em vista disso, para ilustrar o pensamento do filósofo, com relação ao mal ético, será apresentada a seguir a sua interpretação do pecado original cometido pelos primeiros pais da humanidade, pois Adão e Eva serviram-se da vontade para não se submeter à lei universal.

### 3.3.2 A vontade corrompida: o pecado original

No entanto, o texto bíblico do Gênesis, que alegoricamente apresenta uma narrativa sobre a origem do mal, não contrariaria essa ideia de Agostinho de uma vontade causada apenas por si mesma? Em outras palavras, o pecado de Adão e Eva não teria sido causado por outra vontade que não a deles? Quando a Bíblia explica o primeiro pecado ela serve-se de uma história simbólica para afirmar que os primeiros pais podiam escolher entre os bens da criação e resistir às tentações provocadas pela serpe com relação aos bens inferiores, contudo, ao ceder aos desejos e escolhê-los, agiram mal e pecaram. Em reparação à ação pecaminosa, Adão e Eva sofreram as consequências da culpa. Em *A Natureza do Bem*, Agostinho assim se refere ao pecado original:

O homem, portanto, não apeteceu nenhuma natureza má ao comer da árvore proibida, mas cometeu uma ação má ao renunciar ao superior, pois superior a todas as coisas criadas é o Criador, cujo mandado não devia ser descumprido para comer do proibido. [...] Proibira-o, com efeito, com a finalidade de demonstrar-lhe que a alma racional não tem por natureza ser independente, mas deve estar submetida a Deus e conservar, pela obediência, a ordem da sua salvação e não violá-la pela desobediência. (NB, 34, p. 47).

Adão era livre para escolher entre os bens, a ele foi lhe dado um preceito em que o bem era conservado pela obediência, no entanto, ao pecar o homem pode experimentar a pena através da desobediência. Entretanto, tal ação como consequência corrompeu a natureza de toda

a sua descendência. Adão possuía a inteligência para bem julgar os bens, contudo, por meio de sua vontade foi seduzido pelos bens inferiores e assim, se afastou do Bem eterno. Após o pecado de Adão, perseverar no bem constitui uma tarefa difícil, mas o homem ainda busca retornar ao estado em que se encontrava antes da queda. Novaes (2009), afirma que toda ação humana é um movimento moral de atração ou repulsa ao sumo Bem.

Segundo Agostinho, as penalidades que a alma sofre após o pecado de Adão são duas: “[...] a ignorância e a dificuldade. Da ignorância, provém o vexame do erro; e da dificuldade, o tormento que aflige” (*LA*, III, 18, 52). Enquanto a ignorância confunde no discernimento para julgar o certo do errado, as dificuldades estão ligadas às limitações que a matéria impõe sobre a alma. Antes da queda, o homem tinha condições de não pecar. Agora, no estado em que se encontra, não tem a força necessária para fazer o bem que quer. Carvalho (2018, p. 60), sobre as consequências do pecado original, afirma:

O homem adâmico perdeu a dádiva da graça e com ela a condição de escolher o bem que a liberdade lhe proporcionava. [...] o homem é incapaz de se livrar da condição em que se encontra de servidão a concupiscência. [...] A “queda” do homem exprime que ele perdeu a liberdade de escolher o bem e se sente naturalmente impelido ao mal.

O pecado podia ter sido evitado pelos primeiros pais. Entretanto, ao cometê-lo, a natureza humana foi manchada. Como consequência da ação pecaminosa, segundo Carvalho (2018), a vontade está limitada e enquanto tal não é suficiente para que o bem seja feito plenamente. Assim, o homem tende a fazer o mal porque acaba inclinando-se em direção aos bens corruptíveis e deixando-se seduzir por eles.

Como consequência do pecado original, pelo livre-arbítrio o homem padece da capacidade que lhe permitia aproximar-se plenamente do Bem supremo que é Deus. Porém, para o filósofo, o homem ainda pode fazer o bem, mas para isso, ele necessita da graça divina, pois “[...] o homem que cai por si mesmo não pode igualmente se reerguer tão espontaneamente” (*LA*, II, 20, 54). Assim, a graça resgata o homem da condição pecaminosa e lhe estende a força necessária para que sua vontade possa voltar-se novamente e ir em direção ao objeto de seu mais profundo desejo. Segundo Novaes (2009, p. 319),

A graça restitui ao livre-arbítrio, à natureza, a sua liberdade. Aquele movimento natural de retorno ao Criador pode, com a graça, se realizar. Se a miséria humana, o conflito do espírito consigo mesmo, é um castigo pelo pecado original, a graça será não uma recompensa, mas a libertação propiciada ao livre-arbítrio pela misericórdia divina.

Através do pecado cometido pelos primeiros pais o homem perdeu a liberdade total de fazer apenas o bem que o aproximava do Criador. Agora, a vontade humana enfrenta um conflito

entre querer e não querer, isto é, uma tensão que se dá entre as paixões e a razão. Assim, quando um querer se torna pleno, o homem realiza uma ação que pode ser boa ou má. Percebe-se que o pecado adâmico condicionou a liberdade, porém, ajudado pela graça os homens podem ordenar novamente a vontade de modo a querer e fazer apenas o que aproxima a alma do Bem em si.

Agostinho serve-se da metáfora de Adão para explicar que o mal ocorre enquanto ação moral e é de responsabilidade do sujeito que o realiza voluntariamente. A vida humana está fundamentada no livre-arbítrio e, na analogia do pecado original o filósofo mostra como os primeiros pais serviram-se da vontade para não cumprir com o preceito da lei universal e aderir aos bens passageiros o que resultou no pecado. Ao cometer o pecado, o estado de graça foi perdido, logo a liberdade que antes era plena, agora se encontra fragilizada. Em vista disso, a graça é proposta pelo filósofo como meio necessário para que a vontade seja restaurada e o homem possa novamente buscar o Bem eterno.

O exemplo do pecado original permite deixar claro que os primeiros pais no paraíso gozavam de um estado de graça ao qual podiam usar bem o livre-arbítrio. No entanto, eles quiseram e escolheram voluntariamente a via do mal. Assim, como consequência do pecado, a liberdade de agir bem foi perdida. Embora os descendentes de Adão possuem o livre-arbítrio, eles carecem da plena liberdade para usar bem dele. Conforme Agostinho, é somente com a ajuda da graça que a liberdade adâmica pode ser resgatada e o homem pode novamente voltar-se apenas para o bem. Em vista disso, esses conceitos serão abordados a seguir.

### 3.4 O LIVRE-ARBÍTRIO

A vontade livre é uma força do espírito sem a qual o homem não pode fazer o bem. Assim, embora alguns abusem dela e cometam o que é mal, conforme Agostinho, “[...] não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção” (*LA*, II, 1, 3). Antes, é por meio dela que as almas realizam suas ações sejam elas boas em vista da felicidade ou más quando voltadas a um bem inferior que poderia ser evitado. Dessa forma, para o filósofo, “[...] nada, a não ser a vontade, poderá destronar a alma das alturas de onde domina, e afastá-la do caminho reto” (*LA*, I, 16, 34).

Para Agostinho, a vida moral e intelectual do ser humano é conduzida pela vontade, uma vez que as ações se dão mediante a vontade dotada de livre-arbítrio. Enquanto ser inteligível, a alma do homem pode discernir, julgar e escolher os bens da criação através da vontade concedida pelo Criador. No entanto, é necessário que a razão exerça seu domínio e

conduza a alma, pois é dessa maneira que a boa vontade é despertada e conseqüentemente o sujeito age com base nas virtudes e evita o mal fazendo bom uso do livre-arbítrio. Por outro lado, quando o ser humano abusa do livre-arbítrio, sua vontade fica corrompida e abandona os bens superiores para voltar-se em direção àquilo que é passageiro em vista de um prazer momentâneo. Em *O livre-arbítrio*, o filósofo apresenta algumas situações em que a vontade comete o pecado, a saber:

Ela volta-se para seu bem particular, quando quer ser senhora de si mesma; para um bem exterior, quando se aplica a apropriar-se de coisas alheias, ou de tudo o que não lhe diz respeito; e volta-se para um bem inferior, quando ama os prazeres do corpo. (LA. II, 19, 53).

Agostinho compreende a vontade livre enquanto um instrumento ao qual o homem deve servir-se enquanto meio que lhe permite buscar o Bem em si. Dito isto, quando as paixões influenciam a alma e a vontade desvia do caminho proposto pelas virtudes, o homem comete o mal.

Sabendo que é por meio do livre-arbítrio da vontade que o homem erra e pratica o que é mal, Evódio questiona Agostinho a respeito deste dom: “[...] pergunto-me se Aquele que nos criou fez bem de no-lo ter dado. Na verdade, parece-me que não pecaríamos se estivéssemos privados dele” (LA, I, 16, 35b). Segundo Agostinho, era necessário que o Criador concedesse esse dom aos homens, pois é através dele que as ações possuem mérito fazendo da recompensa ou da pena uma consequência justa e merecida. Além do mais, “[...] era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus” (LA, II, 1, 3).

O livre-arbítrio, por sua vez, ao preservar a vontade livre do homem, também garante que ele seja responsável por todas as suas ações, sejam boas ou más. Disso, segue-se a justa recompensa ou a punição enquanto consequência do próprio agir de cada ser em particular. Segundo Agostinho,

[...] se o homem carecesse do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecados e premiando as boas ações? Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. Igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus. (LA, II, 1, 3).

Através da justiça os homens são recompensados por suas ações seja vivendo a vida feliz ou padecendo uma vida repleta de dificuldades. Isso se dá por meio do livre-arbítrio, pois

através dele os seres racionais gozam de uma vontade livre que podendo fazer o bem, quando quer pode evitá-lo e, ao fazê-lo, comete o pecado e como consequência é advertida.

Conforme Agostinho, o livre-arbítrio foi concedido pelo Criador ao homem e por isso deve ser contado entre os bens. Ele foi dado para que as almas possam seguir uma vida ordenada. Assim, sobre esse dom, deve-se reconhecer: “[...] é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem, em vez de dizer que o doador não deveria tê-lo dado a nós” (*LA*, II, 18, 48). Enquanto bem médio, seu bom ou mau uso depende da vontade. Assim, se a vontade busca o Bem imutável o homem encontra a felicidade, mas se ela afasta-se do bem universal tendo em vista um bem particular, então as paixões tomam conta do homem e ele comete o mal. O filósofo compreende o mal enquanto um defeito, uma deficiência da vontade livre, dado que todo o bem possui sua origem em Deus.

Nunes (2009) ao se referir ao livre-arbítrio afirma que ele é uma energia através da qual a vontade se manifesta na busca do Bem ou no afastamento dele. Falar do livre-arbítrio é “[...] mencionar uma potência que é livre decisão, escolha, querer interno, que se encontra até mesmo anterior ao movimento da vontade da ação” (NUNES, 2009, p. 108). A liberdade da vontade ultrapassa os limites das ações, pois o livre-arbítrio faz da vontade uma potência livre, inclusive em relação a si mesma. Em vista disso, o livre-arbítrio é um querer interno, ele faz com que a vontade se confronte consigo mesma. Dessa forma, é ela quem realiza esse querer por meio de uma ação ou simplesmente o deixa de lado.

De acordo com Cunha (2000), a expressão livre-arbítrio se refere às escolhas da vontade conforme o seu próprio querer podendo aproximar o homem do Bem ou dele afasta-lo. Além disso, graças ao livre-arbítrio cada agente moral desfruta de uma vontade que lhe é única onde nada pode sujeita-la a querer algo contrário à sua própria vontade, pois seria injustiça. Ou seja, cada ser humano tem o poder de agir e produzir os seus atos segundo o seu próprio querer. Em vista disso, Evódio explana:

[...] não sinto nada de mais firme e mais íntimo do que o sentimento de possuir uma vontade própria e de ser por ela levado a gozar de alguma coisa. Ora, não encontro realmente, o que chamaríamos de meu, a não ser a vontade, pela qual quero e não quero. E já que por seu intermédio eu cometo o mal, a quem atribuir a não ser a mim mesmo? (*LA*, III, 1, 3).

O interlocutor de Agostinho reconhece a vontade enquanto uma faculdade particular onde é por meio dela que cada ser humano age e se relaciona com os bens da criação segundo o seu querer. Assim, ele mesmo deve assumir o mal enquanto fruto de sua ação realizada voluntariamente por meio do abuso do livre-arbítrio. Em vista disso, as pessoas podem reprovar o uso do livre-arbítrio da vontade humanas, mas não o próprio livre-arbítrio, pois em si ele é

um bem divino concedido para que as almas possam livremente escolher amar o Bem em si para nele permanecer.

Agostinho compreende que o mal é fruto das ações humanas quando o homem abusa do livre-arbítrio e despreza os bens eternos para amar os bens corruptíveis despertando nele uma vontade desregrada que rompe com a harmonia e as leis divinas que regem a criação. O homem no início da criação podia se conservar no bem, mas escolhendo os bens inferiores pecou. Do pecado seguiu-se as consequências, a saber: “na verdade, tais são as duas reais penalidades para toda alma pecadora: a ignorância e a dificuldade. Da ignorância provém o vexame do erro; e da dificuldade, o tormento que aflige” (LA, III, 18, 52). O pecado original fragilizou a natureza humana. Assim, por si só a vontade não tem a força necessária para voltar-se apenas em direção ao bem eterno. Agostinho assim se refere ao homem: “agora, porém, porque está nesse estado, ele não é bom nem possui o poder de se tornar bom” (LA, III, 18, 51). Como consequência do pecado original a alma enfrenta um conflito interno entre querer e não querer, isto é, buscar as coisas eternas ou permanecer com os bens inferiores o que implica em cometer o mal.

Segundo Cunha (2000), o confronto que se dá no interior da vontade não é permanente, pois quando um querer se torna pleno, logo se converte em fazer, ou seja, passa a ser executado por meio de uma ação do homem. Contudo, para romper com o estado pecaminoso o homem depende da ajuda divina. Apenas a graça pode revigorar a vontade humana para que os seres racionais possam voltar-se apenas para o bem já que a vontade quando ordenada não erra em seu querer.

De acordo com Carvalho (2018), ainda que o livre-arbítrio seja a causa do pecado cometido pelo homem, ele também é a prova de que o mal ontológico não existe. Isto é, o mal ocorre nas ações praticadas pelo uso desregrado dos bens divinos. Disso decorre a justa punição em expiação da lei universal. Conforme Agostinho, quando a vontade se deixa conduzir pelos desejos perde-se cada vez mais no erro, pois quem está nessa situação, “começa assim a menosprezar o Ser supremo, e a não mais julgar como mal tudo o que engana sua imprevidência, seduz sua indigência ou atormenta a sua escravidão” (LA, II, 16, 43). Contudo, em sua infinita bondade o Criador estende sua graça para que o livre-arbítrio seja redimido e o ser humano volte a fazer o bem em vista da sua realização. Assim, a vontade livre necessita da graça para então retornar ao estado de liberdade em que não mais cometerá o mal, como será explicado no tema a seguir.

### 3.4.1 Graça divina e liberdade

A liberdade não é determinada pela mera possibilidade de escolha, antes pela capacidade de autodeterminar-se apenas para o bem se guiando por meio da lei eterna amando os bens conforme merecem ser amados em vista do fim último que é o Bem em si. Conforme Mattos (2013, p. 118), “[...] o *Liberum arbitrium* é uma liberdade ainda precária do homem, marcado pelo pecado, enquanto que a *Libertas* é a Liberdade autêntica, que é sempre mais perfeita quanto mais próxima de Deus”. A liberdade permite à alma determinar-se para o bem e para Deus. Já o livre-arbítrio consiste na possibilidade de fazer escolhas que podem ser boas como também más.

Por meio da união do livre-arbítrio com a graça divina o ser humano pode realizar a si mesmo e recuperar sua condição de liberdade que foi fragilizada pelo pecado. Para Agostinho, Deus concede sua graça em favor da humanidade para que a vontade má se converta em boa vontade e cumpra com os preceitos divinos, “é porque, do céu, Deus nos estende sua mão direita, isto é, Nosso Senhor Jesus Cristo. Peguemos essa mão, firme, esperemos sua ajuda com esperança confiante e desejemo-la com ardente caridade” (*LA*, II, 20, 54). A graça divina sempre está disponível para ajudar o homem, contudo é necessário que cada ser reconheça a sua condição limitada e deseje ardentemente essa ajuda.

De acordo com o filósofo, a alma recebe do Criador todos os meios necessários para que possa cumprir os seus preceitos, tendo em vista que: “Deus deu-lhes a capacidade de agir bem, nos deveres penosos, e também ensinou-lhes o caminho da fé, em meio à cegueira da ignorância” (*LA*, III, 20, 57). As almas podem fazer o bem e evitar a vida miserável. No entanto, para isso elas devem não apenas querer o bem, mas fazer o que realmente conduz ao Bem eterno. Conforme Pereira (2013), a graça divina possibilita ao homem superar as consequências do pecado e perseverar na lei eterna. Além disso, segundo Cunha (2000), através da graça o Criador desperta a sua vontade nos seres racionais para que eles vivam uma vida ordenada.

Para Agostinho, “[...] ainda que Deus preveja as nossas vontades futuras, não se segue que não queiramos algo sem vontade livre” (*LA*, III, 3, 7). Se por ventura o livre-arbítrio fosse suprimido, conseqüentemente a vontade também seria eliminada. Logo, a graça não teria para onde ir. Por outro lado, quando todos estes elementos estão ordenados, então o homem adquire a liberdade. Em vista disso, Cunha (2000, p. 102) afirma:

Submetendo-se à graça, a vontade conserva o livre-arbítrio, mas principalmente adquire a liberdade. Visto que na liberdade o livre-arbítrio está orientado em direção ao bem, e que a função da graça é impulsionar o ser humano nessa direção, não há

oposição entre a liberdade e a graça, e é através da graça que o ser humano adquire a liberdade.

A graça divina não anula o livre-arbítrio do ser humano, ela o pressupõe e o impulsiona em direção ao bem tendo em vista a liberdade. Embora a vontade do Criador seja a mais perfeita de todos os seres, Ele não interfere no livre-arbítrio das criaturas, antes oferece auxílio por meio da graça aos que a aceitarem voluntariamente. Conforme Agostinho, “Deus prevê tudo de que ele mesmo é o autor, sem contudo ser o autor de tudo o que prevê. Mas dos atos maus, de que não é autor, ele é o justo punidor” (*LA*, III, 4, 11). Enquanto o ser humano goza de uma vontade que lhe permite agir por si mesmo, a justiça naturalmente se encarrega de aplicar-lhe o que lhe é devido. Apenas a busca pelo bem em comunhão com a graça pode saciar a alma e fazê-la livre. Assim sendo, a liberdade está ligada à vontade divina, então para ser livre o homem deve abraçar esta vontade e vivê-la como sua. De acordo com Mattos (2013) é este o caminho que possibilita a vida feliz.

Conforme Mattos (2013), não são todas as escolhas que conduzem o homem à liberdade, uma vez que o mal ocorre no uso equivocado do livre-arbítrio. Para gozar da liberdade, o ser humano precisa amar os bens que realmente devem ser amados. Enquanto ser racional, o homem é orientado a discernir e servir-se dos bens na medida em que eles o aproximam do eterno. Segundo Agostinho, “[...] quanto mais amares a existência, tanto mais desejarás a vida eterna [...] quem ama a existência aprova e utiliza essas coisas caducas, enquanto existem, mas dá o seu grande amor ao Ser que permanece sempre” (*LA*, III, 7, 21).

O filósofo entende que a liberdade implica escolher o bem e aquele que escolhe o bem, também escolhe a Deus visto que Ele é o mais perfeito dos bens. A alma embora se sirva das coisas sensíveis, anseia pelo que é inteligível. Dessa forma, são os bens incorruptíveis que o homem deve amar e buscar a todo custo. Agostinho ao se referir à alma expressa: “sua beleza torna-se perfeita quando, perdendo-se de vista no amor de Deus imutável, esquece-se totalmente em sua presença” (*LA*, III, 25, 76). Para ele, a alma deve renunciar a si mesma e buscar a Deus, abrir mão de si e fazer da vontade divina a sua vontade, pois quanto mais ela se humilha em Deus, mais será exaltada e tornar-se-á livre. De acordo com Nunes (2009, p. 94-95): “o mais alto grau de liberdade é reconhecer que somente Deus merece ser fruído e amado em si mesmo. As demais coisas devem ser consideradas como um bem por causa dele, o Criador de todos os bens”. Quanto mais o homem se aproximar do Bem em si, mais autêntica será a sua liberdade.

A alma vai sendo libertada conforme realiza o bem e se aproxima do Bem em si. Todavia, amar os bens superiores e usar os bens inferiores como meios para se chegar a eles consiste em um cálculo que implica discernimento a cada ação realizada pelo homem, haja vista

que ela pode ser boa ou má. Das ações realizadas segue-se a recompensa ou a pena. O homem perdeu o estado que conservava no paraíso. Agora encontra dificuldades para fazer o bem. Enquanto efeito do pecado original, segundo Agostinho, o homem é incapaz de cumprir o bem conhecido, querido e escolhido. No entanto, o Criador através da graça desperta no ser humano a boa vontade. O homem mortal desta vida não pode por si mesmo fazer a justiça, mas caso queira, pode aceitar a ajuda de Deus para praticar a virtude. De acordo com Mattos (2013), a liberdade não é a escolha entre o bem e o mal, se assim fosse, Deus não seria livre, pois não pode querer o mal. Em vista disso, “[...] o ideal da verdadeira liberdade está em praticar sempre o bem por amor. O poder escolher o mal ou o poder de pecar não é liberdade, mas escravidão, servidão do pecado” (MATTOS, 2013, p. 68). De qualquer forma, para o Criador, todas as criaturas, até as que cometem o pecado, contribuem com a ordem natural do universo.

Deus é, pois, o Criador de todas as naturezas: não somente daquelas que haviam de perseverar na virtude e na justiça, como daquelas que haveriam de pecar. Estas Deus as criou não para que pecassem, mas para que acrescentassem algo à beleza do universo, quer consentindo, quer não ao pecado. (LA, III, 11, 32).

Todos os seres louvam a Deus, seja padecendo o justo e merecido castigo, seja gozando da felicidade ao escolher os bens segundo as virtudes, cultivando uma boa vontade com a ajuda da graça divina tendo em vista a aproximação do Bem em si que sacia a alma e restaura a liberdade manchada pelo pecado.

\*\*

Em *O livre-arbítrio*, Agostinho descarta as possibilidades que sustentam o mal ontológico e fundamenta na razão uma explicação moral para esse problema. Em vista disso, sua origem está intimamente ligada à ação cometida voluntariamente pelos seres humanos. Assim, a compreensão agostiniana de ser humano é abordada para fundamentar a explicação do mal por meio de um viés moral que implica sua relação com o sujeito homem.

Segundo Agostinho, o homem é portador das três realidades, a saber: o ser, o viver e o entender. São essas realidades que fazem dele superior a todos os demais seres que povoam a criação. Diferente dos animais e dos seres inanimados, os homens têm a capacidade de dar início a novas causas na natureza transformando-a segundo a sua vontade. Além disso, conforme seu querer, os seres humanos podem por meio do exercício da razão buscar os bens eternos ou voltar-se em direção às coisas passageiras.

A natureza humana pode ser compreendida enquanto uma unidade de corpo e alma. O corpo é uma matéria limitada aos efeitos do espaço como também do tempo e se relaciona com

os bens por meio dos sentidos. Além disso, ele necessita da alma, pois na sua ausência ele deixa de existir. A respeito da alma, ela procede de Deus e enquanto substância capaz do inteligível está apta a animar o corpo e a governa-lo conforme a ordem natural. Para Agostinho, a alma sente a necessidade das coisas eternas. Assim, por meio da inteligência ela realiza o discernimento entre os bens para fazer o que é justo. No entanto, como a matéria é frágil, a alma fica limitada na busca pelo eterno e, por vezes, pode confundir-se. Por isso, quando as ações são movidas pelas paixões a alma acaba se afastando do Bem em si mesmo e comete o que é mal, pois as coisas inferiores devem naturalmente estar subordinadas às superiores e serem usadas na medida em que podem aproximar o ser dos bens incorruptíveis.

Para compreender a forma como o ser humano realiza o discernimento entre os bens da criação, o filósofo faz uma análise epistemológica do homem através da investigação de três faculdades que compõe a mente, a saber: razão, memória e inteligência. A razão permite ao ser humano tomar consciência de sua própria existência e exercer seu domínio na criação fazendo o bem e permanecendo na Verdade. Ela foi posta à frente da alma para apontar o caminho reto entre os bens tendo em vista a felicidade, mas de nada serve se o homem não quiser viver de maneira ordenada. A memória, por sua vez, tem a função de resgatar as percepções tidas pelos seres ao longo da vida. Já a inteligência está ligada ao pensamento e ajuda a mente a recordar das coisas que estavam na memória sem ser pensadas. Para o filósofo, esse movimento que a mente realiza é fundamental para que o sujeito desenvolva uma boa vontade tendo em vista o Bem ou uma má vontade atrelada ao apego da alma às coisas corruptíveis resultando assim em ações más.

Tendo em vista que os seres humanos podem agir fazendo o bem como também perverter-se e cometer o mal ao se afastar do caminho proposto pela razão, duas leis existem para reger toda a vida e Agostinho explana sobre elas para explicar as más ações. A lei civil enquanto criada pelas pessoas tem como finalidade assegurar o bem-estar e a paz entre os cidadãos. No entanto, ela preserva um bem relativo, pois permite um mal menor para que um maior seja evitado. Além disso, para que essa lei seja justa ela deve estar fundamentada na lei eterna. Essa lei possui sua origem em Deus, é responsável pela ordem da criação e assegura aqueles que a seguem o gozo da felicidade verdadeira. A felicidade é uma questão de mérito, sua conquista depende das ações. Assim, as virtudes cardeais são apontadas enquanto disposições para a prática do bem. Agostinho alerta que a busca pelo eterno é uma acesse difícil, pois a alma deve estar sempre vigilante para renunciar os bens corruptíveis. Os bens por si mesmos não representam mal algum, o problema reside no homem que diante da possibilidade

de seguir a lei eterna, escolhe servir-se da vontade e a deturpa para abusar dos bens médios e inferiores cometendo dessa maneira o mal com eles.

Agostinho explica que a vontade concedida ao homem é senhora de si, ela pode voltar-se para os bens de seu agrado, no entanto também impõe ao sujeito a responsabilidade sobre eles. A vontade preserva o valor moral das ações, embora tenha sido concedida para a prática do bem, os homens podem servir-se dela para pecar. Em vista disso, o mal se dá quando as paixões corrompem a vontade a deixar os bens superiores para voltar-se em direção aos que são passageiros e não podem saciar a alma plenamente. Assim, a vontade desregrada é considerada a causa de todos os males, ela se deixa seduzir pela concupiscência e afastando-se do bem comete o mal fazendo do homem escravo das paixões. De acordo com o filósofo, a causa do pecado reside no ser humano e não se deve buscar outra, uma vez que a sua vontade é a causa de si.

Por meio da metáfora do pecado original, Agostinho explica o papel da vontade na ação dos primeiros pais para que eles pudessem escolher não seguir o preceito divino. O filósofo usa da analogia para, mais uma vez, afirmar que o mal é fruto da escolha livre do homem. Por isso, resulta de uma ação moral a qual o próprio ser humano é autor voluntário. Adão era livre plenamente para escolher entre os bens, contudo por meio de sua vontade foi seduzido pelos bens inferiores e se afastou do Bem eterno. Como consequência de sua ação, a espécie humana padece com duas penalidades: a ignorância e a dificuldade. As penas condicionam a vontade e esta, por sua vez, não tem a força suficiente para voltar-se plenamente em direção ao bem. Por isso, o ser humano necessita do auxílio da graça, ela resgata o homem da condição pecaminosa e lhe estende a força necessária para que sua vontade possa voltar-se novamente em direção ao objeto de seu mais profundo desejo.

Por fim, a expressão livre-arbítrio se refere às escolhas da vontade conforme o seu próprio querer podendo se aproximar do Bem ou não. A vontade enquanto dotada de livre-arbítrio conduz a vida moral e intelectual humana. Em vista disso, o mal ocorre nas ações praticadas pelo uso desmedido dos bens divinos. No entanto, para aqueles que erram, a graça é enviada para ajuda-los a retomar o caminho do bem. Para Agostinho, a graça divina não anula o livre-arbítrio, ela o pressupõe e o impulsiona em direção ao bem tendo em vista a liberdade. O filósofo entende que a liberdade implica escolher o bem e aquele que escolhe o bem, também escolhe a Deus visto que Ele é o mais perfeito dos bens. Assim, quanto mais o homem se aproxima do Bem em si, mais autêntica será a sua liberdade e a alma realizar-se-á plenamente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento consiste em uma busca caracterizada por um movimento eterno. As investigações deixam isso claro, pois ainda há um longo caminho a ser percorrido uma vez que a problemática ainda não foi esgotada. Nesta pesquisa, buscou-se investigar e explicar como Agostinho discute o problema do mal em uma perspectiva ética, isto é, referindo-se à ação humana. Se, por um lado, pelagianos e maniqueístas apresentaram uma possível resposta, através da discussão ontológica do mal, Agostinho apresenta os equívocos de tais teorias e em *O livre-arbítrio*, fundamenta uma solução à altura, baseada em sua leitura neoplatônica do cristianismo, influenciando o pensamento filosófico ao longo da história até os dias de hoje.

Agostinho, apropriando-se das discussões que lhe antecedem, principalmente da filosofia neoplatônica, analisa o problema do mal a partir de uma perspectiva sobre como o cristianismo de sua época entende Deus. Assim, por meio de um movimento detalhado, explicou que o Criador é perfeitamente bom e por amor criou tudo o que existe. Disso segue-se que Ele não pode ser o autor do mal e a criação em sua essência é absolutamente boa, uma vez que decorre apenas dele que é, como se disse, exclusivamente bom. Logo, pela perspectiva monoteísta cristã, Agostinho não vê possibilidade alguma de atribuir algo mau na criação. Contudo, o filósofo atribui a essa criação uma hierarquia de bens, assumindo que, entre as coisas criadas, umas são mais superiores que outras. Desse modo, tudo seguiria uma ordem natural – divina –, que regula que as coisas inferiores estariam subordinadas às superiores de maneira tal que as coisas corruptíveis – submetidas à temporalidade e ao desgaste natural – se harmonizariam com as incorruptíveis – aquelas que Agostinho considera serem sempre as mesmas ao longo do tempo, isto é, submetidas à eternidade. A natureza, portanto, é composta por três realidades de ser, a saber: ordem, espécie e modo. As três realidades se encontram nos seres embora sua presença se dê em graus diferentes de bem. Contudo, se devido à corrupção natural ou provocada – aquele tipo de corrupção não-natural, mas propiciada pela liberdade de seres racionais capazes disto – essas realidades estiverem ausentes por completo, o ser consequentemente deixaria de existir. Dessa forma, na busca pelas coisas superiores, os seres vão se aperfeiçoando, pois se aproximam da perfeição em si, isto é, Deus, que pode realiza-los plenamente.

Todos os seres seguem, pois, a ordem natural das coisas. Nesta “economia” da natureza imposta pelo Criador, o ser humano é apontado por Agostinho como o mais perfeito das criaturas. Para o filósofo, o homem se assemelha ao Criador uma vez que goza de uma alma racional e de uma vontade que lhe permite escolher querer cumprir a ordem natural ou viver à

margem dela. Sendo a escolha livre, cada agente é responsável por ela e como: somente aquele que escolhe viver segundo a lei natural – ou divina –, aproxima-se das coisas eternas que o fazem feliz. Por outro lado, aquele que abusa dos dons, priorizando bens inferiores e/ou passageiros àqueles superiores e duradouros, afasta-se do Bem e conseqüentemente recebe a justa punição, consequência de sua má ação, como reparação da ordem da natureza.

Logo, o mal é compreendido enquanto corrupção, privação, ausência parcial de bem e dentre as criaturas, apenas os seres humanos podem se corromper, pois a eles foi concedida a possibilidade de agir segundo o próprio querer. Em vista disso, com relação ao mal, o que existe são pessoas que usam deste livre-arbítrio e abusam dos bens concedidos na natureza, agindo assim mal e recebendo a recompensa por sua ação. Por isso, o mal não seria ontológico mas, antes, moral, e somente seres racionais, capazes de livre-arbítrio, poderiam agir de modo contrário à ordem ou lei natural.

Após descartar as possibilidades do mal ontológico, Agostinho fundamenta sua ideia sobre o mal moral ao explicar sua concepção de homem. Para ele, o ser humano é portador das três realidades, a saber: o ser, o viver e o entender. Além disso, enquanto composto de um corpo e de uma alma, anseia o que é inteligível e se relaciona com os bens para saciar essa busca. Para o filósofo, a busca se concretiza quando a alma, guiada pela razão, faz bom uso dos bens em vista das coisas eternas. No entanto, quando ela é conduzida apenas pelas paixões, e estas conseguem submeter a razão a seus caprichos – que, diga-se de passagem, não são males absolutos –, pode afastar-se do Bem em si e cometer o que se denomina um “mal”.

As leis dão suporte e orientam a vida do homem para que ele busque as virtudes, pratique o bem, realize a si mesmo e goze da felicidade, fim último desejado por todos, segundo Agostinho. No entanto, o filósofo adverte que a busca pelo eterno é uma ascese difícil, pois depende de uma re-ordenação constante dos bens passageiros. Os bens em si não representam mal algum, nem mesmo quando se trata das paixões humanas. O problema está no modo como o ser humano serve-se deles podendo pecar e cometer o mal – ou uma ação contrária à ordem natural, preferindo o que é inferior ao invés do que é superior na natureza e em si mesmo – por sua própria vontade. Quando isso ocorre, a lei divina assegura que a justiça seja feita e cada um receba o que corresponde à sua ação.

Se por meio da vontade o homem volta-se em direção aos bens do seu agrado, através do livre-arbítrio cada um se torna responsável pela sua ação. A vontade preserva o valor moral das ações, e embora tenha sido concedida para a prática do bem, os homens podem servir-se dela para pecar. Assim, o mal ocorre quando, por meio de uma vontade corrompida, o sujeito deixa os bens superiores para voltar-se em direção aos que são passageiros e não podem saciar o

desejo mais profundo da alma que é contemplar o próprio Deus. Em vista disso, a causa do pecado reside no homem e não se deve buscar outra causa.

Servindo-se, agora, do simbolismo do pecado original, Agostinho explica o papel da vontade nas escolhas e ações humanas e esclarece o mal enquanto resultado da ação que afasta o homem do bem superior em vista de algo inferior que não pode realiza-lo. Dessa forma, das escolhas realizadas decorre a consequência que sempre é justa. Devido ao pecado original, a descendência de Adão sofre com a ignorância e a dificuldade. Por isso, embora queira o bem, confunde-o diante de tantas coisas atrativas que o mundo, passageiro e submetido à corrupção e à temporalidade, apresenta-lhe. Logo, ele necessita da graça para poder realizar o bem e realizar-se enquanto sujeito racional. Por meio da graça, Agostinho entende que a vontade fragilizada é restaurada e o ser humano é impulsionado a fazer o bem tendo em vista a sua liberdade. Ser livre implica escolher o bem e aquele que o escolhe, também escolhe a Deus por ser o mais perfeito dos bens. Assim sendo, o mal, por sua vez, não encontra-se em Deus – cuja natureza é essencial e exclusivamente boa –, tampouco na criação – que, originada de uma única fonte boa, só pode conter o que há nela, a saber, o bem. O mal, portanto, poderia ser sintetizado, conforme análise dos capítulos deste trabalho, como um movimento defeituoso realizado pelo próprio ser humano quando se perverte do caminho reto, isto é, a lei ou ordem natural das coisas criadas, devido às suas próprias escolhas.

Enfim, ninguém negaria a existência do mal. No entanto, com Agostinho, pode-se dizer que, se ele existe, é porque a liberdade humana existe. E ela é condição de possibilidade, inclusive, da perversão da vontade. E se o ser humano é o responsável pelo mal, também somente ele pode evitá-lo quando, ao escolher a felicidade, de fato, colocar em prática aquilo que realmente pode torna-la possível. Embora ainda reste muito a ser investigado, espera-se que a pesquisa tenha lançado luzes e contribuído com a filosofia moral para fazer do sujeito não apenas consciente de sua condição e responsabilidade, mas também protagonista em vista de um mundo onde o bem seja promovido e restaurado continuamente. Vive-se em uma sociedade tomada pela materialidade, em que os valores morais estão sendo invertidos, ou seja, a busca pelos bens eternos está sendo substituída pelo amor e apego desmedido aos bens passageiros. Em vista disso, que esta reflexão sobre o mal possa promover o bem e incentivar a reflexão sobre os valores que realmente devem ser desejados e buscados.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **A Natureza do Bem**. Tradução de: Carlos Ancêde Nougé. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Trindade**. Tradução do original latino e introdução de: Augusto Belmonte; revisão e notas complementares de: Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1994. (Coleção Patrística, vol. 07).

\_\_\_\_\_. **Confissões**. Tradução de: Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Patrística, vol. 10).

\_\_\_\_\_. **O livre-arbítrio**. Tradução, organização, introdução e notas de: Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção Patrística, vol. 08).

\_\_\_\_\_. **Sobre a potencialidade da alma** (*De quantitate animae*). Trad. Aloysio de Faria. Vozes, Petrópolis, 1997.

ALMEIDA, Allyson Pereira de; JÚNIOR, Gerson F. de Arruda. Reflexões sobre a obra “O Livre-Arbítrio” de Santo Agostinho: Uma Proposta de Esboço. **Ágora Filosófica**, Universidade Católica de Pernambuco, n. 1, p.153-181, jan/jun. 2018. Semestral.

BELLEI, Ricardo J.; BUZINARO, Délcio Marques. O livre-arbítrio e o mal em Santo Agostinho. **Mirabilia**, n. 11, p. 80-98, 2010. Disponível em: <<https://ddd.uab.cat/record/107089>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

CARVALHO, Eduardo. **O ético-moral em Santo Agostinho**. 2018. 98 f. Dissertação (Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

CARVALHO, Mário A. Santiago de. *Introdução*. In: Santo AGOSTINHO. **A Natureza do Bem**. Introdução, tradução e nota de Mario A. Santiago de Carvalho, texto latino do CSEL. Porto – Portugal: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 1992.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Maniqueísmo: história, filosofia e religião**. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Ordem, harmonia e perfeição do universo na filosofia da natureza de Santo Agostinho. **Revista Portuguesa De Filosofia**, vol. 64, n. 1, 2008, p. 195–207. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40419555>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

COUTINHO, Gracielle Nascimento. O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho. **Argumentos**, ano 2, n. 3, 2010, p. 124-131. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/18957>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CUNHA, Mariana Palozzi Sérvulo da. **O movimento da alma: a invenção por Agostinho do conceito de vontade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 117; (Coleção Filosofia, 123).

\_\_\_\_\_. **Perspectivas da vontade em Agostinho**. 2000. 130 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <[http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPO\\_SIP/280354](http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPO_SIP/280354)>. Acesso em: 21 jan. 2020.

GOMES, Izaias dos Santos Goes. A origem do mal no pensamento de Agostinho de Hipona. In: III CONGRESSO NORDESTINO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA, 3., 2016, Pernambuco. **Anais eletrônicos**. Pernambuco: UNICAP, 2016. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ocs/index.php/cncrt/cncrt/paper/view/277/61>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Agostinho de Hipona: o mal e sua relação com a vontade humana**. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**. Tradução de: Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. Tradução de: Cristiane Negreiros. Abud Ayoub. 2ª ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Espírito da Filosofia Medieval**. São Paulo: M. Fontes, 2006. 591 p. (Paidéia).

GUIMARÃES, Elias de Medeiros. **O conceito de vontade em Agostinho**. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MARQUES, Maria Janaina Brenga. **O livre-arbítrio em Agostinho**. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, José Vicente. A Metafísica Do Mal. **Revista Portuguesa De Filosofia**, vol. 2, no. 3, 1946, p. 276–295. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40332646>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MATTOS, José Roberto Abreu de. **O problema do mal no livre-arbítrio de Santo Agostinho**. 2013, 146 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2013.

NOVAES, Moacir. **A razão em exercício: estudos sobre a filosofia de Agostinho**. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2009.

NUNES, Mariciane Mores. **Livre arbítrio e ação moral em Agostinho: um estudo a partir do De Libero Arbitrio**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PEREIRA, Rosalie Helena de Souza. Agostinho de Hipona: considerações sobre o mal e temas correlatos em De libero arbitrio. **Veritas (Porto Alegre)**, [s.l.], v. 58, n. 3, p.567-597, 31 dez. 2013. EDIPUCRS. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2013.3.12957>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PICH, Roberto Hofmeister. Sobre a descoberta e a justificação da vontade: notas sobre De libero arbítrio II. **Civitas Augustiniana**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, p. 160-190, 2012.

REIS, Émilien Vilas Boas. **A faculdade da vontade na polêmica antipelagiana em Santo Agostinho**. 2010. 210 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

STREFLING, Sérgio Ricardo. A significação do termo “vontade” nas obras de Santo Agostinho. **Dissertatio**, Universidade Federal de Pelotas, v. 41, 2015, p. 65-81. Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/8502>>. Acesso em: 25 jan. 2020.